

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Saúde Pública**

**Turismo, saúde e qualidade de vida**  
**em Fernando de Noronha/PE**

**Hildemar Silva Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Saúde Pública para obtenção do título de  
Doutor em Saúde Pública.

Área de Concentração: Serviços em Saúde Pública  
Orientadora: Profa. Dra. Márcia Faria Westphal



**São Paulo**

**2007**

# **Turismo, saúde e qualidade de vida em Fernando de Noronha/PE**

**Hildemar Silva Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Área de concentração: Serviços em Saúde Pública  
Orientadora: Profa. Dra. Márcia Faria Westphal

**São Paulo**

**2007**

## DEDICATÓRIA

*Este trabalho de investigação está dedicado ao povo de Fernando de Noronha pela sua luta rumo à liberdade de escolher o que é melhor para sua saúde e qualidade de vida.*

*À minha mãe pela dedicação com a qual me criou, e às mães dos meus filhos que me ajudaram a crescer como ser humano.*

*À minha orientadora Profa Dra. Márcia Faria Westphal pela paciência em orientar um economista, aprendiz na área de saúde pública.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof Dr. Mário Carlos Beni pela credibilidade em mim depositada junto ao curso de turismo da USP.

À minha amiga Cynthia Rachid Bydlowski pela ajuda e estímulo para finalização deste estudo.

Ao Conselho Distrital de Fernando de Noronha pela realização do Grupo Focal, com disponibilidade e presteza para dele participar e cooperar.

À Michele Roth pelo apoio dado durante os trabalhos de campo em Fernando de Noronha.

À Michele Lima pela entrevista sobre o planejamento turístico de Fernando de Noronha e demais informações prestadas.

Aos participantes da pesquisa domiciliar, chefes de família noronhense, sem os quais não seria possível a realização desta pesquisa.

Aos empresários de Fernando de Noronha pela delicadeza em nos ceder entrevistas que enriqueceram o debate sobre o turismo na ilha.

À todos aqueles que acreditaram no meu trabalho ao longo desta árdua trajetória acadêmica.

## RESUMO

Brasil, H. S. **O Turismo e a Promoção da Saúde em Fernando de Noronha/PE**  
São Paulo; 2006 [ Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da USP ].

A presente pesquisa centrou-se na avaliação das mudanças na qualidade de vida e na saúde dos residentes no Distrito Estadual de Fernando de Noronha/Pe, tendo como referencia o processo de consolidação do turismo neste espaço nos últimos 10 anos. Trabalha-se com a hipótese de que, o desenvolvimento econômico e social ocorrido através do turismo tem forte influência sobre as condições de vida, saúde e bem-estar da população local. A metodologia utilizada neste estudo teve natureza quali-quantitativa relacionando através de triangulação, dados secundários publicados (séries históricas) pelos órgãos de saúde estadual, Instituto de Pesquisas Aplicadas e Fundação IBGE e pela Fundação IPEA, dados coletados por amostragem nas residências naquele município, bem como entrevistas em profundidade realizadas com empresários e autoridades locais, dados de entrevista em grupo com os integrantes do Conselho Distrital da ilha além do cálculo dos índices de Gini e de Desenvolvimento Humano. As principais conclusões obtidas apontam no sentido de que houve melhoria na qualidade de vida dos noronhenses, porém o modelo de desenvolvimento econômico com base no turismo, nem sempre sustentado vem promovendo na população local e no meio ambiente algumas vulnerabilidades uma vez que seu capital social não tem se desenvolvido proporcionalmente. Constatou-se ainda que, o sistema de saúde é voltado para atenção primária a saúde dos moradores da ilha, mas o atendimento emergencial é precário e pode comprometer a vida dos residentes e turistas.

Espera-se contribuir com o aperfeiçoamento dos programas e ações da gestão local na direção da promoção da saúde e do desenvolvimento humano daquela comunidade

Palavras-Chaves: Turismo, Promoção da Saúde, Qualidade de Vida, Indicadores de Qualidade de Vida.

## ABSTRACT

Brasil, H. S. **O Turismo e a Promoção da Saúde em Fernando de Noronha/Pe** [The Tourism and the Promotion of Health in Fernando de Noronha/Pe]. São Paulo (BR); 2006 [ Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

**Objective:** The main purpose of this research is to discuss a development of tourism activity in Fernando de Noronha/Pe and their social and economic impacts over health and life quality during last decade. The Human Development Index, a Gini Index, a survey with residents and a focal group with members of District Council and secondary indicators published for Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Foundation and Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas took information base to prove the hypothesis into this thesis. The conclusion is that tourism improves the human development indicators (health, education and income) but the model of tourism development do not promote a growth of social capital and many problems like drugs and prostitution has growing in last years. The infrastructure has a fragile system in a health care in local hospital and in basic treatment of water. I think that these results will help tourism authorities to develop programs and projects to gain health and quality of life for all people living there.

## ÍNDICE

<b>1. Introdução</b>	<b>1</b>
<b>2. Marco Teórico</b>	<b>7</b>
2.1. Antecedentes	7
2.2. Desenvolvimento Econômico ou Crescimento?	9
2.3. Conexões entre Turismo, Desenvolvimento e Saúde	17
2.4. Impactos do Desenvolvimento sobre a Saúde	18
<b>3. A concepção da Pesquisa</b>	<b>43</b>
3.1. Investindo para Promover Saúde	43
3.2. O Problema	49
3.3. Hipóteses	49
3.4. Objetivos	50
<b>4. Aspectos Metodológicos</b>	<b>52</b>
4.1. Tipo de Estudo	52
4.2. Análise Quantitativa	53
4.3. Análise Qualitativa	61
4.4. Coleta de Dados	62
4.5. Tratamento das Informações	64
4.6. Fontes Secundárias de Informação	65
<b>5. Cenário do Estudo – O Arquipélago de Fernando de Noronha</b>	<b>67</b>
5.1. A História	67
5.2. Características Geográficas e Demográficas	72
5.3. Estrutura Administrativa	80
5.4. Potencial Econômico da Região	86
5.5. Infra-estrutura Urbana	90
5.6. Indicadores de Capacidade de Carga	105
5.7. O turismo em Fernando de Noronha - Sustentável ?	105
<b>6. As Percepções dos Residentes sobre o Turismo e sua Qualidade de Vida em Fernando de Noronha</b>	<b>124</b>
6.1. Percepção da qualidade de vida em Fernando de Noronha	124

6.2. Percepção dos Ilhéus - Problemas e suas soluções	129
6.3. Sonhos e Desejos dos Ilhéus para os próximos 10 anos	136
6.4. O que pensam os membros do Conselho Distrital sobre o Turismo na Ilha	138
<b>7. Discussão</b>	<b>147</b>
7.1. Análise Conclusiva – Desenvolvimento Humano	147
7.2. Turismo e Qualidade de Vida	160
7.3. Aspectos Negativos para a Saúde o Desenvolvimento Humano	161
<b>8. Conclusões</b>	<b>169</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>173</b>
<b>Anexos</b>	<b>180</b>

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 2.1	Características do Turismo Sustentável e Não-sustentável	29
Quadro 3.1	Chegadas de Turistas no Brasil	47
Quadro 4.1	Evolução do PIB per capita no Brasil – 1991 – 2005	55
Quadro 4.2	Evolução do Coeficiente de Gini no Brasil – 1991 – 2005	60
Quadro 4.3	Fontes e Meios de Divulgação de Informações Utilizadas	63
Quadro 4.4	Resultado de Pesquisa de Campo	64
Quadro 4.5	Fontes e Meios de Divulgação de Informações Utilizadas	66
Figura 5.1	Imagem de Fernando de Noronha	72
Quadro 5.1	Evolução da População Residente / Fernando de Noronha	74
Tabela 5.1	Taxa de crescimento anual da população	75
Tabela 5.2	Evolução da População de Fernando de Noronha	76
Tabela 5.3	Distribuição da População por Sexo	77
Tabela 5.4	Distribuição da População por Faixa Etária	77
Tabela 5.5	Local de Nascimento	78
Tabela 5.6	Tempo de Residência	79
Tabela 5.7	Motivo da Migração	79
Tabela 5.8	Taxa de Natalidade	80
Tabela 5.9	Taxa de Mortalidade	80
Quadro 5.2	Legislação vigente - Distrito de Fernando de Noronha	83
Quadro 5.3	Evolução do PIB – Fernando de Noronha	86
Tabela 5.10	Desemprego Aberto	88
Tabela 5.11	Vínculo Empregatício	88
Tabela 5.12	Distribuição de Renda Domiciliar	89
Tabela 5.13	Distribuição de Renda (Coeficiente de Gini)	89
Tabela 5.14	Espécie de Domicílio	91
Tabela 5.15	Tipo de Domicílio	91
Tabela 5.16	Posse do Domicílio	91
Tabela 5.17	Tipo de Parede	92
Tabela 5.18	Revestimento de Parede	92
Tabela 5.19	Tipo de Piso	92
Tabela 5.20	Pavimentação das Ruas	92
Tabela 5.21	Disponibilidade de água potável no domicílio	94
Tabela 5.22	Canalização da Água	94
Tabela 5.23	Escoadouro dos Dejetos (Esgoto)	95
Tabela 5.24	Possui Plano de Saúde?	97
Figura 5.2	Imagem do Hospital São Lucas	98
Tabela 5.25	Total de Matrículas Escolares – 2002 a 2006	101
Tabela 5.26	Índice de alfabetização de adultos e escolaridade dos chefes	102
Tabela 5.27	Escolaridade da População de 10 anos e mais de idade	103
Quadro 5.4	Notas Médias do Enem por Município e por Escolas dos Alunos Concluintes do Ensino Médio em 2006	104
Quadro 5.5	Indicadores da Capacidade de Carga do Arquipélago	105
Quadro 5.6	Proposições do Plano de Gestão	110
Tabela 5.28	Fluxo de Turistas – Fernando de Noronha	119
Tabela 5.29	Avaliação do Turismo em Fernando de Noronha	120

Tabela 5.30	O Sr. tem ou teve contato com os turistas?	121
Tabela 5.31	Segmento do Turismo em que Trabalha/Trabalhou	122
Tabela 7.1	Estatística de Desenvolvimento Humano	151
Tabela 7.2	Distribuição de Renda	152
Tabela 7.3	Estatísticas de Desenvolvimento Humano	155
Tabela 7.4	Renda Média do Trabalho pós-escolaridade	155
Tabela 7.5	Estatísticas de Desenvolvimento Humano	159
Tabela 7.6	Índices de Desenvolvimento Humano	159

## **1 INTRODUÇÃO**

## 1 INTRODUÇÃO AO TEMA

O homem pós-moderno que vive atualmente nas sociedades capitalistas encontra-se inserido em um sistema de produção, distribuição e consumo de bens e serviços produzidos nestas economias, cujos reflexos sobre seu cotidiano tem afetado seu comportamento e conseqüentemente sua saúde e qualidade de vida.

A busca por uma melhor qualidade de vida tem crescido em progressão geométrica nas grandes metrópoles mundiais, ao mesmo tempo em que a mídia estimula um estilo de vida nocivo à saúde humana e que produz como conseqüência um “lixo tóxico”, uma alimentação não balanceada e um processo produtivo voltado para o consumo e sedentarismo; esse conjunto afetará a saúde das futuras gerações. O aquecimento global que estamos vivenciando nos dias atuais é um reflexo destas práticas que já despertam a atenção dos governantes e da sociedade em geral para uma mudança nas tecnologias de produção e no consumo de bens que impactam o meio ambiente em que vivemos.

O processo de “globalização” iniciado no final do século passado que em princípio, deveria reduzir as diferenças entre nações e povos residentes no planeta (pela difusão das tecnologias e o acesso ao conhecimento), marchou em sentido contrário, acirrando cada vez mais a desigualdade entre países ricos e pobres, bem como, entre as classes sociais com maior poder aquisitivo e aqueles excluídos da chamada economia de mercado, afetando de forma negativa a saúde destas pessoas.

A saúde é considerada não somente ausência de doença, mas bem estar físico, mental e espiritual, além de ser um dos mais importantes recursos para o

desenvolvimento social, econômico e pessoal e também uma importante dimensão da qualidade de vida (Ministério da Saúde, 1996). Alcançar um estado de bem-estar comunitário constitui-se em um dos focos principais da saúde pública, na medida em que propõe a equidade no acesso a **ambientes favoráveis** à saúde, à informação, a oportunidades de educação, à habitação digna, ao lazer, a um melhor nível de renda, com um *eco-sistema estável*, e, demais necessidades que permitam uma vida mais sadia. Assim, a saúde é vista como um meio e um pré-requisito essencial para a vida humana e para o desenvolvimento social e não como uma meta final a ser alcançada ou um produto a ser adquirido (Philippi, A Jr; Pelicioni, M C S, 1999).

Considerando este conceito de saúde e que vivemos sob um sistema capitalista, as decisões referentes ao que produzir, como produzir, em que escala de produção, para quem produzir, onde produzir, com que insumos e quando produzir são importantes determinantes da saúde de uma comunidade. A interação entre os sistemas político, social, econômico e ambiental que devem se fazer presentes neste conjunto de decisões, ou melhor, a integração para inserir os determinantes de saúde no processo de tomada de decisão de todos os setores de governo depende da integração entre estes sistemas. Quanto maior a integração melhores serão os resultados para a população e sua qualidade de vida (Krippendorf, 1999).

A conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, 1992), realizada no Rio de Janeiro, deixou bem clara a idéia de que nossas perspectivas de saúde dependem do desenvolvimento adequado e sustentável do meio ambiente natural e social (responsável pelo controle e uso dos recursos, pela distribuição dos produtos e pela exposição a riscos), sendo o fator determinante do bem-estar humano.

Neste contexto, existe uma relação causal entre o modelo de desenvolvimento adotado e o estado de saúde da população em um determinado espaço (local, regional, nacional).

Estas colocações trazem a idéia de que é preciso ampliar o conceito de saúde, relacionando as ações voltadas para a produção de saúde a outros setores, ou seja, é preciso entender que as decisões relacionadas à promoção da saúde devem estar profundamente ligadas a metas sociais e econômicas mais amplas do governo e da sociedade para assegurar benefícios sustentáveis.

Se o desenvolvimento econômico caminha de mãos dadas com o declínio de desigualdades sociais, podemos afirmar que o mesmo é adequado e fortalece o capital social com impactos positivos sobre os indicadores sociais e de saúde. A distribuição de renda é importante não apenas para a saúde, mas também para a coesão social.

A presente pesquisa se propõe a avaliar as mudanças econômicas, sociais e políticas decorrentes da prática do turismo no Distrito de Fernando de Noronha e suas potencialidades e seus reflexos (positivos e negativos) sobre a saúde e a qualidade de vida da população residente levando em consideração um estudo comparativo entre os anos de 1991 e 2005.

O marco teórico da pesquisa busca demonstrar a relação entre a promoção da saúde, a qualidade de vida e o modelo de desenvolvimento adotado para alavancar a geração de riqueza e sua distribuição. Para tanto são utilizados como referência as teorias econômicas sobre crescimento e desenvolvimento econômico; as propostas para desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, bem como uma revisão dos conceitos de promoção da saúde e qualidade de vida para

geração de municípios saudáveis. Insere-se no debate o modelo de turismo sustentável como alternativa para os investimentos promotores de saúde.

O conceito de desenvolvimento humano é mais abrangente que o conceito puro e simples de desenvolvimento e crescimento econômico, entretanto, estes são condição necessária para a consecução do primeiro.

O modelo de desenvolvimento a ser adotado por uma comunidade deve então buscar o fortalecimento das potencialidades locais (recursos humanos, naturais, tecnologia, tradições culturais) em busca de uma qualidade de vida com saúde.

É preciso ainda estabelecer a correlação entre o que estamos chamando de desenvolvimento humano e a qualidade de vida de uma determinada população. A melhoria da qualidade de vida é decorrente do grau de desenvolvimento humano alcançado, e este se refere aos quatro pilares citados, quais sejam, a participação social e o empoderamento comunitário desta população; um patamar de realização econômica, com trabalho em condições favoráveis à saúde e uma remuneração justa que coadune com uma distribuição da riqueza gerada; a implementação de políticas públicas que permitam a sustentabilidade do modelo em prol da comunidade, dentro dos planos educacional, da saúde pública, da correta exploração dos recursos naturais, dentre outras, e, finalmente ao componente ambiental que deve enfatizar uma educação que vise a conservação dos ecossistemas existentes na localidade.

Para a realização deste estudo optou-se por uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, complementada por indicadores e cenários quantitativos, dos quais destacamos o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Gini. Trata-se de um estudo descritivo, que aborda aspectos qualitativos e quantitativos

relacionados à saúde e qualidade de vida dos ilhéus, isto é, da população que habita o arquipélago de Fernando de Noronha.

O presente estudo está estruturado em seis partes, procurando refletir as questões problematizadas, tendo como pano de fundo o marco teórico e os dados qualitativos e quantitativos da pesquisa. Na primeira parte abordamos o conceito de desenvolvimento econômico e social procurando demonstrar a correlação entre a prática do turismo (produção e consumo), como setor estratégico para alcançar o crescimento econômico e a geração de saúde e qualidade de vida na população receptora. Na segunda parte apresenta-se a problematização do estudo, bem como seus objetivos, dentre os quais, o de realizar uma avaliação quali-quantitativa das mudanças sociais, econômicas e políticas provocadas pelo crescimento do fluxo turístico na região. A terceira parte do estudo apresenta os caminhos metodológicos utilizados para obtenção dos dados qualitativos e quantitativos, além da conceituação e formularização dos índices de desenvolvimento humano e o índice de gini, além do dimensionamento amostral da pesquisa domiciliar realizada e das entrevistas de natureza qualitativa obtidas junto a autoridades, representantes da população e demais agentes atuantes na localidade. O cenário da pesquisa é descrito sob uma perspectiva histórica até os dias atuais, caracterizando a produção e o consumo do turismo praticado em Fernando de Noronha, bem como, sua gestão e as conexões com o plano de manejo da Área de proteção ambiental, além da caracterização sócio-econômica da população residente e suas condições de moradia e infra-estrutura existentes. Neste capítulo ainda são tratadas as questões sobre a limitação física e dos recursos como água, energia e saneamento, frente a uma demanda crescente de residentes e turistas ao longo dos últimos 10 anos. A quinta parte do estudo aborda os resultados da pesquisa através de indicadores,

tabelas e uma análise dos discursos obtidos nas entrevistas pessoais e na entrevista em grupo realizada com o Conselho Distrital de Fernando de Noronha. Na última parte foram apresentadas as conclusões, de acordo com o objetivo da pesquisa, e um conjunto de sugestões que visam dotar a gestão do turismo de Fernando de Noronha de mais ferramentas para alcançar uma prática saudável do turismo em consonância com uma melhoria da saúde e qualidade de vida do povo de Noronha.

## **2 MARCO TEÓRICO**

## **2 MARCO TEÓRICO - SAÚDE, DESENVOLVIMENTO E O TURISMO SUSTENTÁVEL**

O marco teórico da pesquisa busca estabelecer conexões entre o desenvolvimento humano e as práticas de promoção da saúde, assim como, seus reflexos sobre a saúde e a qualidade de vida dos habitantes do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, tendo em vista que, a prática do turismo tem sido a principal atividade sócio-econômica daquela localidade nos últimos anos.

Para tal finalidade organizamos este capítulo partindo dos antecedentes relacionados ao desenvolvimento das sociedades no mundo capitalista globalizado procurando definir o que significa “desenvolvimento” sob o prisma econômico, humano e na ótica dos profissionais da saúde. Iremos apresentar também, os princípios associados a estas visões, além das estratégias, políticas e atores responsáveis pelas mudanças sócio-econômicas-ambientais provocadas pelos modelos de desenvolvimento adotados. Finalmente estabeleceremos algumas conexões entre desenvolvimento humano, promoção da saúde e a prática do turismo sustentável.

### **2.1 Antecedentes**

A constante busca dos países periféricos em desenvolver suas economias ao longo deste século sob a égide do sistema capitalista (acumulação de capital e exploração da mão-de-obra e dos insumos naturais) acelerou o processo de deterioração dos recursos naturais sem, entretanto modificar a condição de vida da

maioria da população. O processo de industrialização também foi o caminho escolhido pelos governantes destes países juntamente com os donos do capital para agregar valor às suas matérias-primas e conquistar o mercado internacional, não considerando que a matriz de produção destes produtos estaria subordinada a uma tecnologia importada gerando a importação de insumos e de bens de capital de outros países. Esta decisão ampliou a dependência deste bloco de países e comprometeu o saldo da balança comercial e dos serviços da dívida, além de elevar a dívida externa e gerar déficits no balanço de pagamentos.

O resultado deste modelo (substituição de importações – primário exportador) foi o crescente endividamento dos países pobres deteriorando ainda mais sua condição no comércio internacional e desviando riquezas geradas internamente para o pagamento de juros e dívidas contraídas para sustentar a máquina exportadora de recursos naturais e de horas trabalhadas a preços declinantes no médio e longo prazo.

O modo capitalista de produção reproduz as práticas de utilização dos insumos (trabalho, capital e terra – recursos naturais) através de plantas tecnologicamente gerenciadas visando obter o menor custo possível e conseqüentemente o maior lucro privado. Estas práticas vêm ao longo da história dizimando os recursos naturais e cada vez mais produzindo a miséria de povos e nações em detrimento do aumento da riqueza num grupo pequeno de países ditos ricos. Portanto, o capitalismo é um sistema produtor de iniquidades em seus pilares de construção e reprodução e exclui boa parcela da população sob a égide de que a mesma não possui qualificação para os modernos processos produtivos da atualidade.

## 2.2. Desenvolvimento ou Crescimento Econômico?

### 2.2.1 A Ótica Econômica

O termo desenvolvimento foi entendido até pouco tempo como crescimento econômico, ou seja, a capacidade humana e tecnológica de uma sociedade de gerar bens e serviços para atender às necessidades da população. Este conceito estratificou os países em desenvolvidos e sub-desenvolvidos, sendo os primeiros capazes de gerar e gerir (distribuindo) melhor suas riquezas com alta produtividade do capital e da mão-de-obra, enquanto o segundo grupo amargou o baixo conhecimento tecnológico e uma mão-de-obra com pouca especialização resultando na produção de bens e serviços com pouco valor agregado e uma presença tímida no mercado mundial.

Sob este prisma, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (Furtado,1961;2002). O desenvolvimento, em qualquer concepção deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdades, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (Vasconcellos e Garcia, 1998).

Considera-se duas correntes de pensamento importantes para este debate (Souza,1993): na primeira encontramos os economistas que encaram o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, cujos modelos estão associados às correntes

clássicas e neoclássicas de pensamento. O modelo de Harold e Domar preconiza o crescimento em função da taxa de poupança (que financiará o investimento) da economia e da relação produto/capital, ou seja, uma economia necessita de poupança interna para estimular o investimento e conseqüentemente o crescimento do produto.

No segundo grupo encontram-se aqueles seguidores das correntes de pensamento marxista e cepalina (Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina – CEPAL/Chile), que conceituam o crescimento como simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas.

O Brasil vem apresentando um crescimento em seu produto interno bruto após a implantação do Plano Real, sem, entretanto conseguir solucionar as grandes disparidades regionais no que tange à distribuição da renda e no acesso a serviços públicos de educação e saúde com qualidade.

### 2.2.2 A Ótica do Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, e principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é do que o crescimento transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, transporte, lazer, alimentação, dentre outras (Oliveira, 2002).

O reconhecimento das necessidades individuais e coletivas das pessoas inseridas no meio ambiente físico e natural fomentou a reflexão e a introdução de

novos conceitos sobre desenvolvimento, particularmente a idéia de desenvolvimento humano. A principal característica desta nova visão era a de que o homem está inserido no meio ambiente em que vive e deve utilizar-se dos recursos naturais e tecnológicos com responsabilidade sócio-ambiental visando satisfazer suas necessidades.

O desenvolvimento humano pode ser concebido como um processo de mudança estrutural, global e contínua de liberação individual e coletiva que tem como objetivo satisfazer as necessidades humanas e melhorar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras (Mateo Rodrigues, 1997). Vale salientar que este conceito não significa apenas uma elevação dos padrões materiais de vida, mas também, se constitui em um processo contínuo de geração de novas expectativas dos indivíduos visando seu crescimento pessoal e social.

Para Sen <sup>1</sup> (2000), os seres humanos são agentes, beneficiários e juizes do progresso. São os meios primários de toda a produção. O desenvolvimento deve melhorar a vida das pessoas. Deve ser definido em relação àquilo que estas pessoas podem e devem fazer. No trabalho deste economista, o conceito de bem-estar de uma pessoa está relacionado ao conjunto de efetivações <sup>2</sup> consideradas sob dois prismas: o primeiro como de efetivações básicas ou elementares (como por exemplo, alimentar-se adequadamente) e por outro lado as efetivações complexas, como desenvolver o auto-respeito, participar socialmente e politicamente da comunidade em que reside.

A avaliação do bem-estar de uma pessoa deve basear-se na avaliação do conjunto de efetivações elementares e complexas (cf. Sen, 1993;2000).

---

<sup>1</sup> Amartya Sen.

<sup>2</sup> Uma efetivação é uma conquista de uma pessoa.

Assim, a prosperidade econômica é apenas um dos meios para enriquecer a vida das pessoas e não um objeto a se alcançar por si mesmo. O correto seria considerar a vida das pessoas como fim último e a produção e prosperidade como meios para atingi-la, ao invés de considerarmos as noções de produção e prosperidade como sinônimo de progresso e as pessoas como meios pelos quais o progresso da produção é obtido (Sen, 1993).

O conceito de desenvolvimento humano é mais abrangente que o conceito puro e simples de desenvolvimento e crescimento econômico, entretanto, estes são condição necessária para a consecução do primeiro.

Para Sen (2000), uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além das visões restritas, que identificam desenvolvimento com o crescimento do Produto Nacional Bruto e Produto Nacional Bruto per capita e demais agregados econômicos (salários, tributos...), mas também com a possibilidade das pessoas terem acesso a oportunidades econômicas, a serviço de saúde, à assistência social, à educação básica e de participarem da vida social e política da comunidade.

Ainda segundo Sen: “ Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco...As pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas...e não apenas beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas...A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento, merece toda a nossa atenção”. (Sen, 2000, p. 71).

Para esse autor, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade, tais como: pobreza, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência

excessiva de Estados opressivos” (Sen, 2005, p. 18). Considera-se neste contexto cinco tipos de liberdades instrumentais: políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora explicitadas por Sen (2005) da seguinte forma:

As liberdades políticas referem-se às oportunidades para escolher quem deve governar com que princípios, além da fiscalização e crítica às autoridades, uma imprensa sem censura e a liberdade de expressão política. Incluem ainda, os direitos políticos associados às democracias com direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos.

As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos tem para utilizar recursos econômicos com propósito de consumo, produção ou troca. As questões distributivas da renda gerada são importantes, pois o modo como as rendas adicionais geradas são distribuídas fará diferença no processo de crescimento pessoal.

As oportunidades sociais referem-se às disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde e outras, e certamente, influenciam a liberdade substantiva de um indivíduo viver melhor.

As garantias de transparência referem-se a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de clareza e sinceridade. Essas garantias tem um papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.

A segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social para as pessoas que encontram-se no limiar da vulnerabilidade e da exclusão econômica. (Sen, 2005, p. 55-6).

A medida adotada para mensurar os avanços inerentes ao conceito acima explicitado foi o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que incluiu outras esferas da vida além da econômica, sendo composto pelos seguintes indicadores: Produto Interno Bruto per capita; expectativa de vida e taxas de alfabetização e anos na escola.

### 2.2.3 Desenvolvimento e Saúde

Buscamos uma melhor compreensão do termo “desenvolvimento” como é apropriado pelo campo da saúde, a partir do artigo de Akerman e colaboradores (2006), junto aos “descritores em ciências da saúde” da biblioteca virtual em saúde ([www.bireme.br](http://www.bireme.br)). O texto produzido pelos autores selecionou os principais

substantivos e qualificativos sobre desenvolvimento, seus sinônimos e definições. Entre os principais adjetivos que qualificam o desenvolvimento aparecem as idéias de sustentado, inclusivo e não excludente. Os adjetivos mais encontrados foram: ecológico, humano, ambiental, social, urbano. O autor conclui que o termo desenvolvimento tem caráter polissêmico, condição que é expressa pelos principais adjetivos e substantivos a ele agregados, tornando-se tarefa complexa estabelecer conexões entre os termos desenvolvimento e saúde.

O modo de produção de bens e serviços adotado pelas sociedades ocidentais e mais recentemente pelo mundo asiático (China, Japão, Coréia...) tem sido amplamente questionado pelos segmentos mais conscientes da sociedade global, no que tange aos seus custos ambientais (degradação, poluição, uso irracional dos recursos, geração de lixo tóxico...) e sócio-econômicos (exclusão, iniquidades, aumento da pobreza, injustiças), abrindo-se indagações sobre a sustentabilidade e a capacidade dos modelos de desenvolvimento para promover a vida (qualidade de vida e saúde), a justiça e a solidariedade humana. (Akerman et al., 2006).

Desenvolvimento sustentado, inclusivo e includente; desenvolvimento para promoção da vida humana, que explore a natureza sem degradar o planeta; desenvolvimento humano, social e economicamente justo, desenvolvimento que distribua melhor a riqueza gerada; desenvolvimento urbano, são termos empregados nos últimos anos e que sugerem formas alternativas de se pensar o planejamento e a implantação de ações que visem a melhoria na qualidade de vida das pessoas e comunidades.

Os efeitos do modelo de desenvolvimento adotado têm reflexos sobre a saúde e o bem-estar das pessoas, ou seja, os setores econômicos eleitos para conduzir a matriz produtora de bens e serviços para a comunidade, provocam,

através da tecnologia adotada ganhos e perdas para o meio ambiente, compreendido aqui como meio natural e humano. Os ganhos referem-se a um maior acesso às necessidades básicas, como uma boa alimentação, moradia digna, acesso ao saneamento básico e a água potável, além de um melhor poder aquisitivo para satisfazer as necessidades complementares, como o lazer por exemplo.

Neste contexto ainda encontramos as seguintes definições: Akerman (2006)

1. Desenvolvimento e Meio Ambiente: “Modalidade de desenvolvimento econômico que postula a utilização racional dos recursos naturais para satisfazer as necessidades atuais e futuras, empregando uma tecnologia apropriada que não prejudique a natureza nem produza contaminação, e recicle ou reutilize materiais e recursos naturais”;

2. Desenvolvimento Econômico: “envolve mudanças estruturais na economia e difere do crescimento econômico pois leva em consideração o caráter evolucionista e qualitativo voltado para o aprimoramento das relações econômicas e da satisfação das necessidades e aspirações humanas e menos dirigidas para os fins econômicos em si”;

3. Desenvolvimento Social: “Entende-se neste caso como desenvolvimento não só a melhoria do capital econômico, mas também do capital humano (capacitação e qualificação das pessoas) e do capital social (valores partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade)”;

4. Crescimento Econômico Sustentável: “Estratégia para o desenvolvimento econômico e social que implica a satisfação das necessidades básicas das gerações atuais sem entorpecer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas”.

Recentemente, a Comissão que estuda os determinantes sociais e ambientais da saúde ligada a OMS acentuou que: **“se a saúde tem conseqüências para a economia e o desenvolvimento social, as condições econômicas e sociais também determinam o estado final da saúde da população”** (WHO, 2004).

Para aquela Comissão de especialistas as temáticas abaixo apresentadas representam as principais condições determinantes da saúde, quais sejam:

- Capacidade de organização da sociedade;
- Nível de renda per capita;
- Educação;
- Condições de trabalho ofertadas no mercado;
- Condições de Moradia;
- Meio ambiente físico (ar, água, ecossistemas existentes);
- Nutrição adequada;
- Fatores individuais de risco;
- Fatores Psicológicos e Psicosociais;
- Arquitetura familiar: dinâmica da família e as relações familiares;
- Instituições de natureza social;
- Violência e conflitos familiares;
- Inserção no processo de globalização;
- Nível de tecnologia aplicada na produção de bens e serviços;

A partir da análise destes conceitos de desenvolvimento optamos por adotar neste estudo o conceito de desenvolvimento como o resultado positivo sobre o bem-estar das pessoas resultante de um conjunto de ações em determinado período de tempo nos planos econômico (crescimento do produto e sua distribuição), social

(organização e mobilização da sociedade), político (políticas públicas com interesse na comunidade) e ambiental (uso racional dos insumos naturais).

Entenda-se neste contexto o estado de bem-estar como a realização das necessidades primárias e complementares dos indivíduos levando-os a um patamar de qualidade de vida justa e digna para todos.

### **2.3 Conexões entre Turismo, Desenvolvimento e Saúde**

Os termos “desenvolvimento humano (sócio-econômico)”, e, “saúde” estão associados pelas seguintes assertivas: 1. não é possível falar de desenvolvimento humano de uma comunidade sem levar em consideração a componente da saúde, ou seja, o próprio conceito desenvolvido por Sen (2000) pressupõe a satisfação das necessidades básicas (efetivações elementares) onde o estado de saúde mensurado pela longevidade no seu indicador de desenvolvimento humano reflete sua importância; 2. não é possível atingir um estado de saúde digno e justo em um ambiente cujo modelo de desenvolvimento promove iniquidades nos campos sócio-econômicos, onde a saúde está inserida, ou seja, um direito de todos os cidadãos. Um modelo de desenvolvimento socialmente excludente não promove saúde, pois se distancia dos princípios e valores apresentados anteriormente.

Vamos procurar nos próximos parágrafos demonstrar a proposta acima, em primeiro lugar estabelecendo conexões através dos impactos do modelo de desenvolvimento sobre a saúde; em segundo lugar, focando no turismo como atividade econômica e social orientada para promover o desenvolvimento de comunidades em áreas com potencialidades turísticas naturais e culturais, e, portanto, promotora de saúde e qualidade de vida desta comunidade, em função dos

princípios adotados para estabelecer a teia de negócios, a participação comunitária no emprego e nos resultados, e, principalmente, na promoção da saúde e da qualidade de vida.

## **2.4 Impactos do Desenvolvimento sobre a Saúde**

### **2.4.1 Definição de Saúde**

O conceito de saúde ao longo do tempo vem sendo modificado adquirindo novos contornos e conexões com outros campos de ação da vida humana (Akerman, 2006).

Atualmente, ele ultrapassa a noção de “ausência de doença” e tenta demonstrar que a saúde vai além do campo biológico e psicológico, permeando os campos econômico, social e antropológico na busca pelos seus determinantes.

O movimento da promoção da saúde, baseia-se neste conceito de saúde, que a encara como um estado de bem-estar físico, mental e social determinado por condições biológicas, sociais, econômicas, políticas, educacionais e outras. Considera a promoção da saúde um conceito positivo que procura transformar as relações excludentes em ambientes onde predominam as desigualdades sócio-econômicas. Promove a capacitação da população para reconhecer a causa de seus problemas e motivar o seu empoderamento para que exijam políticas sociais que promovam a cidadania e melhorem sua qualidade de vida.

Neste estudo não procura-se analisar nenhuma ação específica de promoção da saúde, mas somente se o modelo de desenvolvimento baseado no turismo promove mudanças positivas nos determinantes sociais e econômicos de saúde. Se

confrontarmos esta hipótese estaremos confirmando que este modelo de desenvolvimento é promotor de saúde.

#### 2.4.2 Determinantes da Saúde – A Promoção da Saúde

Tendo como antecedente a Conferência de Alma-Ata que gerou uma Declaração com o mesmo nome, a Conferência de Ottawa (Carta de Ottawa, 1986) avançou na conceituação da promoção da saúde, que se constitui no **“processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”**. Enfatizou ainda que: “Para se atingir um estado completo de bem estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente”.

Este conceito se baseou em um entendimento mais amplo do significado de saúde, não somente como ausência de doença, mas com sua determinação social, econômica, cultural, política.

Os principais compromissos assumidos pelos participantes da Conferência de Ottawa foram:

- Atuar no campo das políticas públicas saudáveis e advogar um compromisso político claro em relação à saúde e à equidade em todos os setores;
- Agir contra a produção de produtos prejudiciais à saúde;
- Atuar contra as iniquidades em saúde existentes entre grupos sociais;
- Reconhecer as pessoas como o principal recurso para a saúde;
- Reorientar os serviços de saúde e os recursos disponíveis para a promoção da saúde;

- Reconhecer a saúde e sua manutenção como um critério a ser considerado nos processos de tomada de decisão a respeito dos investimentos a serem feitos pelos governos para promover o desenvolvimento econômico e social.

- Destaca-se para colocação das idéias sobre desenvolvimento humano e promoção da saúde neste trabalho as condições necessárias à construção de **ambientes saudáveis** (favoráveis) propostas em Sundsvall (1991):

- Participação popular nas decisões;
- Condições dignas de moradia;
- Exercício do poder pluralístico;
- Redução da pobreza;
- Equidade na distribuição dos recursos econômicos;
- Acesso universal à saúde, educação e demais serviços básicos;
- Justiça para todos;
- Equilíbrio entre a oferta e a demanda por recursos necessários à produção de bens e serviços;
- Acesso à água pura, ar sem poluição, nutrição adequada e energia;
- Condições psicossociais adequadas.

As três dimensões levantadas naquele encontro visando tornar um ambiente saudável e promotores de saúde foram:

1. Dimensão Social, que inclui as maneiras pelas quais normas, costumes e processos sociais afetam a saúde.
2. Dimensão Política, que requer a descentralização dos recursos e das responsabilidades através de uma maior participação democrática nos processos de decisão.

3. Dimensão Econômica, que requer o desenvolvimento sustentável, o que inclui a transferência de tecnologia segura e correta visando à saúde para todos.

As premissas apresentadas na conferência de Sundsvall (1991) levam a crer num sistema composto por atores que conjuntamente objetivam maximizar o estado de saúde de sua população e minimizar as perdas e danos causados pelas práticas produtivas adotadas, bem como, pelo consumo exacerbado de itens descartáveis prejudiciais à saúde mental e física das pessoas. O meio ambiente saudável depende sobremaneira destas decisões e da mudança de paradigmas que regem uma sociedade de consumo capitalista.

Na Conferência de Jacarta, em 1998 e depois na do México, realizada no ano de 2000, este conceito avançou na direção de estender e relacionar o conceito de saúde ao de um desenvolvimento econômico, sustentável e com justiça social, ou seja, caminhou na direção do desenvolvimento humano.

A Conferência realizada em Bangkok (2005) buscou complementar e desenvolver valores, princípios e estratégias de ação que foram estabelecidas pela Carta de Ottawa (1986). As estratégias apresentadas em todas as conferências fundamentaram-se na democracia, nas ações do Estado com políticas públicas saudáveis, na intersetorialidade, na reorientação do setor saúde, propondo articulações e parcerias e, com relevância, no exercício da cidadania através da capacitação da população para a participação na formulação de políticas públicas saudáveis e nos processos de decisão (Bydlowski, 2006).

Anteriormente, as idéias dessas Conferências globais procuraram contagiar a América Latina. Em 1992, em Bogotá, os participantes de uma Conferência Regional entenderam que a Promoção da Saúde seria uma estratégia adequada para enfrentar as iniquidades que assolam este continente americano, e interferem nas

condições de vida e saúde de sua população. Aos poucos estas idéias penetraram em nosso país e recentemente foi definida uma Política Nacional de Promoção da Saúde cujo objetivo principal é o de promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionadas aos seus determinantes e condicionantes, quais sejam, modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais.

Dentre os objetivos específicos da Política Nacional de Saúde, podemos destacar (Ministério da Saúde, 2006):

- Ampliar a autonomia e co-responsabilidade de sujeitos e coletividades, inclusive do poder público, no cuidado integral à saúde e minimizar e/ou extinguir as desigualdades de toda e qualquer ordem (étnica, social, regional, de gênero, de orientação/opção sexual, entre outras);
- Estimular alternativas inovadoras e socialmente inclusivas/contributivas no âmbito das ações de promoção da saúde;
- Favorecer a preservação do meio ambiente e a promoção de ambientes mais seguros e saudáveis;
- Contribuir para elaboração e implementação de políticas públicas integradas que visem à melhoria da qualidade de vida no planejamento de espaços urbanos e rurais;
- Ampliar os processos de integração baseados na cooperação, solidariedade e gestão democrática;
- Valorizar e ampliar a cooperação do setor saúde com outras áreas do Governo, setores e atores sociais para a gestão de políticas públicas e a criação e/ou fortalecimento de iniciativas que signifiquem redução das situações de desigualdade.

### 2.4.3 Saúde – Conexões com o Desenvolvimento

Se entendermos o desenvolvimento como um estágio no processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada, que tem sustentabilidade na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população (Dallabrida, 2006), a saúde desta população deve constar na agenda dos atores que se propõem a promover tais mudanças.

“Desenvolvimento implica a produção do próprio homem e nada é mais expressivo de nossa humanidade do que a capacidade de produzir meios e bens que farão o homem de suas necessidades” (Akerman, 2006).

“Se a saúde tem conseqüências para a economia e o desenvolvimento social, as condições econômicas e sociais também determinam o estado final da saúde da população” (WHO, 2004). A saúde é premissa básica para se alcançar um nível de desenvolvimento cujas conseqüências devem beneficiar a população inserida neste processo.

Seguindo a linha de pensamento traçado para o desenvolvimento humano com a promoção da saúde, visando alcançar saúde e qualidade de vida para todos, optamos pela corrente proposta pelo escritório regional da Organização Mundial da Saúde para a Europa, que centra suas investigações no chamado investimento para a saúde (Investment for Health – IFH). Neste contexto de pensamento, a saúde da população é determinada por fatores sociais, demográficos e econômicos, além de políticas públicas relacionadas à medicina e mesmo à saúde pública. O IFH é uma abordagem prática, trabalha-se com a idéia de que os recursos são mais bem aplicados quando atingem as principais causas da precariedade da saúde efetiva,

confiável e eticamente e, ao mesmo tempo alcança as metas para o desenvolvimento social e econômico (Ziglio,2000).

Nesta abordagem, as ações para a promoção da saúde necessitam de alianças intersetoriais entre a saúde e sua assistência, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico, equitativo e sustentável. Muita pouca atenção tem sido dada aos efeitos do desenvolvimento social e econômico na saúde da população. A noção de que as decisões de saúde pública devem estar profundamente ligadas a metas sociais e econômicas mais amplas para assegurar benefícios sustentáveis vem tomando corpo nesta linha de pensamento.

No nível nacional há uma relação evidente entre a performance econômica, distribuição de renda e estado de saúde, que tem implicações significativas para o processo de elaboração de políticas sociais e econômicas. Quanto maior a renda per capita de um país e quanto mais equitativa sua distribuição maior a tendência de vida longa e saudável para sua população (Ziglio,2000).

Os princípios essenciais nos quais o IFH está baseado são:

1. Foco na saúde;
2. Engajamento social do público;
3. Trabalho genuinamente intersetorial;
4. Equidade;
5. Sustentabilidade;
6. Larga Base de conhecimento.

Para a implantação destes princípios faz-se necessária uma estratégia envolvendo setores como assistência à saúde, serviços sociais, educação, meio ambiente, e desenvolvimento social e econômico. Iniciativas públicas e privadas, a mídia, organizações não governamentais e todos os outros arranjos institucionais cruciais para a coesão social, justiça social e direitos humanos devem estar envolvidos.

A proposta estratégica de formulação de políticas públicas e investimentos em saúde visa ampliar as políticas centradas apenas na saúde, para investimentos em desenvolvimento social. Chama-se atenção para a determinação econômica, social e ambiental das condições de saúde das populações, inscrevendo-a no âmago do processo de desenvolvimento social (Levin & Ziglio, 1996).

É preciso ainda estabelecer a correlação entre o que estamos chamando de Desenvolvimento Humano e a qualidade de vida de uma determinada população de estudo. A melhoria da qualidade de vida é decorrente do grau de desenvolvimento humano alcançado, e este se refere aos quatro pilares citados, quais sejam, o engajamento social e o empoderamento (no que tange à saúde) desta população; um patamar de realização econômica, com trabalho em condições favoráveis à saúde e uma remuneração justa que coadune com uma distribuição da riqueza gerada; a implementação de políticas públicas que permitam a sustentabilidade do modelo em prol da comunidade, dentro dos planos educacional, da saúde pública, da correta exploração dos recursos naturais, dentre outras, e, finalmente ao componente ambiental que deve enfatizar uma educação que vise a conservação dos ecossistemas existentes na localidade.

Neste contexto, existe uma associação entre o desenvolvimento econômico e social (humano) e o estado de saúde da população em um determinado espaço (local, regional, nacional).

A escolha do modelo para fomentar o desenvolvimento pessoal e da coletividade deve ser regido pelos princípios até aqui apresentados e exige dos atores presentes uma visão holística e responsável sobre seu destino, bem como, de políticas públicas que reduzam (no curto prazo) e eliminem (no longo prazo) as iniquidades na saúde provocadas pela persistência da pobreza e exclusão nos países do Terceiro Mundo e principalmente no Brasil.

Dentro do escopo capitalista de produção, qual o conjunto de atividades que permitem alavancar determinado espaço geográfico, em consonância com o desenvolvimento humano para todos? Esta é uma questão complexa que merece uma maior reflexão de nossa parte, dentro do objeto desta pesquisa.

Atividades com tecnologia “limpa” , como a prática do turismo sustentável, podem ser eleitas, em princípio, como uma dentre as melhores alternativas para promover o desenvolvimento da comunidade. O segundo aspecto diz respeito aos chamados “efeitos multiplicadores” decorrentes do funcionamento da atividade escolhida, ou seja, que outros setores econômicos serão requisitados para a produção dos bens em questão? Quanto maior a teia de interligação dos segmentos produtivos, melhor a internalização dos ganhos advindos desta atividade.

Como terceiro aspecto devemos levar em consideração as potencialidades (capital humano, natural, social) disponíveis para que se possa fomentar a produção, distribuição e consumo deste conjunto de bens. Em seguida, a disponibilidade de capital financeiro para dar suporte aos investimentos necessários de implantação e consolidação dos negócios inerentes a esta atividade. Quanto mais elevado o nível

de capital financeiro menor a possibilidade de se ampliar à inserção dos agentes produtores e conseqüentemente assistimos à criação de monopólios e oligopólios, que caracterizam a economia global da atualidade.

Como quarto aspecto elegemos a extensão da capilaridade na apropriação dos benefícios gerados, resultando em uma distribuição eqüitativa dos ganhos advindos da realização da produção.

Não se deve deixar de considerar também as vantagens competitivas, caracterizadas pela alta qualidade a baixo custo e baixo preço, e, as vantagens comparativas, que possibilitam a um determinado espaço econômico deter o conhecimento tecnológico, ou mesmo o monopólio da matéria-prima, como é o caso dos atrativos naturais nos pólos turísticos receptivos.

A presença da comunidade nesta escolha através dos mecanismos de planejamento e monitoramento, além de sua participação direta no processo produtivo também se constitui em elemento chave para o desenvolvimento social e econômico desta.

O Estado, como representante dos vários grupos políticos e da comunidade tem papel relevante neste processo, através de suas políticas públicas que visam fomentar o conjunto de atividades promovendo o emprego com salários justos, como também resgatar através de políticas sociais um modelo de “inserção” de todos os integrantes da comunidade. Deve também prover as necessidades de educação e saúde (saneamento, atendimento ambulatorial e em hospitais).

As empresas (formais ou informais) devem estar prontas para exercer sua responsabilidade social junto à comunidade e aos recursos naturais, evitando a geração de lixo tóxico ou de resíduos e poluentes que venham a comprometer a saúde das gerações presentes e futuras.

Tendo como referência a busca pelo desenvolvimento humano, iremos apresentar algumas considerações sobre a atividade turística como promotora de desenvolvimento e seus impactos sobre a saúde da população receptora.

## **2.5 Desenvolvimento, Saúde e a Prática do Turismo**

O contexto a ser pesquisado neste trabalho nos reporta a um modelo de desenvolvimento humano onde o turismo é a atividade econômica principal. Esta atividade, segundo estudos da Organização Mundial do Turismo, apresenta relações de insumos e produtos com 52 setores da atividade econômica.

As experiências adotadas segundo o modelo de IFH elegem o turismo como uma indústria limpa no que tange ao processo produtivo, ou seja, como é conhecido mundialmente é uma indústria sem chaminés e que gera atualmente uma riqueza aproximada de US\$ 7,06 trilhões e 231 milhões de empregos (WTTC, 2007).

Nos últimos anos temos visto gestores que optaram pelo investimento em turismo como principal atividade econômica para alcançar o desenvolvimento sustentável de áreas geográficas. Por exemplo: Nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, o turismo tem sido a opção adotada para recuperar velhas cidades industriais, como Baltimore e Liverpool. Na Europa, o incentivo ao turismo de base rural tem ajudado na sustentabilidade das economias e sociedades rurais, e para compensar o declínio da agricultura tradicional (França, Itália, Espanha e Portugal).

O conceito de turismo sustentável tomou corpo a partir dos anos 90 com a conferência Globo "90" em Vancouver no Canadá, onde vários estudos foram apresentados demonstrando os benefícios desta prática para o desenvolvimento econômico e social.

Na busca por uma definição de turismo sustentável escolhemos aquela desenvolvida por Richards (1996): "é um turismo que se desenvolve, levando em consideração a capacidade de acomodação daquele momento, a população local e o meio ambiente... o desenvolvimento do turismo e novos investimentos no setor turismo não deveriam depreciar o próprio turismo...as novas facilidades de turismo deveriam integrar-se com o meio ambiente".

O quadro abaixo compara e identifica características do turismo sustentável versus um modelo não-sustentável, a partir dos trabalhos de Krippendorf (1987), Lane (1989) e Godfrey (1996).

<b>Sustentável</b>	<b>Não-Sustentável</b>
Desenvolvimento com planejamento	Desenvolvimento sem planejamento
Desenvolvimento com gestão	Desenvolvimento sem gestão
Uso adequado dos recursos	Uso abusivo dos recursos
Foco na qualidade e no controle do fluxo	Foco na quantidade do fluxo
Promotor de desenvolvimento local	Promotor de desenvolvimento externo
Moradores locais empregados	Força de trabalho importada
Arquitetura nativa	Arquitetura de outros tipos
Turista educado	Turista com pouca educação
Respeito ao meio ambiente	Sem respeito ao meio ambiente

*Fonte: Swarbrooke (2000).*

Quadro 2.1 – Características do Turismo Sustentável e Não-Sustentável

Em síntese, o turismo sustentável para os autores acima apresenta-se através de um planejamento estratégico adequado ao uso dos recursos existentes (naturais, humanos) com uma tecnologia que respeite o meio ambiente e a cultura local além de ser um promotor de desenvolvimento humano e do capital social dos residentes e receptores.

Para Swarbrooke (2000) o turismo sustentável deve ser visto sob três dimensões: o meio ambiente, tanto natural quanto construído; a vida econômica de comunidades e empresas e os aspectos sociais do turismo, em termos de seus

impactos sobre culturas anfitriãs e turistas, e a cultura pela qual são tratados os que trabalham no turismo.

No que toca ao meio ambiente, o turismo pode ser benéfico quando oferece uma motivação para a conservação ambiental. Para Mathielson e Wall (1982) “pode-se também creditar ao turismo o mérito da valorização do meio ambiente”. O turismo pode e deve tornar as pessoas mais informadas sobre a importância do meio ambiente natural para a espécie humana.

O turismo deve motivar os governos a conservarem a fauna e a flora por seus valores como insumos (recursos) para a produção turística; deve despertar a consciência dos turistas quanto às questões ambientais e levá-los a participar de campanhas de preservação e conservação; deve manter as regiões agrícolas viáveis por meio de uma renda complementar (turismo rural) para os agricultores.

A dimensão econômica deve também ser avaliada sob o prisma do turismo sustentável, sempre observando que esta atividade traz benefícios e custos (econômicos, sociais e ambientais). Estes impactos estão relacionados à natureza da economia local e ao seu grau de desenvolvimento e inserção na economia capitalista global.

O impacto econômico do turismo variará significativamente dependendo de variáveis como: gasto do turista (local ou pacote); força de trabalho empregada nesta atividade; da massa de salários e sua destinação entre consumo local ou importação e poupança futura; e do grau de fuga do capital, ou seja, o efeito multiplicador será internalizado ou exportado.

Este efeito multiplicador gera a circulação do gasto do turista pela economia local em uma série de etapas (gastos em negócios locais; em negócios que exigem importação de bens e serviços; tributos e taxas pagas pelos negócios; retorno de

investimentos locais ou externos). Em termos de turismo sustentável, os objetivos são maximizar os gastos dos turistas e, então, minimizar as fugas de renda do turismo a partir da economia local.

A estrutura de preços relativos na destinação também merece atenção. É importante assegurar que os turistas paguem um preço justo pelo produto e pela experiência que estão vivenciando. Os investimentos públicos em serviços básicos, como vimos acima, devem ser custeados pelos impostos cobrados das empresas de turismo e pelas taxas de permanência compatíveis com as necessidades de conservação do ambiente humano e natural. Todos se beneficiam dos melhoramentos introduzidos nos serviços públicos, porém o preço deve ser pago pelos visitantes e não pelos moradores. Para Bull (1995) os efeitos provocados pelo crescimento do turismo podem levar à coexistência de dois mercados de bens e serviços: o mercado para atender aos turistas que pratica preços na esfera internacional e o mercado para atender aos residentes, que é subsidiado pelo primeiro, tornando as mercadorias mais baratas, e não, impondo aos nativos um custo de vida que não lhes corresponde.

Swarbrooke (2000) ainda chama a atenção para as tendências econômicas atuais que permeiam a globalização e a conseqüente padronização dos produtos, pasteurizando os mesmos e reduzindo a influência das diferenças culturais e geográficas, nacionais, regionais e locais. Em seguida o aumento da presença de empresas multinacionais em todos os países subdesenvolvidos, resulta em cinco possíveis áreas de envolvimento para as economias locais a seguir discriminadas:

- O controle sobre a indústria e o desenvolvimento desta;
- O controle sobre os mercados e fluxos de turistas;

- Os preços obtidos para os serviços turísticos e outros bens, na localidade;
- O destino do pagamento dos fatores de produção;
- A concorrência com empresas locais e os efeitos demonstração de técnicas de produção.

Como resultado temos a perda de controle local, o que contraria um dos princípios do turismo sustentável.

Teoricamente, os princípios da sustentabilidade econômica deveriam garantir:

1. Maximização dos benefícios e redução dos custos econômicos;
2. A ampla distribuição dos benefícios do turismo tornando-o socialmente justo;
3. O turista paga um preço justo por sua experiência;
4. Divisão eqüitativa dos custos promocionais entre o setor privado e público;
5. A proteção dos negócios locais frente à concorrência das grandes empresas e capitais que desejam se instalar e que tenham poucos compromissos com a localidade;
6. A redução da fuga de capital da localidade para outras destinações.

No plano econômico local o turismo apresenta-se como uma atividade que deve buscar a integração da comunidade local no processo produtivo e respeitar os costumes e as tradições nativas, bem como contribuir com a preservação ambiental. Alguns fatores podem ajudar na determinação do equilíbrio das forças positivas e negativas que atuam simultaneamente em um pólo receptivo, quais sejam:

1. O poder organizacional e político da população local;
2. O tipo de turismo praticado na região;
3. O nível de desenvolvimento econômico e social da população local em relação aos visitantes;
4. As políticas públicas voltadas para administrar o turismo e demais setores coadjuvantes no processo produtivo (saúde, educação, transporte, saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, limpeza urbana, dentre outras).

Cabe destacar o papel do setor público na elaboração, na implantação e na gestão dos processos e produtos que permeiam a produção turística em consonância com as demais atividades. Seguindo o modelo de políticas públicas e investimentos para a saúde, propostas por Westphal e Ziglio (2003), estas ações estruturam-se a partir de quatro condições básicas: equidade, intersetorialidade, democratização do poder (participação e inclusão) e sustentabilidade.

Equidade no sentido de propor uma política que tenha a possibilidade de atuar sobre as iniquidades, viabilizando uma distribuição justa do lucro social obtido com o esforço de toda a comunidade.

O princípio da equidade reconhece que os indivíduos são diferentes entre si e, portanto, merecem tratamento diferenciado, de modo a eliminar/reduzir as desigualdades existentes. Assim, indivíduos pobres necessitam de uma parcela maior de recursos públicos do que os ricos. Logo, nem toda desigualdade constitui equidade no sentido de injustiça. A equidade pode ser considerada como uma “desigualdade injusta” e que poderia ser evitada, daí sua importância para os tomadores de decisão.

Para Guimarães (1996) a equidade é um importante componente do desenvolvimento e deve ser construída através de investimentos em saúde, educação e capacitação da população (empowerment) para que ela se integre na vida econômica, política, social e cultural.

As políticas públicas que devem permear as bases para um desenvolvimento humano e sustentável devem levar em consideração a superação de propostas setorializadas, assistenciais e compensatórias através da intersectorialidade dos atores e segmentos envolvidos no processo.

A intersectorialidade pode ser compreendida como a articulação de saberes e experiências na identificação participativa de problemas coletivos, nas decisões integradas sobre políticas e investimentos com o objetivo de obter retornos sociais, com efeitos sinérgicos no desenvolvimento econômico-social e na superação da exclusão social (Junqueira e Inojosa, 1994).

Se os problemas decorrem das interconexões entre fatores e dos sistemas entre si, sua análise não pode ser feita isoladamente, sem verificação das interconexões com outros fatores, de outras áreas ou setores, com o risco de através de uma análise fragmentada e incompleta da realidade, cometer erros de avaliação e dar soluções parciais, desarticuladas e incompletas aos problemas (Inojosa, 1998).

É através do paradigma da intersectorialidade que poderemos ter uma visão completa dos processos que ocorrem no mundo real e das suas conexões entre vários e diferentes níveis do contexto.

A definição de atores e setores que irão compor o escopo de um conjunto de ações voltadas para promover o desenvolvimento humano deve levar em consideração a intersectorialidade existente entre estes visando uma melhor complementação com eficácia sobre as metas estabelecidas para tal finalidade.

A participação da população nos processos decisórios deve ser considerada na proposta e planejamento das ações que visam promover o desenvolvimento

econômico e social sustentado. A capacidade da comunidade de reconhecer suas necessidades e propor juntamente com os demais agentes sociais e políticos as soluções (empowerment) que devem ser implementadas através de políticas públicas visando o bem comum (qualidade de vida) e a distribuição justa dos resultados obtidos incluindo o acesso aos bens e serviços considerados essenciais (saúde, educação, cultura, lazer...) deve ser considerada pelos planejadores e gestores do desenvolvimento.

Três aspectos merecem destaque neste princípio: em primeiro lugar a garantia da representatividade coletiva na escolha das atividades (planejamento participativo) a serem fomentadas, através de políticas públicas; em segundo, o aproveitamento do capital social existente na localidade onde as políticas e ações serão implementadas, buscando sempre incluir a comunidade e suas potencialidades; e como terceiro aspecto a distribuição justa (eqüitativa) dos ganhos advindos das transformações sócio-econômicas e políticas.

O princípio da sustentabilidade contém dois elementos-chave:

1. O conceito de "necessidade", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
2. A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Alguns aspectos que permeiam o termo sustentabilidade merecem destaque :  
"...exigem valores que encoragem padrões de consumo que estejam dentro dos limites do ecologicamente possível e aos quais todos possam aspirar com sensatez...as satisfações de necessidades essenciais depende em parte de se alcançar completo potencial de crescimento, e o desenvolvimento sustentável

claramente exige crescimento econômico nos lugares onde tais necessidades não estão sendo satisfeitas...apesar da questão não ser meramente de tamanho populacional, mas de distribuição de recursos, o desenvolvimento sustentável só pode ser buscado se o desenvolvimento demográfico estiver em harmonia com o mutável potencial produtivo do ecossistema...o desenvolvimento sustentável não deve colocar em risco sistemas naturais que permitem a vida na terra: a atmosfera, a água, os solos e os seres vivos...o crescimento não tem limites definidos em termos de população ou de uso dos recursos, além dos quais se encontra o desastre ecológico...mas a sustentabilidade exige que antes dos resultados finais, sejam feitos esforços para garantir um acesso mais igualitário aos recursos...a maioria dos recursos renováveis são parte de um complexo ecossistema interligado, e deve-se definir o rendimento sustentável máximo depois de se considerar os efeitos de exploração que envolvam o sistema...o desenvolvimento sustentável exige que o esgotamento de recursos não-renováveis impeça o mínimo possível de futuras opções...o desenvolvimento sustentável exige a conservação de espécies da fauna e da flora...exige que os impactos adversos na qualidade do ar, da água, e de outros elementos naturais sejam minimizados de forma a sustentar a integridade total do ecossistema...controle por parte da comunidade sobre as decisões de desenvolvimento que afetam os ecossistemas locais...a biosfera é o lar comum da espécie humana e a administração conjunta da biosfera é um pré-requisito para a segurança política global...as comunidades devem perseguir o bem-estar econômico e, ao mesmo tempo, reconhecer que as políticas (governamentais) podem definir limites ao crescimento material...a política ambiental das empresas é uma extensão da administração de qualidade total...um sistema efetivo de auditoria ambiental está no cerne da boa administração do meio ambiente” (Murphy, 1994).

Sachs(1993), discutindo a questão do desenvolvimento sustentável, sugere cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos que devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento: social, econômico, ecológico, espacial e cultural. No plano social busca-se uma melhora na distribuição de renda e a redução da exclusão social; no econômico o aumento da eficiência na alocação de recursos e na sua gestão; no ecológico a preservação do meio ambiente, sem comprometer a oferta de recursos naturais necessárias à sobrevivência humana; na espacial a preocupação com a ocupação do solo (rural e urbano) e sua utilização econômica de forma eqüitativa; no plano cultural a busca por uma cultura que respeite o meio ambiente e a redução no consumo de bens que causem impactos na natureza.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Para que haja um desenvolvimento sustentável é preciso que todos tenham atendido suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (Comissão...1991).

Ao se definirem os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é preciso levar em conta os recursos disponíveis e a tecnologia a ser utilizada no processo produtivo para garantir a sustentabilidade desejada, mesmo numa economia de mercado.

A chave para os impactos socioculturais do turismo parece ser a relação entre as comunidades locais e turistas (Swarbrooke,2000). As principais características deste relacionamento são: ele é transitório e de curta duração na maioria dos casos; os turistas querem ver tudo o que podem no menor tempo possível; os turistas permanecem em equipamentos turísticos e visitas turísticas; a relação com a comunidade é formal na grande maioria das vezes em decorrência das diferenças

culturais, no poder de compra, nas necessidades e nas expectativas de cada segmento (comunidade – turistas). Há também a idéia de que a qualidade do relacionamento entre os turistas e a comunidade piora na medida em que o fluxo de visitantes aumenta.

Mathielson e Wall (1982) colocam o efeito demonstração como um importante aspecto que influencia o relacionamento entre turistas e comunidade. Este efeito é representado pela apreciação da comunidade aos estilos de vida dos visitantes, que tem reflexos sobre suas próprias expectativas e estilos de vida praticados, portanto influenciam a qualidade de vida dos residentes.

Seaton (1996) chamou atenção para outro aspecto que permeia os impactos sociais do turismo, conceituando o que chamou de privação relativa: “ Sentimentos de privação relativos a um grupo com o qual um individuo se compara...a teoria garante que a maneira como as pessoas avaliam suas circunstâncias depende de quem lhes serve de comparação”. Este pode ser um fator gerador de hostilidade entre a comunidade e os visitantes, na medida em que a primeira nota a diferença de acesso a serviços básicos privilegiados ao primeiro grupo, pelo fato de estarem comprando o produto turístico de determinada localidade.

Na dimensão social, o turismo sustentável objetiva justiça no tratamento a todos os participantes do turismo com oportunidades para todos e igualdade racial, étnica, etária e de gênero. A administração desta atividade deve perseguir a manutenção dos usos e costumes dos habitantes locais, sua dignidade e orgulho, como também buscar juntamente aos produtores um forma de impor preços justos aos turistas para que a receita possa ampliar o lucro social da comunidade local, com melhores salários e mais acesso aos serviços básicos necessários.

Tudo isso exige uma presença efetiva dos governos locais, da comunidade local e dos investidores e empresários envolvidos direta ou indiretamente. Significa também que as comunidades precisam de mais poder participativo nas decisões do que produzir, quando produzir, para quem produzir e como produzir, além de sua possível influência na escolha dos tipos de investimentos a serem realizados visando seu desenvolvimento humano.

Importante reconhecer que os conceitos e teorias discutidas ao longo deste capítulo convergem para os princípios da promoção da saúde propostos em Sundsvall e aperfeiçoados posteriormente nas demais conferências. Aliados ao conceito de Desenvolvimento humano como resultado do atendimento das necessidades básicas e complexas das pessoas e decorrentes do crescimento econômico e sua distribuição, o turismo constitui-se em um vetor gerador e multiplicador de riquezas capaz de transformar positivamente uma sociedade receptora, desde que, as políticas públicas condutoras do processo estejam em sintonia com os anseios da comunidade.

### 2.5.1 Estratégias e Políticas

A promoção do desenvolvimento tem como condição necessária a definição de estratégias e políticas que levem em consideração o capital social e as potencialidades locais e de alianças externas (Lisakka, 2006).

O modelo de desenvolvimento a ser adotado por uma comunidade deve então buscar o fortalecimento das potencialidades locais (recursos humanos, naturais, tecnologia, tradições culturais) em busca de uma qualidade de vida com saúde. Na crítica teórica sobre as novas abordagens de desenvolvimento (Amaral Filho, 1996),

os modelos denominados de baixo para cima e a valorização dos elementos endógenos têm estado na pauta das discussões sobre o assunto.

Uma política de desenvolvimento endógeno promove iniciativas locais que utilizam recursos e insumos locais. Já uma política de desenvolvimento exógeno orienta-se para a atração de recursos externos, ficando o controle dos mesmos fora do âmbito local. Consideramos que um modelo intermediário de desenvolvimento, que busque aliar a utilização dos recursos locais e atrair recursos externos sob condições dadas pelas políticas públicas locais (modelo de gestão pública), podem resultar em ganhos para todos os envolvidos no processo.

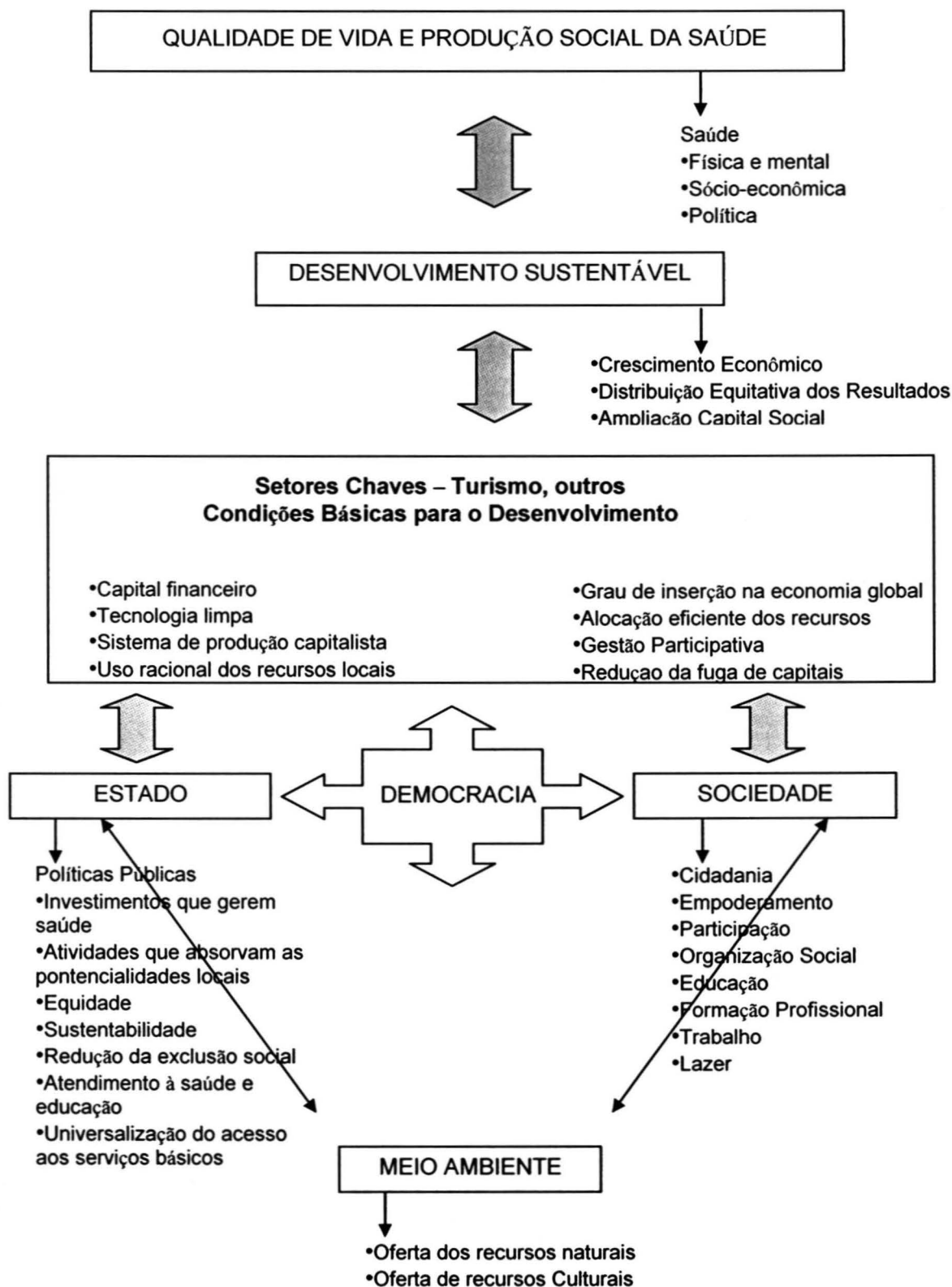
Desta maneira, o papel do Estado na concepção e gerenciamento de políticas públicas de natureza econômica e social ganha força, tornando-se uma instância fundamental capaz de mediar um processo redistributivo que assegure aos cidadãos as condições básicas de sobrevivência e imponha limites ao processo de exclusão. A crença de que desenvolvimento social seria uma consequência, por si só, do desenvolvimento econômico, sempre orientou as definições políticas de nossos governos. (Ziglio; Westphal, 2003)

Especialista nas áreas de saúde, meio ambiente, educação, além de planejadores e pesquisadores vêm propondo novas formas de elaboração das políticas públicas, em uma nova perspectiva do significado de desenvolvimento social e com base em uma visão do papel do Estado que não se confunda com o estatismo nem com o privatismo, mas que fale de parcerias e solidariedade da sociedade civil, mantendo o Estado responsável pela condução do processo de formulação de políticas relativas ao desenvolvimento econômico e social. (Ziglio; Westphal, 2003)

O desenvolvimento econômico, sócio-cultural, político e ambiental pressupõe então um equilíbrio entre as diversas forças e agentes envolvidos no processo visando atingir um nível de qualidade de vida, aqui entendido como a prerrogativa de gozar de direitos inerentes à cidadania, liberdades e oportunidades, fundadas no auto-respeito e satisfação das necessidades individuais e coletivas para alcançar felicidade (Queiroz,2002).

Neste sentido, um dos pilares para alcançar a qualidade de vida em consonância com um desenvolvimento econômico e sócio-ambiental (humano) está associado ao objetivo estabelecido na Conferência de Atenção Primária a Saúde realizada em 1978, da consecução de saúde para todos no ano de 2000. A saúde para todos só seria possível, especialmente nos países do Terceiro Mundo, com progresso econômico e medidas de combate à pobreza, produção de alimentos, abastecimento de água, saneamento básico, proteção ambiental e educação. O século XXI começou e ainda estamos longe de atingir este objetivo, porque especialmente nos países emergentes, como o Brasil, estas condições necessárias ao desenvolvimento não foram estabelecidas

À luz destes conceitos e teorias vamos analisar os impactos do processo de consolidação do turismo no Distrito de Fernando de Noronha nos planos econômico, social e político, bem como na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida dos residentes neste espaço. A figura abaixo ilustra os agentes e princípios que nortearão este trabalho.



**QUADRO EXPLICATIVO DO MARCO TEÓRICO**

### **3 A CONCEPÇÃO DA PESQUISA**

### **3 CONCEPÇÃO DA PESQUISA – DEFINIÇÃO DE ETAPAS E OBJETIVOS**

#### **3.1. Investindo para Promover Saúde**

As relações entre as práticas e as necessidades de saúde de uma população podem ser apreendidas segundo dois enfoques: o primeiro consiste na busca dos seus significados econômico, político e ideológico, bem como da especificidade dessas relações em sociedades concretas. O segundo diz respeito à capacidade das práticas modificarem uma dada situação de saúde, atendendo ou não as necessidades de saúde de determinada população (Silva; Formigli, 1994).

Este é o caso da abordagem do Investimento para promover a saúde (IFH) realizada pela Comissão Regional da Organização Mundial da Saúde na Europa. O “bench-mark” acredita que a maior parte das melhorias na saúde da população tem vindo principalmente de melhorias econômicas e sociais que também promovem a saúde. Investimentos decididos a partir de critérios de bem-estar e saúde trazem benefícios sociais e econômicos para a comunidade como um todo.

Segundo esta abordagem até bem recentemente, a prática da saúde pública incluindo suas intervenções, foi conduzida por evidências vindas da epidemiologia clássica sustentada por conceito biomédico. Muito pouca atenção foi dada aos efeitos do desenvolvimento social e econômico na saúde da população. No nível nacional é evidente a correlação entre o crescimento da economia, a distribuição de renda e o estado de saúde da população. Quanto maior a renda per capita e quanto

mais eqüitativa sua distribuição maior a tendência de vidas longas e saudáveis para a população.

Estudos realizados pelo Banco Mundial demonstram que nos países em desenvolvimento, um aumento de 10% na renda pessoal corresponde a uma queda de 3,5% de queda nas taxas de mortalidade infantil. A renda neste caso é o componente principal desta cadeia de causas e efeitos positivos e negativos sobre a saúde das pessoas. Sociedades com altos níveis de pobreza e concentração de renda tendem a apresentar altos níveis de violência (a exemplo do Brasil), mediado pelo consumo como valor.

É importante acrescentar que os primeiros achados da Comissão de Saúde e Macroeconomia da OMS evidenciam a necessidade de posicionar a promoção da saúde no centro da agenda de desenvolvimento dos países.

Cabe-nos então reproduzir a seguinte questão: “Quais investimentos contribuem para um desenvolvimento social e econômico de forma sustentável e eqüitativa, e que resultem em retornos positivos para toda a população?”.

Certamente, a escolha de setores chaves com potencial para alavancar o progresso humano com saúde e melhor qualidade de vida. Em princípio é importante identificar as potencialidades e necessidades das populações locais visando direcionar os programas e ações a serem tomadas.

Em meio a estas colocações, a atividade turística, especificamente o turismo surge como alternativa naquelas localidades que possuem recursos naturais<sup>3</sup> naturais e culturais abundantes e preferencialmente diferenciados dos demais destinos turísticos existentes no planeta. Além do que, esta atividade possui

---

<sup>3</sup> Ver anexo sobre os principais espaços naturais para prática do ecoturismo no Brasil.

princípios para sua implantação que seguem de perto a noção de desenvolvimento sustentável (turismo sustentável) apresentada no capítulo anterior.

No Brasil, o turismo vem apresentando resultados econômicos positivos e representa atualmente um dos eixos de desenvolvimento do governo federal, como se pode demonstrar através do plano de desenvolvimento desta atividade apresentado pelo Ministério do Turismo para o período 2003 a 2007, que teve como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade e como principais vetores norteadores de governo (Mintur, 2003):

- **Redução das desigualdades regionais e sociais;**
- **Geração e distribuição de renda;**
- **Geração de emprego e ocupação;**
- **Equilíbrio do Balanço de Pagamentos do Brasil.**

Historicamente, no Brasil, esta atividade toma expressividade social e econômica após a transição do regime militar para a democracia, o que coincide com uma maior abertura do país para o comércio internacional e com as reformas do Estado e a consolidação das instituições democráticas. O quadro 3.1 abaixo revela a evolução das chegadas internacionais de turistas no Brasil atingindo um patamar superior a 3,0 milhões de chegadas a partir de 1998.

No prisma interno, o turismo ganha força a partir da implantação do Plano Real que eleva no primeiro momento (1995 a 1998) a renda real dos trabalhadores possibilitando sua inserção no mercado de viagens e turismo. Além disto, forma-se no país a consciência empresarial de explorar um número maior de destinos turísticos nas várias regiões do país, incluindo-se a Amazônia e as praias do Nordeste Brasileiro.

Abrem-se no país diversos cursos de turismo em nível técnico e superior com a intenção de formar mão-de-obra para esta nova atividade econômica que desponta entre as mais promissoras naquele período.

<b>ANO</b>	<b>FLUXO</b>	<b>NÚMERO ÍNDICE - BASE (1990)</b>
1990	1.091.067	100,00
1991	1.228.178	112,57
1992	1.692.078	155,08
1993	1.641.138	150,42
1994	1.853.301	169,86
1995	1.991.416	182,52
1996	2.665.508	244,30
1997	2.849.750	261,19
1998	4.818.084	441,59
1999	5.107.169	468,09
2000	5.313.463	487,00
2001	4.772.575	437,42
2002	3.783.409	346,76
2003	4.132.847	378,78
2004	4.793.703	390,31
2005	5.568.170	491,09

Fonte: Anuário Estatístico da Embratur – 2005.

Quadro 3.1 - Chegadas de Turistas ao Brasil – 1990 a 2004

A taxa de crescimento anual dos fluxos domésticos, medida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP) entre os anos de 1998 e 2002 atingiu a 3,2%, o que representa atualmente um mercado de 42 milhões de consumidores.

Este mercado concentra 40% de sua demanda na região Sudeste (sendo 27% no Estado de São Paulo), 35% na região Nordeste do país e o restante nas demais regiões do Brasil.

Neste contexto, a busca por formas alternativas de prática do turismo que conservem o ambiente e respeite a cultura local promovendo um desenvolvimento humano saudável para os residentes, tem sido a tônica daqueles planejadores e fazedores de políticas públicas preocupados com os impactos negativos decorrentes desta atividade.

As áreas naturais conservadas tais como parques marinhos, reservas ecológicas, e demais espaços naturais que apresentam certa exuberância na sua fauna e flora tem sido também alvo da exploração do turismo na atualidade. O discurso dos gestores para autorizar a implantação desta atividade centra-se no chamado turismo sustentável, que busca uma planta de produção em harmonia com a população local e o ambiente físico existente conservando-o para as gerações futuras.

Segundo John Swarbrooke (2000), o conceito de turismo sustentável, não está relacionado apenas à proteção do meio ambiente, mas está ligado à viabilidade econômica em longo prazo e à justiça social. O turismo sustentável, como promotor de relações sociais, gera trabalho, renda e desenvolvimento econômico por meio da modificação favorável do meio ambiente e do uso sustentável dos recursos, sejam eles naturais ou não.

Por conseguinte, as populações nativas tendem a se beneficiar do modelo proposto internalizando os ganhos advindos do crescimento econômico e social destas localidades com a exploração do turismo. A gestão das unidades de

conservação<sup>4</sup> terá um papel central na consecução da afirmativa anterior, ou seja, a condução das atividades públicas e de natureza privada ali instaladas (através de parcerias) podem levar ao desenvolvimento beneficiando a comunidade (saúde e melhor qualidade de vida) e promovendo a preservação a natureza.

No Brasil, as *unidades de conservação* mais importantes e que atualmente exploram comercialmente o Turismo em seu território estão situadas no Estado do Paraná (Parque Nacional do Iguaçu), no Estado de Pernambuco (Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha), no Estado do Mato Grosso do Sul (Pantanal e Bonito), além do Estado da Amazônia (vide anexo II).

A preocupação com o desenvolvimento de atividades comerciais com tipicidade capitalista (geração de lucro privado e exploração dos fatores humanos e naturais) em territórios protegidos e seus impactos sobre a saúde e o bem-estar da população nativa nos incentivou a desenvolver esta pesquisa. A experiência sofrida por outras localidades, como Canoa Quebrada no Ceará, Litoral de Bertioga em São Paulo, Porto Seguro na Bahia dentre outras, demonstrou que a gestão do turismo sem a participação popular no processo de planejamento, implantação e exploração do turismo, bem como, a inexistência da preocupação com a distribuição dos ganhos financeiros gerando lucro social, além do descaso com os impactos culturais negativos e a internalização dos resultados positivos tem demonstrado que o turismo sem planejamento e gestão eficientes é predatório e gerador de iniquidades em todos os sentidos, incidindo inclusive sobre a saúde local. Os efeitos desastrosos destas administrações servem como parâmetro (negativo é claro) para as novas empreendidas que se desenham pelo país.

---

<sup>4</sup> Ver anexo IV – Lei No. 9.985 / 18 de julho de 2000 / Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

### 3.2 O Problema

Levando-se em consideração que o Distrito de Fernando de Noronha explora o turismo em parte de seu território pergunta-se:

1. Os investimentos e estratégias adotadas na região para a consolidação do turismo têm produzido ganhos para a saúde da população local nos últimos anos?
2. Houve desenvolvimento humano da população local neste período de tempo? Até que ponto o turismo é o responsável por esta transformação social?
3. A infra-estrutura de saúde existente naquela localidade é adequada para a população local e para o fluxo anual de visitantes?
4. Os investimentos no turismo contribuem para um desenvolvimento social e econômico de forma sustentável e equitativa, resultando em retorno para a população local?

### 3.3 Hipóteses

A atividade turística é geradora de riqueza (OMT,2000). Seus impactos econômicos vão desde a geração direta de postos de trabalho e seus respectivos salários, passando pela geração de divisas internacionais (balanço de pagamentos) e pela geração de tributos. O modelo de gestão desta atividade numa determinada localidade será um dos determinantes dos ganhos e perdas sociais, culturais e ambientais e um melhor ou pior nível de bem-estar social e econômico da população receptora.

Para alcançar um melhor aproveitamento desta atividade, como indutora do desenvolvimento humano, devemos levar em consideração os seguintes aspectos premissas):

1. A atividade do turismo resulta num elevado grau de internalização dos lucros e externalização das perdas, para estar comprometida com o modelo de desenvolvimento adotado neste trabalho;

2. A promoção do Empoderamento (empowerment) e desenvolvimento humano facilita a participação da população na tomada de decisões políticas locais;

3. O grau de inserção dos ilhéus na exploração das atividades econômicas, no apoio e na direção (gestão privada) dos negócios do turismo, deve ser evidente;

4. A atividade do turismo é capaz de gerar mudanças no comportamento social da população, modificando seus hábitos e cultura com reflexos sobre sua saúde e qualidade de vida.

### **3.4 Objetivos**

#### **3.4.1 Geral**

Avaliar as mudanças econômicas, sociais e políticas originadas pela prática do turismo no Distrito de Fernando de Noronha e seus reflexos sobre a saúde e a qualidade de vida da população residente no período compreendido entre 1991 a 2005.

#### **3.4.2 Específicos**

1. Análise do Plano de Turismo para Fernando de Noronha – 2005 à luz de uma gestão administrativa da Ilha que planeja e implanta os programas desta atividade e sua convergência com o conceito de sustentabilidade.

2. Verificar as mudanças (saúde, educação, renda) provocadas na qualidade de vida da população, residente em Fernando de Noronha, decorrentes do desenvolvimento do turismo naquele espaço.
3. Caracterizar os tipos de emprego gerado pelo turismo e a mensuração da renda auferida pessoal e familiar;

Verificar o grau de participação dos ilhéus neste planejamento, e na sua implantação.

## **4 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

## 4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 Tipo de Estudo

Levando-se em consideração o objetivo deste estudo, optou-se por uma abordagem de natureza qualitativa, complementada por indicadores e cenários quantitativos. Trata-se, portanto, de um estudo de caso descritivo, que aborda aspectos qualitativos e quantitativos relacionados à saúde e qualidade de vida dos ilhéus.

É importante ressaltar que a pesquisa quantitativa apreende apenas a região visível e concreta do problema. A pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos apenas a simples operacionalização de variáveis (Minayo,1994). A pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Esta autora (Minayo,1994) ainda ratifica que o objeto das ciências sociais é histórico, significando que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. Por fim, afirma que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo.

A busca pela compreensão da realidade no espaço desta pesquisa e a identificação das transformações sociais decorrentes da evolução da atividade

turística nos levou a optar por uma abordagem associada a uma corrente de pensamento, que pretende explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos trabalhando com a vivência, com a experiência, com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana. Neste caso, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis (Minayo, 1994).

Assim, o delineamento do trabalho investigativo ficou subordinado aos seguintes procedimentos: na primeira fase da pesquisa foi desenvolvido um estudo de natureza exploratória visando obter informações que permitiram a melhoria das hipóteses apresentadas; na segunda fase, foram utilizadas entrevistas para captar a visão dos representantes comunitários, empresários e gestores, atores sociais presentes na região sobre a prática do turismo e suas conseqüências sobre a saúde e a qualidade de vida. Um inquérito direto por amostragem foi realizado para obter a percepção dos ilhéus sobre o desenvolvimento do turismo e seus reflexos no cotidiano de suas vidas, além de uma caracterização sócio-econômica dos residentes e das condições de moradia.

#### **4.2 Análise Quantitativa**

Visando obter indícios de mudanças na qualidade de vida dos residentes em Fernando de Noronha, optamos pela utilização dos índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como de algumas estatísticas resultantes da pesquisa direta domiciliar aplicada entre outubro e dezembro de 2005 e dos censos demográficos realizados pela Fundação IBGE nos anos de 1991 e 2000.

## 4.2.1 Indicadores de Resultado

### 4.2.1.1 Produto Interno Bruto per capita

O Produto Nacional Bruto (PNB) de um país, estado ou município é representado pelo valor bruto da produção realizada neste espaço econômico. O Produto Interno Bruto (PIB) é obtido pela retirada das remessas de valores efetuadas pelas empresas estrangeiras para suas matrizes e pela agregação das entradas monetárias das empresas nacionais atuando no exterior ao PNB.

O PIB, como é conhecido popularmente serve de parâmetro para se mensurar o desenvolvimento econômico ao longo de um período. Seu crescimento ou retração reflete, no campo econômico, uma maior ou menor geração de riquezas internas ao espaço de referência (país, estado, município).

É comum avaliar o nível de desenvolvimento econômico através do PIB per capita, que representa o quociente entre o valor do PIB e o total da população.

Ressalta-se que, apesar deste indicador ser mundialmente utilizado e aceito, ele é limitado, pois parte do pressuposto que a riqueza gerada é distribuída igualmente pelos habitantes do espaço econômico, fato que não se constitui em uma assertiva verdadeira. A distribuição da riqueza é feita entre as famílias, as empresas e o governo, ou seja, através de salários, lucros e tributos, recebendo os diferentes segmentos proporções desiguais do Produto Interno Bruto.

O quadro abaixo apresenta o PIB per capita brasileiro entre 1991 e 2005, refletindo o comportamento temporal desta economia.

Ano	PIB per capita (US\$)	Índice Anual – 1991

1991	3.725,56	100,00
1992	3.645,34	97,85
1993	3.764,29	101,04
1994	3.922,32	105,28
1995	4.025,10	108,04
1996	4.069,41	109,23
1997	4.139,48	111,11
1998	4.083,30	109,60
1999	4.054,37	108,83
2000	4.168,74	111,90
2001	4.161,58	111,70
2002	4.180,12	112,20
2003	4.141,98	111,18
2004	4.284,19	114,99
2005	4.319,93	115,95

Fonte: IPEA/ 2006.

Quadro 4.1 - Evolução do PIB per capita no Brasil – 1991 – 2005

Este indicador serve apenas para comparar a riqueza gerada em relação a outro período, mas não indica a forma de distribuição, que podemos antecipar não é igualitária, muito menos eqüitativa.

No quadro acima se nota que o valor do indicador per capita cresceu 15,95% entre o início e o final do período assinalado, porém não significa na prática que os brasileiros ficaram mais ricos no mesmo montante.

#### 4.2.1.2 Qualidade de Vida e Desenvolvimento Humano

Os indicadores de qualidade de vida podem ser um instrumento de planejamento, servindo como um parâmetro do grau de cobertura das necessidades

dos indivíduos ou grupos sociais, permitindo um diagnóstico da realidade das desigualdades existentes nas localidades e proporcionando bases para avaliação de programas e ações para melhorar o bem-estar da população.

A mensuração da melhora/piora da qualidade de vida de uma determinada comunidade não se constitui em tarefa fácil. A complexidade de fatores e variáveis que interagem para determinar este “estado de saúde” humana requer uma compreensão das expectativas e anseios da população tendo como parâmetros os valores apreendidos ao longo da vida.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) (SEN, 1992; PNUD, 2003), que se baseia na longevidade (expectativa de vida), no conhecimento (taxa de alfabetização da população com mais de 15 anos) e no padrão de vida (PIB per capita expresso em dólar) é um indicador agregado que vem sendo utilizado para avaliar mudanças na qualidade de vida das pessoas em determinado espaço econômico e social.

As justificativas para a escolha dos pilares acima são:

- O aumento da longevidade indica melhoria na qualidade de vida;
- Evitar doenças é outra efetivação que acompanha a longevidade;
- Uma longevidade maior pode ser vista como aumento de liberdade de viver mais;
- Uma boa saúde é uma efetivação em si mesma e também pode aumentar a produtividade;
- A educação é uma efetivação que influencia na capacidade de exercer a liberdade, melhorando a produtividade e a distribuição de renda.

O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado

baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto (PNUD,2003).

Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios, as dimensões indicadas são as mesmas – educação, longevidade e renda -, mas alguns dos indicadores utilizados são diferentes. Embora mensurem os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

Para a avaliação da dimensão **educação**, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores, com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de freqüência à escola (com peso um). O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capazes de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados). O calendário do Ministério da Educação indica que se a criança não se atrasar na escola ela completará esse ciclo aos 14 anos de idade, daí a mensuração do analfabetismo se dar a partir dos 15 anos. O segundo indicador é resultado de uma conta simples: o somatório de pessoas (independentemente da idade) que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior, dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. Estão também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e de segundo graus, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária. Apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.

Para a avaliação da dimensão **longevidade**, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano

de referência deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

Para a avaliação da dimensão **renda**, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero). No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal per capita é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo Demográfico realizado pela Fundação IBGE. Para o ano de 2005, este indicador foi obtido a partir da pesquisa direta domiciliar realizada naquele ano no distrito estadual de Fernando de Noronha.

Uma vez escolhidos os indicadores, são calculados os índices específicos de cada uma das três dimensões analisadas: IDHM-E, para educação; IDHM-L, para saúde (ou longevidade); IDHM-R, para renda. Para tanto, são determinados os valores de referência mínimo e máximo de cada categoria, que serão equivalentes a 0 e 1, respectivamente, no cálculo do índice. Os sub-índices de cada município serão valores proporcionais dentro dessa escala: quanto melhor o desempenho municipal naquela dimensão, mais próximo o seu índice estará de 1. O **IDHM de cada município** é fruto da média aritmética simples desses três sub-índices: somam-se os valores e divide-se o resultado por três ( $IDHM-E + IDHM-L + IDHM-R / 3$ ).

#### 4.2.1.3 Coeficiente de Gini

O **Coefficiente de Gini** (Hoffmann,1998) é uma medida comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais, e é igual ao coeficiente multiplicado por 100.

O coeficiente de Gini pode ser calculado pela seguinte fórmula:

$$G = 1 - (1/n) \sum_{i=1, n} (\theta_i + \theta_{i-1}), \text{ onde :}$$

G = coeficiente de Gini;

$\Theta$  = proporção acumulada da renda até a i-ésima pessoa;

n = população em estudo;

Ano	Coefficiente de Gini
1991	-
1992	0,5825
1993	0,6044
1994	-
1995	0,6005

1996	0,6021
1997	0,6021
1998	0,6002
1999	0,5940
2000	-
2001	0,5960
2002	0,5892
2003	0,5829
2004	0,5722
2005	0,5692

Fonte: IPEA/ 2006.

Quadro 4.2 - Evolução do Coeficiente de Gini no Brasil – 1991 – 2005

A partir do quadro 4.2 percebe-se que a distribuição de renda no Brasil melhorou muito pouco nos últimos 15 anos, ou seja, os 15,95% ganhos na renda per capita não chegaram nas mãos dos menos favorecidos, fortalecendo assim a idéia de que somente o PIB per capita não é um indicador abrangente para se analisar melhoria de qualidade de vida, mas apenas um indicador econômico limitado.

O estudo ainda irá utilizar alguns indicadores que auxiliarão no desenho do quadro de mudanças ocorridas no Distrito de Fernando de Noronha no período de referência do estudo proposto. Os aspectos sócio-econômicos e demográficos serão representados por: Taxa de crescimento anual da população; Índice de alfabetização de adultos e escolaridade dos chefes; Número de pessoas por domicílio/ por cômodos; Relação entre o número de crianças em idade escolar na escola e o total de crianças nesta faixa etária;

Para analisar a equidade em saúde, ou melhor equidade de acesso aos recursos para saúde serão avaliados: disponibilidade de água potável no domicílio; instalações sanitárias suficientes para o total de residentes; extensão da cobertura

do programa de saúde da família; taxa de mortalidade; taxa de mortalidade das crianças menores de 5 anos; expectativa de vida ao nascer;

Ainda serão indicadores para analisar alguns determinantes sociais da saúde: acesso ao saneamento básico; condições de moradia; infra-estrutura de atendimento à saúde; inserção dos ilhéus no mercado de trabalho (turismo e outros setores); renda *per capita*.

### **4.3 Análise Qualitativa**

#### **4.3.1 Representantes da População Residente**

Para complementação das informações necessárias ao estudo proposto, foi realizado uma entrevista em grupo com as principais lideranças que compõem o Conselho Distrital de Fernando de Noronha. O tema principal versou sobre o crescimento do fluxo turístico receptivo na localidade e de que maneira as mudanças ocorridas afetaram a vida dos residentes. Indagou-se também sobre os reflexos da atividade turística na qualidade de vida segundo a ótica dos participantes. Foram também levantadas questões sobre os principais problemas existentes na atualidade e suas principais causas, além de provocar um debate sobre os anseios e sonhos da comunidade.

#### **4.3.2 Empresários e Gestores do Turismo Local**

Além disto, foram também entrevistados empresários e gestores ligados ao turismo local e funcionários públicos ligados às áreas de saúde (Diretor do Hospital

São Lucas) e educação (Diretores da Creche e da Escola Pública de Fernando de Noronha), buscando-se obter o maior conjunto possível de visões e interpretações para o tema desta pesquisa.

#### 4.3.3 Chefes de Família Residentes

No terceiro plano foram entrevistados (por amostragem) em seus domicílios os chefes de família sobre os seguintes aspectos: relação com o turista; relação com o turismo; avaliação da qualidade de vida (pessoal e familiar); benefícios e malefícios trazidos pelo turismo; principais sonhos e anseios para suas vidas na ilha de Fernando de Noronha.

### 4.4 Coleta de Dados

A coleta de dados deu-se segundo o quadro abaixo:

<b>População Alvo</b>	<b>Método</b>	<b>Coleta</b>
Conselho Distrital	Entrevista em Grupo	Direta
Empresários do Turismo	Entrevista Gravada	Direta
Gestores do Turismo	Entrevista	Direta
Chefes das Famílias	Amostragem Domiciliar	Direta

Quadro 4.3 - Métodos de Pesquisa e de Coleta em Fernando de Noronha

#### 4.4.1 Pesquisa por Amostragem

Para obtenção dos dados sobre as condições de moradia (abastecimento de água, pavimentação, destino do lixo, número de cômodos por domicílio, tipo de piso e de parede, posse do imóvel) e sobre as condições sócio-econômicas da população residente optou-se por uma pesquisa direta domiciliar por amostragem. O instrumento de coleta de dados utilizado (anexo) foi composto por questões fechadas e abertas.

#### 4.4.1.1 Plano de Amostragem

Levando-se em consideração a pequena população residente no Distrito de Fernando de Noronha, o desenho amostral domiciliar tomou como ponto de partida os dados obtidos pela Fundação IBGE, quando da realização do Censo realizado em 2000 e projetado para 2003.

Dados Censitários:

População: 2.163 Habitantes

Domicílios Ocupados: 542

Pessoas por Domicílio: 3.99

Erro de amostragem (e) – 5 %

Nível de Confiança Desejado na estimativa ( $s_{\alpha}$ ) – 95 %

Fração de amostragem mínima – 1%

Fórmula de Cálculo do Tamanho da Amostra de domicílios -  $s_{\alpha} (p * q) / e^2$

$p=q=50\%$  (Cochram, 1975).

Tamanho da Amostra – 100 domicílios (399 residentes)

O sorteio do domicílio foi feito por método de coeficiente de sistematização com cobertura censitária a partir do cadastro fornecido pela equipe de saúde do Hospital de Fernando de Noronha através do programa de atendimento da Família com cobertura geográfica em todos os bairros existentes no espaço ocupado pelas residências.

Amostra Planejada	Amostra Realizada	Observações
100 Domicílios	124 domicílios	Foram reaplicados 24 questionários que apresentaram preenchimento incompleto
384 residentes	347 residentes	3,84 pessoas por domicílio

Quadro 4.4 - Resultado da Pesquisa de Campo

#### 4.5 Tratamento das Informações

Os dados coletados foram agrupados em dois segmentos: o primeiro contendo as variáveis quantitativas que foram tratadas estatisticamente gerando indicadores médios e percentuais, tendo-se como exemplo as questões fechadas e previamente codificadas. As informações sobre as condições sócio-econômicas das famílias e sua infra-estrutura de moradia, condições de saneamento e abastecimento de água estão neste grupo.

O segundo segmento foi composto pelas variáveis de natureza qualitativa, representadas pelas percepções dos entrevistados (chefes de família, gestores, empresários e os componentes do Conselho Distrital). Para este conjunto de respostas, aplicamos o método do Discurso do Sujeito Coletivo que é um procedimento qualiquantitativo. Esta técnica “consiste numa forma não matemática de representar (e de produzir), de modo rigoroso, o pensamento de uma coletividade, o que se faz mediante uma série de operações sobre os depoimentos e

que culmina em discursos-síntese que reúnem respostas de diferentes indivíduos, com conteúdos discursivos de sentido semelhante.” (Lefèvre e Lefèvre, 2003).

Os resultados e indicadores obtidos estão apresentados no capítulo 6 deste trabalho. A análise das informações foram a expressão da triangulação de dados secundários obtidos e dos dados primários da pesquisa amostral domiciliar.

Em relação aos dados apresentados em tabelas, as fontes sempre foram indicadas como: “Pesquisa Direta – 2005”, referindo-se aos resultados do levantamento domiciliar. As demais fontes encontram-se indicadas em cada tabela.

#### 4.6 Fontes Secundárias de Informação

A coleta dos indicadores secundários propostos no item 4.2.3 deste capítulo teve como fonte de informação as seguintes Instituições de caráter público e privado, que através de boletins estatísticos e outros meios de divulgação fornecem dados necessários à consecução objetivo proposto.

O Quadro 4.3 apresenta uma descrição das fontes e meios utilizados para esta pesquisa.

<b>Fontes</b>	<b>Descrição</b>
Ministério da Saúde/ MS.	Indicadores de Saúde
Fundação IBGE.	Censos 1991 e 2000
Governo do Estado de Pernambuco	Leis e Decretos Estaduais
Administração da Ilha de Fernando de Noronha;	Plano de Turismo de Fernando de Noronha
Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA	Índice de desenvolvimento Humano – IDH (1991 E 2000)
Ministério do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	Plano de Manejo - Resumo Executivo – 2001

Quadro 4.5 - Fontes e Meios de Divulgação de Informações Utilizadas

Partindo dos princípios propostos pela prática da Promoção da Saúde (Conferência de Sundsvall, 1991), buscou-se evidenciar com clareza os efeitos na

qualidade de vida da população residente das atividades relacionadas ao Turismo, no período de consolidação das mesmas no Distrito de Fernando de Noronha.

O processo de triangulação dos resultados se seguiu contrapondo-os a indicadores sócio-econômicos e demográficos, de saúde, e infra-estrutura, e, de Concentração de renda e de desenvolvimento humano tomando como referência dois momentos censitários (1991 e 2000) e os dados amostrais coletados (2005). Foi possível assim identificar as mudanças ocorridas e seus reflexos sobre a qualidade de vida da população.

**5 CENÁRIO DO ESTUDO – O ARQUIPÉLAGO DE  
FERNANDO DE NORONHA**

## 5 CENÁRIO DO ESTUDO – O ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA

### 5.1 A História

A recomposição da história deste espaço insular tomou como referencial o trabalho apresentado pela Administração Estadual da Ilha (Borges,1999) e site oficial, bem como, se apoiou na tese de doutorado de Lima (2000), cujo conteúdo nos permitiu extrair citações das entrevistas realizadas e enriqueceu o entendimento de sua formação antropológica.

#### 5.1.1 Tempo de Ocupação e Descoberta

Existem três versões sobre o descobrimento da ilha, duas delas apresentadas por Lima (2000) na frase que se segue:

[...] Deduz Duarte Leite que ilha aparece no planisfério de Cantino, que ela fora descoberta na quaresma de 1502, entre 14 e 27 de março, pela frota armada por um consócio de cristãos – novos que, entre 1501 e 1502, veio ao Brasil a mando de Fernão de Noronha, a 24 de Junho, dia de São João. O Visconde de Santarém atribuiu a descoberta a Gaspar de Lemos, no seu regresso de Vera Cruz, avistando a ilha no dia 24 de junho de 1500. Em 10 de Agosto de 1503 a nau capitão da armada de Américo naufragou nas proximidades da ilha, daí receber o nome do santo dia – São Lourenço”.

A terceira versão, e que predomina nos dias atuais, é aquela que atribui a autoria da descoberta à armada de Américo Vespúcio, comandada por Gonçalo Coelho, cuja nau capitão naufragou em 10 de agosto de 1503 nas proximidades do arquipélago, hoje denominado Fernando de Noronha. Estudos recentes com

tecnologia avançada já detectaram a presença de vestígios do citado navio no local historicamente mencionado (Borges, 1999).

Não resta dúvidas de que antes da chegada dos navegantes europeus, o território fernandino não abrigava agrupamento humano estável, ou seja, não há registro de núcleo fundador nativo, aborígine. A narrativa de Vespúcio é enfática a esse respeito: “a qual ilha **nunca** foi habitada por gente alguma”.

O Arquipélago permaneceu desabitado por mais de duzentos anos, sendo abordado por normandos (em 1505), franceses (em 1556, 1558 e 1612), alemães (em 1534), ingleses (em 1577) e ocupado temporariamente por holandeses (de 1629 a 1654) e franceses (de 1736 a 1737). Em 1737 Portugal, instalou uma Colônia Correccional, construindo dez fortificações, duas vilas com edificações coloniais e duas igrejas.

Por não se encontrarem referências documentais que comprovem a continuidade do povoamento no Arquipélago, tudo faz crer que houve um hiato entre as fases de sua ocupação. Assim, é somente por volta do século XVII que principia o processo efetivo de assentamento humano no espaço fernandino, e esse povoamento ganha impulso no período de caráter defensivo, isto é da construção das fortificações e da inusitada destinação daquele espaço insular para sediar um presídio. Tal decisão se efetivou em 1739 (Lima,2000). O texto abaixo comprova tal afirmativa:

cerca de quatrocentos soldados compunham a parte principal da população da ilha, sob a administração de Don Francisco de Silva Soares, capitão de infantaria, com seus oficiais, dois sacerdotes, um médico, um escrivão . A outra parte da população era constituída de **malfetores, condenados no Brasil** a penas mais longas. Havia, ainda, **alguns negros, escravos** de oficiais e soldados, num total de seiscentas almas . Na maior parte eram **brasileiros**, substituídos a dois ou a cada **três anos**, por vindos de Pernambuco.

### 5.1.2 Tempo de Presídio

Em 1770, a ilha passa à capitania de Pernambuco, como presídio comum. Cabe registrar que, durante o império, Fernando de Noronha esteve sob jurisdição do Ministério da Guerra (1823 a 1877) e do Ministério da Justiça (1877 a 1891) como local de degredo (prisão civil).

Embora recebesse principalmente presos comuns de Pernambuco, esporadicamente também eram enviados prisioneiros políticos de grandes conflitos nacionais, como a Revolução Farroupilha.

A ilha de Fernando de Noronha, como presídio político, teve vida breve. A pressão externa, as dificuldades climáticas e de comunicação, o custo financeiro para o seu funcionamento, aliado ao seu isolamento, sem dúvida contribuíam substantivamente no sentido de mostrar a inadequabilidade do espaço insular fernandino para aquele fim e, por outro lado, direcionar o olhar do governo para instalar no mesmo espaço uma base naval ou aérea; “os acontecimentos estão a exigir sem perda de tempo o que o governo federal não pode adiar. É o caso de dizer – se: façamos dela uma poderosa base da nossa defesa, antes que outros lá se estabeleçam”. (Lima, 2000).

### 5.1.3 Tempo dos Coronéis e de César Mesquita

Os “governadores do **tempo dos coronéis** presidiram todo o processo de ocupação humana e territorial e o da construção urbana do Arquipélago, gerindo igualmente todos os serviços públicos e infra – estruturais” (Lima, 2000).

O início da administração militar foi, de maneira estratégica, direcionada para suprir as deficiências da infra – estrutura da ilha, construindo residências, hospital, agência de correios, biblioteca, cassino de oficiais, estação de radio, cinema, armazém de viveres, padaria, depósito de combustível e câmara frigorífica. A criação dos serviços de saúde, farmácia e odontologia, de pesca, horticultura e de troca de gado, armazém reembolsável, padaria, afora o serviço de segurança, abriu espaço para a materialização desse aparato de dominação, através de uma estrutura administrativa altamente hierarquizada.

Na época de exército havia controle, tinha a cantina do Exército, o chamado reembolsável. Então, eles [militares] compravam a mercadoria e colocavam 105 de uma, 205 na outra. Era para todo mundo. A feira de frutas era mais difícil às vezes de 15 em 15 dias, às vezes de mês em mês, ai havia prioridade, primeiro era o Comandante, depois o capitão, depois o tenente, depois o sargento e assim ia...” (Lima, 2000).

Com a proclamação da Constituição Federal, em 1988, o Arquipélago foi reanexado ao Estado de Pernambuco, na categoria de Distrito Estadual. Essa reanexação contrariou a vontade da população noronhense, que, sob o comando do Governador Fernando César Mesquita, mobilizou-se para que Fernando de Noronha continuasse pertencendo à União. De nada adiantou este esforço e o novo Distrito passa a pertencer à administração pública do Estado de Pernambuco, sendo seu administrador indicado pelo governo estadual local.

#### 5.1.4 Tempo do Turismo

A necessidade de aproveitamento das belezas naturais do Arquipélago de Fernando de Noronha já tinha mobilizado os militares para explorar o turismo como forma de geração de emprego e renda para a população durante sua gestão.

O Arquipélago de Fernando de Noronha sempre apresentou forte vocação para o turismo, tanto que em meados de 1985, o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), na época responsável pela administração da região, esboçou um projeto de “desenvolvimento” do Arquipélago, visando construir uma infra-estrutura capaz de receber até 5.000 turistas por semana. Tais projetos não foram efetivados, tendo em vista o impacto sócio-ambiental negativo que os mesmos representavam. A sociedade local e os ambientalistas da época explicitaram tais riscos, desmotivando os principais defensores da idéia.

A partir de sua anexação como Distrito Estadual de Pernambuco, teve início um esforço governamental no sentido do aproveitamento dos recursos humanos, naturais e culturais para formatação e comercialização do produto turístico conhecido mundialmente como “Fernando de Noronha”. O apelo fundamental estava ligado à sua beleza natural e à riqueza da fauna e flora existentes até então.

Vale ressaltar que o Arquipélago de Fernando de Noronha possui um patrimônio arqueológico e cultural edificado considerável, representado por um dos maiores sistemas de defesa do século XVIII, representado pelas seguintes Fortalezas: da Conceição, de Santo Antonio, de Nossa Sra. dos Remédios, de São Pedro do Boldró, entre outras.

Inicia-se assim um tempo onde a mobilização da população em torno desta nova atividade gera uma expectativa de oportunidades para os habitantes do Distrito Estadual, capitaneados pela Coordenadoria de Meio Ambiente e Ecoturismo.

## **5.2 Características Geográficas e Demográficas**

### **5.2.1 Aspectos Geográficos**

## ÁREA TERRITORIAL E FOTO

**Latitude:** O3o 45'S e O3o 57'S;



Figura 5.1 – Imagem de Fernando de Noronha

**Longitude :** O32o 19'W e O32o 41' W.

O Arquipélago de Fernando de Noronha compreende uma área total de 26 km<sup>2</sup> de singular importância biológica e científica, sendo um dos principais destinos turísticos do Brasil. É composto por 21 ilhas e ilhotas, onde Fernando de Noronha é a maior delas com cerca de 17 km<sup>2</sup>. Situa-se no Oceano Atlântico distante 345 km do Cabo de São Roque no Rio Grande do Norte, 360 km de Natal/RN e 545 km de Recife/PE e 710 km de Fortaleza/CE.

O Arquipélago é, na verdade, formado pelo topo das montanhas de uma cordilheira de origem vulcânica, com sua base localizada há cerca de 4.000 metros de profundidade: a Dorsa Mediana do Atlântico.

O Clima é Tropical, quente oceânico, de estações bem definidas. Pluviometria média de 1.300 mm anual, com maiores índices entre março e maio e estiagem entre agosto e janeiro. Temperatura média de 25,4° C. Ventos constantes, com direção predominante SE, velocidade média 6,6 m/seg. com maiores intensidades

entre julho e agosto. Umidade relativa do ar é constante, com média anual de 81%. Insolação média máxima no mês de novembro (312,5 h) e mínima em abril (216,8 h).

Não existem cursos d'água perenes. As pequenas bacias, a reduzida capacidade de retenção de água e o clima de acentuada estiagem propiciam riachos temporários como: Riacho Mulungú (Praia do Cachorro), Córrego de Atalaia (Praia de Atalaia) e Riacho Maceió, que alimenta a Barragem do Xaréu e abastece a população (Baía do Sueste).

A região possui peculiaridades de fauna, flora e ecossistemas devido ao isolamento, além de ser caracterizada por uma ampla gama de habitats e numerosas comunidades marinhas, incluindo espécies endêmicas. Tais recursos, hoje protegidos, são importantes atrativos turísticos.

O Arquipélago de Fernando de Noronha constitui um grande banco de alimentação e reprodução para toda a fauna marinha do Nordeste brasileiro, além de representar local de alimento e descanso para espécies migratórias, tanto paleárticas quanto neárticas. Ainda encontram-se neste espaço os últimos vestígios de mata Atlântica insular e o único manguezal oceânico do Atlântico Sul. Segundo estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (2002) o Arquipélago é considerado como área de extrema importância biológica para a conservação da zona marinha.

### 5.2.2 Aspectos Demográficos

A população do Distrito de Fernando de Noronha está estimada atualmente em 2.322 habitantes pela Fundação IBGE, com um tamanho médio das famílias

estimado em 3,87 pessoas por domicílio. Esta média aproxima-se do tamanho das famílias na região nordeste 3,7 pessoas e está acima da média brasileira que é de 3,4 pessoas.

<b>Ano</b>	<b>População</b>	<b>Método</b>
2006	2.322	Estimativa
2005	2.277	Estimativa
2004	2.201	Estimativa
2003	2.165	Estimativa
2002	2.128	Estimativa
2001	2.099	Estimativa
2000	2.051	Censo
1999	1.997	Estimativa
1998	1.961	Estimativa
1997	1.927	Estimativa
1996	1.881	Contagem populacional
1991	1.686	Censo

Fonte: Fundação IBGE.

Quadro 5.1 - Evolução da População Residente – Fernando de Noronha

A taxa de crescimento médio anual da população foi de 2,08% nos últimos seis anos e projeta para o ano de 2010 um total de residentes de 3.159 pessoas. (quadro 5.1 – bases para cálculo; tabela 5.1)

Os dados oficiais têm sido questionados, pois existem pendências em tramitação na Comissão de Controle Migratório referentes a avaliação e autorizações de processos migratórios, entretanto, tendo em vista o caráter científico deste estudo, optou-se por aceitar as estatísticas produzidas pelo Censo e projeções feitas pela Fundação IBGE.

Existe ainda uma população flutuante que é composta por pessoas que estão a trabalho ou visita a parentes. Os residentes temporários, a serviço, recebem carteira de residente temporário, sob fiscalização da continuidade do vínculo empregatício à empresa pela qual foi contratado, a se destacar as instituições públicas, a ANPESCA (Associação Noronhense de pescadores) e a NORTAX (

Associação Noronhense de Taxistas). Segundo estudo realizado em 2001 este número era de 800 pessoas.

Tabela 5.1 - Taxa de crescimento anual da população

Período	Taxa (%)	Referência
1980 a 1991	2,80	Anual
1991 a 2000	1,97	Anual
2000 a 2006	2,08	Anual

Fonte: Fundação IBGE.

Adicionando-se à população residente, o fluxo de turistas mensal estimado para o período compreendido entre os anos de 1999 e 2005 (tabela 5.2), podemos ter uma idéia da pressão que este contingente populacional exerce sobre os serviços públicos (saneamento, coleta de lixo, abastecimento de água, energia elétrica, serviços de atendimento de emergência clínica). A média mensal da população total (residente e turistas) é de quase três vezes a população residente, fato que agrava o fornecimento de serviços básicos e deixa em alerta o serviço de saúde local, que dispõe de poucos leitos para internamento e um planejamento de atendimento para a população residente fixa.

Tabela 5.2 - Evolução da População Residente e Flutuante de Fernando de Noronha - Média Mensal

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>B. Turistas / Total Anual</b>	49.512	47.450	57.568	62.551	51.463	54.866	58.087
<b>A. Turistas / Média Mensal</b>	6.123	6.005	6.896	7.341	6.454	5.626	5.917
<b>C. População Residente</b>	1.997	2.051	2.099	2.128	2.165	2.201	2.277

Fonte: Administração de Fernando de Noronha e Estimativas do autor

Vale acrescentar que a Administração do Distrito realiza um controle migratório, através do controle de trânsito e permanência das pessoas, além da

cobrança da Taxa de Preservação Ambiental que inibe a permanência longa de visitantes.

### 5.2.2.1 Composição da População por Sexo e Idade

Esta população distribui-se entre homens e mulheres, com a maioria do último segmento, segundo os dados apresentados na tabela 5.3. Em relação ao ano de 1991, nota-se uma reversão a favor do sexo feminino, que passa a predominar nos dias atuais. Este fato pode ser explicado pela forte presença histórica do sexo masculino na ilha, e que com sua modernização passou a receber uma maior presença do sexo oposto.

Para enfatizar esta afirmativa, a pesquisa também revelou que do total de pessoas que haviam migrado para Fernando de Noronha nos últimos 10 anos, 58% eram do sexo feminino dos quais 54% tinham como principal motivo de permanência o “trabalho”.

Tabela 5.3 - Distribuição da População por Sexo (%)

Ano	Masculino	Feminino	Total
2005	47,38	52,62	100,00
1991	51,54	48,46	100,00

Fonte: Pesquisa Direta – 2005 e Censo 1991.

Na ótica da força de trabalho, a População em Idade Ativa (PIA) atinge a proporção de 80,69% da população total, com uma predominância etária entre 26 e 50 anos.

Tabela 5.4 - Distribuição da População por Faixa Etária (%)

Faixa Etária	Até 10 anos	10-18 anos	19-25 anos	26-50 anos	> 50 anos	Total
--------------	-------------	------------	------------	------------	-----------	-------

(%)	15,85	12,97	14,99	45,53	10,66	100,00
-----	-------	-------	-------	-------	-------	--------

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

O índice de envelhecimento (população de 65 anos e mais em relação à população menor de 15 anos) calculado para este ano foi de 22,2%, bem abaixo das médias encontradas no país (33,0%), na região nordeste (29,4%), no Estado de Pernambuco (32,6%) e da capital Recife, que atinge 41,7%.

A razão de dependência (razão entre a população menor de 15 anos e igual ou superior a 65 anos em relação à população com idade entre 15 e 64 anos) encontrada para o Distrito de Fernando de Noronha foi de 33,9%, também inferior às médias nacional (57,7%), regional (64,6%), estadual (61,5%) e da própria capital pernambucana (51,4%).

#### 5.2.2.2 O componente Migratório

Após a consolidação do turismo, esta área se tornou atrativa para investidores e trabalhadores, que, vindos do continente encontraram uma oportunidade de empreendimento ou de ocupação, apesar do controle migratório existente.

Nota-se que nos últimos anos o Distrito de Fernando de Noronha tem recebido um grande contingente de pessoas o que caracteriza um forte fluxo migratório. Em 1991 a composição da população por naturalidade era de 44,72% de pessoas nascidas em Fernando de Noronha; 29,30% representavam os não

naturais que viviam na ilha a menos de uma década (migrantes) e 25,98% eram não naturais que já residiam a mais de 10 anos (haole).

A pesquisa realizada em 2005 também revelou que 46,69% eram nativos da ilha; 20,46% eram migrantes e estavam a menos de 10 anos residindo na localidade e 32,85% eram “haoles”, ou seja, não nativos que já estavam a mais de 10 anos no local.

Tabela 5.5 – Local de Nascimento

Local de Nascimento	Noronha	Outros	Total
(%)	46,69	53,31	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

O tempo médio de residência estimado na pesquisa mostra que o processo migratório está crescendo, pois cerca de 36,50% residiam a menos de 10 anos nesta localidade.

O aumento deste fluxo migratório exige mais serviços públicos, abastecimento de água e tratamento de esgoto e lixo, que se não for atendido pode provocar uma depreciação nas condições de vida e saúde da população.

Tabela 5.6 – Tempo de Residência

Tempo de Residência	Até 3 anos	4 – 10 anos	10-20 anos	> 20 anos	Total
(%)	13,83	22,77	27,95	35,45	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

Como foi afirmado acima, o principal motivo da migração foi a busca pelo trabalho, que segundo a tabela 5.7 representa 64,57% do total de migrantes. Esta razão está associada ao crescimento do turismo e deve provocar no médio prazo uma queda na renda per capita do noronhense uma vez que os postos de trabalho passam a ser disputados com pessoas qualificadas que chegam do continente e oferecem sua mão-de-obra aos empresários locais e aos “tubarões” que hoje se

encontram com presença marcante na exploração dos serviços turísticos ali ofertados.

Tabela 5.7 – Motivo da Migração

Motivo da Migração	Trabalho	Família	Outro	Total
(%)	64,57	26,77	8,66	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

### 5.2.2.3 Natalidade e Mortalidade

A tabela 5.8 apresenta as taxas de natalidade calculadas a partir do total de nascidos vivos por residência por 1000 habitantes (não havia dados disponíveis para 2001). Nota-se o crescimento da mesma em decorrência do aumento populacional pela migração acontecida no período, como ficou demonstrado anteriormente.

Examinadas as tendências regionais, o Nordeste apresentou uma redução da natalidade em 18% e o Estado de Pernambuco em 24% no mesmo período, enfatizando que, a nova fronteira de expansão pernambucana, representada pelo Arquipélago de Fernando de Noronha e suas atividades conexas ao turismo tem atraído jovens e provocado um crescimento populacional e conseqüentemente o aumento deste indicador.

Tabela 5.8 - Nascimentos por 1000 habitantes

Taxa de Natalidade	1994	2004
(%)	3,53	6,82

Fonte : Fundação IBGE.

A tendência decrescente, observada para o Estado de Pernambuco e todos os municípios da Região Nordeste na redução da mortalidade também foi observada para Fernando de Noronha. A taxa caiu de 2,35 por mil habitantes em 1991 para

1,37 em 2004. Comparada novamente com a média nacional (6,11%), regional (7,03%) e estadual (7,56%), Noronha apresenta taxas extremamente baixas.

Tabela 5.9 - Óbitos por 1000 Habitantes

Taxas (%)	1991	2004
De Mortalidade Geral	2,35	1,37
De Mortalidade Infantil	0,59	0,01

Fonte: Fundação IBGE.

A esperança de vida ao nascer é outro dado que demonstra a qualidade de vida daquela população, pois, enquanto a média nordestina passava de 62,71 anos para 68,63 anos e Pernambuco ia de 60,58 anos para 67,12 anos, Fernando de Noronha passava de 70,65 anos para 75,11 anos entre 1991 e 2005.

### 5.3 Estrutura Administrativa

A área do Arquipélago de Fernando de Noronha encontra-se administrativamente fragmentada, entre o Governo do Estado de Pernambuco (a partir de 1988 - ADEFN), o Comando da Aeronáutica e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

A ADEFN representa o Governo do Estado de Pernambuco divide a administração da APA com o IBAMA, dentro de suas competências. A área sob jurisdição da primeira corresponde a 33,70% e o IBAMA responde por 52,79% da porção terrestre do Arquipélago de Fernando de Noronha. O Comando da aeronáutica responde por 13,51% deste território, como área de segurança nacional.

O interesse do presente estudo está centrado na gestão da ADEFN, seus projetos e ações que interferem na saúde e qualidade de vida dos residentes, como

também, nas decisões sobre o aproveitamento da área em relação ao turismo receptivo, levando em consideração a qualidade dos serviços prestados e o monitoramento dos impactos sócio-econômicos na população residente, fator que tem extrema proximidade com os determinantes sociais da saúde e, portanto, podem ter efeitos positivos ou negativos na qualidade de vida e saúde da população local.

### 5.3.1 Organização Política-Administrativa

Conforme dispõe o artigo 96 da Constituição do Estado de Pernambuco, o Arquipélago de Fernando de Noronha, constitui região geoeconômica, social e cultural deste Estado, instituído sob a forma de *Distrito Estadual*, com natureza de Autarquia Territorial, regendo-se por Estatuto Próprio, com personalidade de direito público interno e dotado de **autonomia administrativa e financeira**.

Segundo o art. 1º da Lei Estadual No. 11.304 de 28/12/1995, o Distrito Estadual de Fernando de Noronha exerce sobre toda a sua extensão a jurisdição plena atribuída às competências estadual e municipal, bem como os **poderes administrativos** e de polícia próprios do ente público.

A Autarquia Distrito Estadual de Fernando de Noronha tem por competência prover a tudo, que diz respeito ao seu interesse e ao bem estar da população residente, destacando-se:

- Representar o Poder Executivo Estadual no papel de agente normativo e regulador das atividades desenvolvidas no âmbito do Distrito Estadual;
- Preservar e proteger o meio ambiente do Arquipélago de Fernando de Noronha, assegurando a integridade do seu ecossistema natural e a

diversificação genética das espécies integrantes de sua flora e fauna, terrestre e marinha;

- Preservar e proteger o patrimônio histórico do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, garantindo a manutenção das características urbanísticas e arquitetônicas das correspondentes épocas históricas;
- Organizar, executar e manter os serviços públicos locais diretamente ou mediante regime de concessão, permissão ou autorização;
- Organizar, dispor e manter os serviços administrativos e de apoio operacional necessários ao contínuo e regular exercício das atividades sob a responsabilidade do Distrito Estadual;
- Assegurar, organizar e regulamentar o abastecimento da população do Arquipélago quanto às suas necessidades básicas.

Em sua história mais atual, pode-se destacar um conjunto de decretos (federais e estaduais), portarias distritais e leis estaduais que atingiram o Distrito de Fernando de Noronha e servem atualmente para regulamentar o uso desta reserva ambiental.

Podemos sintetizar a legislação vigente no quadro abaixo, no que tange às três esferas de governo existentes no sistema político brasileiro:

<b>DECRETOS FEDERAIS</b>	
No. 92.755/86	Declara o Território de Fernando de Noronha como área de proteção ambiental.
No. 95.922/88	Dispõe sobre o zoneamento ecológico do Território de Fernando de Noronha.
No. 96.693/88	Cria o PARQUE NACIONAL MARINHO e dá outras providências.
No. 96.878/88	Dispõe sobre a administração de bens da União, situados na área do Território de Fernando de Noronha.
No. 96.879/88	IDEM.
<b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b>	
Art. 15 das disposições constitucionais	Extingue o Território Federal de Fernando de

transitórias	Noronha, sendo sua área incorporada ao Estado de Pernambuco.
<b>CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1989</b>	
Art. 96 e parágrafos	Dispõe sobre o Distrito Estadual de Fernando de Noronha.
<b>DECRETOS ESTADUAIS</b>	
No. 13.553/89	Declara o Arquipélago de Fernando de Noronha como Área de Proteção Ambiental Estadual e dá outras providências.
No. 14.200/90	Regulamenta o recolhimento da Taxa de Preservação Ambiental no âmbito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, instituída pela Lei No. 10.403/ 89.
No. 15.230/ 91	Cria a Comissão para a elaboração do Plano de Ações Imediatas do Arquipélago de Fernando de Noronha.
<b>LEIS ESTADUAIS</b>	
NO. 10.403 / 89	Institui os tributos no âmbito do Distrito Estadual, dispõe sobre a sua competência tributária e dá outras providências.
No. 11.304/ 95	Aprova a Lei Orgânica do Distrito Estadual, dispõe sobre medidas de natureza administrativa, cria o Conselho Distrital e dá outras providências.
No. 11.305/95	Altera a Lei 10.403/88.
No. 11.704/99	Modifica as Leis 10.403/89 e 11.305/95
<b>DECRETOS E PORTARIAS DISTRITAIS</b>	
Decreto No. 004/97	Dispõe sobre Normas de Conduta de Tratamento do Lixo no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e dá outras providências.

Quadro 5.2 – Legislação vigente - Distrito de Fernando de Noronha

Merecem destaque nesta análise evolutiva da consolidação do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, além do Decreto Federal de sua criação, art.15 da Constituição Federal de 1988, e o Artigo 96 da Constituição Estadual que dispõe sobre o Distrito Estadual de Fernando de Noronha; O Decreto Federal No. 92.755/86, que declara o Território de Fernando de Noronha como área de proteção ambiental ficando o mesmo sobre as disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, bem como o Decreto Estadual 13.553/89, que declara o Arquipélago de Fernando de Noronha como Área de Proteção Ambiental Estadual e dá outras providências, ficando o mesmo protegido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Além disto podemos também considerar de importância relativa no contexto sócio-político deste novo Distrito, a Lei Estadual No. 11.304/ 95, que aprova a Lei Orgânica do Distrito Estadual, dispõe sobre medidas de natureza administrativa, cria o Conselho Distrital e dá outras providências. Este Conselho Distrital, com atribuições consultivas será o elemento de ligação entre os anseios da população residente e o novo governo estadual instalado até os dias atuais.

### 5.3.2 Organograma da Administração do DFN (Distrito de Fernando de Noronha)

O Distrito Estadual de Fernando de Noronha é representado por um **Administrador indicado pela Assembléia Legislativa Estadual e pelo Governador** de Pernambuco, de acordo com os requisitos e procedimentos previstos na Constituição do Estado e na sua Lei Orgânica. Não existe eleição direta para a escolha do Administrador, nem condições que permitam a um ilhéu garantir sua participação num processo de eleição indireta pela Assembléia Legislativa do Estado.

A Administração Geral do Distrito Estadual de Fernando de Noronha tem em sua estrutura os seguintes órgãos:

#### **Administrador Geral**

#### **Assessorias**

#### **Diretoria de Articulação Institucional:**

a) Coordenadoria de Meio Ambiente e Ecoturismo;

- Gerência de Ecoturismo;

- b) Coordenadoria de Infra-estrutura;
  - Gerência de Desenvolvimento Urbano.

**Diretoria de Gestão Insular:**

- a) Coordenadoria de Promoção Social e Eventos;
  - Gerência do Sistema de Comunicação Insular;
  - Gerência de Desenvolvimento Social;
- b) Gerência de Administração Insular;
- c) Gerência de Arrecadação e Controle Interno;
- d) Coordenadoria de Desenvolvimento das Ações de Prevenção Social e Eventos.

É válido ressaltar que as decisões sobre as políticas de saúde e educação na Ilha estão diretamente ligadas às respectivas secretarias de estado destas áreas, portanto, fora da gestão da ADEFN, fato que deve dificultar a prática da intersetorialidade dentro do contexto de uma administração participativa e integrada, voltada para o desenvolvimento na região.

#### **5.4 Potencial Econômico da Região**

O Produto Interno Bruto de Fernando de Noronha cresceu 153,84% entre os anos de 2000 e 2004 e o PIB per capita passou de R\$ 1.959,00 para R\$ 4.600,00 no mesmo período, enquanto o PIB brasileiro no mesmo período cresceu 8,95% e o PIB per capita 2,77%. Enquanto em 2000 o PIB per capita noronhense era de apenas

19,29% do valor médio brasileiro, em 2004 ele avançou para 45,09% indicando um aumento na riqueza gerada naquele espaço insular.

<b>ANO</b>	<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>PIB - per capita</b>
	<i>Preços Correntes (1000 R\$)</i>	<i>(R\$)</i>
2000	4.066,00	1.959,00
2001	5.801,00	2.743,00
2002	7.918,00	3.672,00
2003	8.372,00	3.811,00
2004	10.296,00	4.600,00
2005 (*)	12.500,00	5.494,80

*Fonte: Fundação IBGE. (\*) Estimativa do autor.*

Quadro 5.3 - Evolução do PIB – Fernando de Noronha

A principal atividade econômica existente atualmente na região é o TURISMO, que vem movimentando nos últimos 10 anos um volume de recursos físicos, humanos e financeiros, significativos para gerar ocupação e renda, bem como receita pública, decorrente de tributos pagos pelas empresas (cluster produtivo de Noronha) e do recolhimento da Taxa de Preservação Ambiental (TPA) junto aos visitantes da ilha.

Estabelecendo-se uma relação direta entre a chegada de turistas e a evolução do PIB, estimou-se para o ano de 2005 um fluxo anual de 58.087 turistas, gerando um valor de R\$ R\$ 12,5 milhões no total da riqueza gerada, e um PIB per capita de R\$ 5.494,80.

Segundo o resumo executivo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2005, o emprego gerado na ilha é composto por 27% de ocupações nas atividades turísticas e 30% nas atividades administrativas da ilha, que também incorpora funções ligadas direta e indiretamente ao turismo. O comércio, a pesca e a agropecuária são as demais atividades que existem na ilha.

A pesca, já foi a principal atividade econômica da ilha e se caracteriza pela forma artesanal com a qual é praticada, utilizando pequenas embarcações que operam em zonas próximas do arquipélago.

A agricultura é considerada de subsistência e é exercida de forma rústica e com baixa produtividade, portanto, sem oferecer ao mercado consumidor local, uma cesta de produtos agrícolas capaz de satisfazer suas necessidades, ficando assim a mesma subordinada à importação destes produtos do continente, fato que encarece sobremaneira os produtos adquiridos. (Ministério do Meio Ambiente, 2005).

A população em idade ativa evoluiu de 1.245 para 1.837 pessoas entre 1991 e 2005, indicando uma taxa de crescimento anual de 2,81%, para uma taxa média anual de 5,73% de crescimento do PIB.

Esta estatística reforça a idéia de que o desemprego aberto em Fernando de Noronha é quase nulo, pois o cálculo da taxa que mede este fenômeno, tendo como referência a procura por trabalho nos últimos sete dias em Fernando de Noronha apresentou um valor inexpressivo, qual seja 0,31%, segundo a tabela 5.10.

Tabela 5.10 – Desemprego Aberto

Procurou Trabalho nos últimos 7 dias?	Sim	Não
(%)	0,31	99,69

Fonte: Pesquisa Direta – 2005

A mão-de-obra inserida no mercado apresenta uma relação de trabalho com as empresas locais, onde apenas 33,09% atendem as exigências formais de contratação segundo a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Este aspecto demonstra o grau de informalidade existente neste mercado de trabalho e tem reflexos sobre os ganhos indiretos, como férias, 13º. Salário, Fundo de Garantia, além do direito a aposentaria ao final do tempo de serviço.

Tabela 5.11 – Vínculo Empregatício

Trabalha com Carteira Assinada ?	SIM	NÃO	TOTAL
(%)	33,09	66,91	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

A renda média dos trabalhadores ocupados atingiu o valor nominal de R\$ 1.140,72 a preços de 2005, o que representa uma média de 3,71 salários mínimos. No Brasil esta média salarial era de 3,10 salários, enquanto no nordeste este valor caía para 1,71 salários mínimos. A renda média per capita, baseada no fator trabalho estimada para aquele ano foi de R\$ 765,22 ou 2,49 salários mínimos, enquanto no mesmo período a renda per capita nacional era de R\$ 330,33 segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas.

A renda média familiar estimada para o período foi de R\$ 2.655,24 o equivalente a 8,64 salários mínimos, demonstrando um alto poder aquisitivo em relação à região nordeste, cuja média não ultrapassa 5,0 salários mínimos.

Examinando a tabela 5.12, que apresenta a distribuição da renda familiar por domicílio, verifica-se que a mesma é superior a três salários mínimos para 40% das famílias. Este dado, apesar de ter como referência o ano de 2000, corrobora com a aceitação do valor médio atual desta variável, indicando que as famílias residentes em Fernando de Noronha possuem um maior poder aquisitivo frente aos demais municípios do mesmo porte (até 5000 habitantes) no Estado de Pernambuco, bem como, à própria média estadual nesta faixa de renda, que atinge apenas a 10,0 % das famílias.

Tabela 5.12 - Distribuição de Renda Domiciliar – Fernando de Noronha - 2000

Municípios e classes de	Domicílios particulares permanentes	
	Total	Classes de salário mínimo (%)

tamanho da população		Até 1/4	De 1/4 a 1/2	De 1/2 a 1	De 1 a 2	De 2 a 3	Mais de 3
<b>Pernambuco</b>	<b>1 968 316</b>	<b>22,3</b>	<b>21,6</b>	<b>25,8</b>	<b>15,1</b>	<b>5,2</b>	<b>10,0</b>
Até 5 000 hab.	2 423	22,2	22,9	21,8	14,9	6,3	11,9
Fernando de Noronha	484	0,0	3,6	3,5	32,4	20,5	40,0

Fonte: Censo – 2000/ Fundação IBGE

No que tange à distribuição de renda, o Índice de Gini entre os anos de 1991 e 2005 demonstra que, apesar do crescimento do produto interno bruto de Fernando de Noronha, a distribuição da riqueza está mais concentrada. O crescimento de 6,8% neste indicador é resultante do processo de crescimento econômico com a presença cada vez maior de empresas e empresários vindos de outras regiões do Brasil, principalmente, de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, provocando “vazamentos” e deteriorando a internalização dos ganhos econômicos.

Tabela 5.13 - Distribuição de Renda (Coeficiente de Gini)

Ano	Coeficiente de Gini
<b>1991</b>	0,4460
<b>2005(*)</b>	0,4766

Fonte: Fundação IBGE /(\*) Pesquisa Direta.

Apesar do baixo valor apresentado pelo Índice de Gini para o ano de 2005, seu deslocamento para cima em relação a 1991, diagnostica o fato de que a renda começa a ser mal distribuída, e que no longo prazo este efeito nocivo tende a prejudicar o bem-estar e a qualidade de vida dos residentes.

## 5.5 Infra-Estrutura Urbana

Passaremos a descrever a infra-estrutura existente em Fernando de Noronha, visando obter subsídios para uma avaliação dos aspectos que permeiam a saúde e a qualidade de vida dos residentes. O acesso à comunicação, água potável, coleta

de lixo, educação, tratamento de esgoto, serviços de saúde, e habitação condizente são aspectos de relevada importância no estudo proposto.

#### 5.5.1 Habitação – Posse e Qualidade dos imóveis

A habitação é permitida apenas em 30% da ilha principal, sendo que as pessoas não são proprietárias de suas residências.

Todos os moradores do Arquipélago de Fernando de Noronha estão localizados apenas em parte da ilha de Fernando de Noronha, em áreas sob jurisdição do Governo de Pernambuco (ADEFN) ou do Comando da Aeronáutica (II Comando Regional).

Em Fernando de Noronha não há propriedades particulares existindo dois tipos de permissão para o uso do solo: aqueles que residem em benfeitorias da União (Termo de Permissão de Uso para Imóveis); aqueles que são proprietários de benfeitorias construídas sob solo da União, possuindo um Termo de Permissão de Uso do Solo. Com isto, os moradores não podem negociar seus imóveis, ou seja, transferir o seu termo de permissão.

Segundo o Plano de Manejo, Fase I, da APA de Fernando de Noronha (Resumo Executivo, 2001), somente é considerado morador permanente aquele que é proprietário de tobo de residência ou proprietário de Termo de Ocupação de Imóvel ou ainda de Termo de Permissão de Uso do Solo, ambos homologados pela ADEFN.

A população encontra-se espalhada em 15 aglomerados a seguir descritos: Vila dos Remédios, Floresta Nova, Floresta Velha, Vila do Trinta, Vacaria, Três

Paus, Boldró, Núcleo Habitacional DPV, Coréia, Conceição/Itacable, Quixaba, Estrada Velha do Sueste, Vai quem Sabe, Basinha e Vila do Porto.

A pesquisa de campo por nós realizada revelou os seguintes aspectos referentes às condições de habitação dos moradores: domicílio predominantemente próprio permanente (92,5%); com uma construção horizontal representada por casas (88,71%); em todos os casos os imóveis onde as famílias residem foram cedidos pelo Governo Federal, a época em que este Distrito estava sob sua jurisdição.

Tabela 5.14 - Espécie de Domicílio

Categoria	Particular Permanente	Particular. Improvisado	Coletivo	Total
(%)	92,50	2,50	5,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

Tabela 5.15 - Tipo de Domicílio

Categoria	Casa	Apto	Comodo	Outro	Total
(%)	88,71	6,45	3,23	1,61	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

Tabela 5.16 - Posse do Domicílio

Categoria	Próprio	Alugado	Cedido	Outro	Total
(%)	2,42	0,00	97,58	0,00	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

O termo próprio, encontrado na tabela 5.16 deve ser atribuído aos que possuem o Termo de Permissão de Uso do Solo e fizeram benfeitorias na localidade, e não significa a propriedade do imóvel.

Quanto à qualidade das residências, as tabelas abaixo nos mostram que nas paredes predominam o tijolo (73,39%) e a madeira (18,55%), sendo que o revestimento nos casos das paredes de tijolo é feito através de reboco (97,80%). Em se tratando de piso encontrado nas residências noronhenses, apresentam-se como mais freqüentes a madeira (47,58%) e o cimento (50,81%).

Tabela 5.17 - Tipo de Parede

Categoria	Tijolo	Taipa	Madeira	Outros	Total
(%)	73,39	0,00	18,55	8,06	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

Tabela 5.18 - Revestimento de Parede - Tijolo

Categoria	Reboco	Sem Reboco.	Total
(%)	97,80	2,20	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

Tabela 5.19 - Tipo de Piso

Categoria	Terra	Cimento	Taco	Carpete	Madeira	Outro	Total
(%)	0,00	50,81	0,81	0,00	47,58	0,81	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

A pavimentação das ruas ainda é precária e necessita de investimentos públicos para efetivar este benefício. Uma boa parte das vias de acesso ainda são de terra, apresentando irregularidades em sua superfície e dificultando sua utilização pelos moradores.

Tabela 5.20 - Pavimentação das Ruas

Categoria	Sim	Não	Total
(%)	56,45	43,55	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

### 5.5.2 Abastecimento de Água e Esgoto

A empresa responsável pela coleta, armazenamento, tratamento e abastecimento, bem como a coleta e tratamento de esgoto é a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA.

Devido ao racionamento de água, freqüente em Fernando de Noronha, a maioria das edificações possui cisternas e caixas d' água para armazenamento de água da chuva e/ou pela COMPESA. Sabe-se que a demanda atual por este bem público supera a capacidade da oferta, segundo o plano de manejo – fase I (2001),

que apresenta as seguintes fontes de suprimento: Açude da Pedreira (sem tratamento, por meio de caminhão pipa); placa de captação de água pluvial; dessalinizador; açude do Xaréu e por água subterrânea de poços tubulares.

Um aspecto de interesse desta pesquisa diz respeito ao acesso dos residentes aos serviços públicos considerados básicos e parte das condições que podem favorecer ou não que a população tenha uma vida de qualidade.

Em Fernando de Noronha, 97,58% dos imóveis são abastecidos pela rede geral e 98,39% possuem canalização da água diretamente para o domicílio. Aparentemente as condições de infra-estrutura demonstram que as famílias residentes recebem água nas dependências de sua casa, entretanto o problema enfrentado por elas é a falta desta, principalmente nos períodos de grande estiagem condição que pode comprometer a saúde e o bem-estar destas pessoas, conforme apresentado posteriormente entre os resultados das entrevistas individuais e em grupo.

Tabela 5.21 - Disponibilidade de água potável no domicílio (%)

<b>Ano de Referência</b>	<b>Rede Geral</b>	<b>Poço ou Nascente</b>	<b>Outra Forma</b>
<b>1991</b>	96,70	1,70	1,60
<b>2000</b>	87,10	12,40	0,50
<b>2005</b>	97,58	1,60	0,90

Fonte: Pesquisa Direta – 2005 / IBGE – 1991, 2000.

Apesar do alto índice de domicílios ligados à rede geral, o volume de água que chega nas casas ainda é pequeno e a qualidade da água é ruim, além do freqüente racionamento que dificulta a vida dos residentes.

Tabela 5.22 - Canalização da Água

Categoria	Sim	Não	Total
(%)	98,39	1,61	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

Levando-se em consideração a população flutuante e os turistas que diariamente visitam a ilha, a situação torna-se extremamente delicada comprometendo em futuro próximo a própria produção turística através do abastecimento necessário das pousadas e demais meios de hospedagem.

A pesquisa direta apontou que 64,81% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgoto, sendo forte a presença de fossa séptica (31,84%) como alternativa para o escoadouro dos dejetos produzidos nas residências (Tabela 5.3). Esta pode ser uma grande fragilidade da administração local e uma ameaça à sustentabilidade ambiental da ilha.

O tratamento de esgoto é realizado em duas lagoas de estabilização: Cachorro e Boldró, sendo que os efluentes liberados pelos sistemas não são analisados.

Tabela 5.23 - Escoadouro (Esgoto) – (%)

Categoria	Rede Geral	Fossa Séptica	Outra Forma	Sem Instalação	Total
2005	64,81	31,84	3,35	-	100,00
1991	54,07	22,82	23,11	-	100,00
2000	58,70	34,70	3,6	3,0	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

Segundo o diagnóstico apresentado pelo plano de manejo – fase I, “a rede de esgoto encontra-se deficiente e obsoleta, e esses problemas afetam diretamente a qualidade de vida da população local, bem como a atividade turística. Há, portanto, a necessidade da rede de esgoto atingir 100% dos estabelecimentos da ilha, evitando

a poluição ambiental e os efeitos negativos sobre a saúde da população” (Ministério do Meio Ambiente, 2005).

### 5.5.3 Coleta de Lixo

A empresa responsável pela limpeza pública, coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos de Fernando de Noronha é a ENGEMAIA, concessionária subordinada à ADEFN.

O lixo residencial é totalmente coletado de forma regular e seu destino é o continente (transportado por navio) e a menor parte deste é enviada para a Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos em Fernando de Noronha.

Em comparação a 1991, houve evolução significativa do número de domicílios atendidos pela coleta pública, que à época era de apenas 72,92%, segundo dados censitários da Fundação IBGE, e nos dias atuais todos os domicílios são atendidos por este serviço público.

Existem denúncias de que parte deste lixo estaria sendo enterrado na própria ilha, fato que comprometeria o sistema de abastecimento d'água (poços e açudes) e no mais longo prazo provocaria a poluição de praias e a contaminação da fauna marinha.

### 5.5.4 Telecomunicações e Energia

A iluminação pública está presente na grande maioria das residências (98,37%), segundo a pesquisa direta realizada em Fernando de Noronha.

A unidade de suprimento de energia é a CELPE (Companhia de energia elétrica de Pernambuco) que é responsável pela iluminação pública das áreas urbanas e rurais, além da COMPESA (estações elevatórias e dessalinizador), sendo exceção o destacamento de proteção de vôo da aeronáutica, que é independente do sistema. Ainda existem duas usinas eólicas sob a responsabilidade da CELPE, que não foram incorporadas efetivamente ao complexo de geração e abastecimento do Distrito Estadual.

Fernando de Noronha ainda conta com uma agência dos correios, uma emissora de rádio (frequência FM) e a TV Golfinho que dispõe de geração própria de sinal. A telefonia atende comunicação local, DDD e DDI.

A presença de antenas parabólicas para acessar outros canais via satélite, também é comum na ilha, principalmente nos meios de hospedagem daquele espaço insular.

#### 5.5.5 Atendimento à Saúde

De acordo com o Plano de Gestão, elaborado em 2001, 36% da população apontou o atendimento a saúde como o principal problema da ilha, indicando questões relacionadas a: poucos médicos e dentistas, falta de equipamentos, dentre outros.

Vale acrescentar que 10,67% dos entrevistados na pesquisa direta realizada em 2005 para este estudo elegeram a saúde como um dos principais componentes da qualidade de vida e 15,17% da amostra destacaram o atendimento à saúde como um dos principais problemas a serem enfrentados pela Administração do Distrito

Estadual. O principal sonho de 8,62% da população é obter um atendimento à saúde de boa qualidade para todos os residentes.

No que tange a assistência médica através de plano de saúde, é forte a presença de residentes que se utilizam deste recurso como forma de garantir um atendimento fora do Distrito, que oferece apenas um hospital e dispõe de poucos recursos humanos especializados e de equipamentos que permitam um bom atendimento, seja ele de emergência ou que exija um diagnóstico mais sofisticado. Segundo a tabela 5.24 dos residentes entrevistados, 43,57% dispõem de um plano de saúde privado para seu atendimento.

Tabela 5.24 – Possui Plano de Saúde?

Possui Plano de Saúde?	SIM	NÃO	TOTAL
(%)	43,57	56,43	100,00

Fonte: Pesquisa Direta – 2005

#### 5.6.5.1 Serviço de Saúde Ofertado em Fernando de Noronha

### HOSPITAL SÃO LUCAS



Figura 5.2 - Imagem do Hospital São Lucas

O Arquipélago de Fernando de Noronha possui como única unidade de atendimento à saúde o Hospital São Lucas. Esta unidade é classificada como Porte 1 e realiza atendimentos/serviços de baixa complexidade. É de natureza pública, e faz parte da rede hospitalar da Secretaria de Saúde de Pernambuco/ GERES, e apresenta as seguintes características:

- Oferece os serviços de emergência, internamentos e ambulatório. São 36 vagas no ambulatório e 20 vagas na emergência (prazo de 12 hs).
- Possui para internamento 10 leitos, distribuídos entre as clínicas: Médica, Pediátrica e Obstetrícia para atender a população local e as emergências que os turistas possam vir a necessitar (IBGE,2006);
- No ambulatório, todos os atendimentos, são por demanda espontânea, com aproximadamente 60 atendimentos/dia nas áreas de ginecologia/obstetrícia, clínica médica e pediatria.
- Possui um centro cirúrgico equipado, com 01 sala de cirurgia e 01 sala de parto.
- Além disso, disponibiliza dentro de suas instalações, um consultório odontológico que atende a toda população da Ilha e uma sala de vacinas, onde são aplicadas todas as vacinas do Programa Nacional de Imunização.
- O atendimento odontológico é feito diariamente sendo 6 pacientes atendidos pela manhã e 6 pela tarde.
- A pediatria não atende a gestantes.
- Existe um laboratório que faz exames básicos (bioquímico residente), sendo os de maior complexidade enviados para o continente.
- A demanda prevista, de atendimento ao ano, é de 600 famílias residentes e 800 pessoas flutuantes, entre funcionários e parentes dos residentes.

- O fluxo turístico não está considerado na cobertura do SUS, pois o mesmo dá atendimento apenas à população local (residentes e flutuantes).
- Os médicos especialistas, vindos do continente, visitam o Hospital em Fernando de Noronha periodicamente.
- Existe o serviço de ambulância UTI, atendendo a chamados pelo telefone 192.

O Distrito Estadual de Fernando de Noronha possui também uma unidade de PACS/PSF que oferece atendimentos de Atenção Básica aos ilhéus, inclusive com visitas domiciliares e programas de saúde como os de Hipertensão, Diabetes, Hanseníase/Tuberculose, Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde da Mulher, entre outros. Os agentes fazem visitas domiciliares e desenvolvem também um trabalho de conscientização na escola do Distrito e na creche, assim como, promovem aplicação de flúor nas crianças. Este programa ainda abrange o chamado grupo da boa idade, promovendo atividades físicas, recreação, passeios, danças.

Considerando-se as características geográficas do Distrito, ainda é ofertado à população local o Tratamento Fora Domicílio (TFD) com o objetivo de suprir as carências de profissionais especialistas nas diversas áreas de saúde com encaminhamentos aos diversos serviços localizados na cidade do Recife garantidos através de agendamento prévio ou reserva de leito nos hospitais referenciados.

Atualmente existe uma Unidade de Apoio Assistencial composta por duas enfermeiras e uma assistente social com o objetivo de proporcionar uma maior atenção aos pacientes encaminhados e aos familiares dos que necessitam permanecer hospitalizados.

#### 5.5.6 Infra-Estrutura de Educação

No que tange à formação escolar em Fernando de Noronha, a população conta com um Centro Integrado de Educação Infantil - Escolinha Bem-me-quer - oferecendo classes maternas e Educação Infantil. Segundo depoimento da responsável pela escola, a situação das instalações prediais são precárias e as crianças não tem o conforto necessário. Acrescenta ainda a presença de “bichos” nas paredes comprometendo a higiene exigida neste tipo de estabelecimento de ensino, entretanto, a grande maioria das crianças com até 6 anos de idade está na creche.

A creche é regida por um Conselho Tutelar e os recursos vêm da Secretaria de Educação Estadual e da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha – ADEFN.

Existe uma parceria com a Secretaria de Saúde que aplica regularmente as vacinas previstas para o Estado de Pernambuco.

O outro equipamento destinado à educação dos jovens é a Escola Arquipélago - construído pela SUDENE, em 1964 e ampliada e modernizada em várias épocas, que oferece ensino fundamental e médio, valendo-se do sistema de tele-salas, com aulas pré-elaboradas.

A evolução do número de matriculados na creche e na escola está apresentado na tabela abaixo, e, para o período com dados disponíveis percebe-se que o ensino na creche e na pré-escola respondem por 38,6% atualmente, quando em 2002 este representava apenas 26,4%, ou seja, a importância de melhorias nas

instalações da creche e da escola para atender às crianças deve ser alvo de considerações pela gestão do ensino em Fernando de Noronha.

Tabela 5.25 - Total de Matrículas – Fernando de Noronha – 2002 a 2006

Ano	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	1a. A 4a. Série (%)	Ensino Médio	Total
2006	79	144	312	56,09	42	498
2005	70	129	310	57,10	29	468
2004	61	138	311	57,23	64	513
2003	44	108	300	62,00	22	430
2002	59	107	347	52,45	114	568

Fonte: Ministério da Educação – MEC – Censo Escolar.

A pesquisa direta domiciliar também revelou um dado importante para o processo educacional da população de Fernando de Noronha, qual seja, o número de crianças em idade escolar na escola e o total de crianças nesta faixa etária era de 96,15%, ou seja, quase a totalidade de menores que deveriam estar cursando o ensino básico, fundamental ou médio.

Finalmente, cabe-nos levantar uma questão de extrema importância para uma população que vislumbra a sua independência como Município do Estado de Pernambuco, que se refere à continuidade dos estudos nos níveis técnico e superior. Nada é oferecido até o presente momento pelas autoridades educacionais, a não ser, a opção de migrar para o continente em busca de uma faculdade privada ou pública, condicionado à existência de parentes ou amigos que possam abrigar o estudante durante seu período de formação (4 a 6 anos aproximadamente), além da necessidade de prover as demais necessidades como alimentação, transporte, lazer, livros dentre outras.

Este aspecto coloca a população jovem, egressa da escola de Fernando de Noronha, em situação de risco, uma vez que seus anseios são frustrados pela

impossibilidade de continuar estudando e buscar mais e melhores oportunidades de trabalho na própria ilha.

#### 5.5.6.1 Escolaridade da População

A educação no Distrito Estadual de Fernando de Noronha tem um bom histórico devido à presença militar; que durante seu período de permanência ostensiva manteve um padrão de qualidade compatível com as boas escolas da região nordeste.

Tabela 5.26 - Índice de alfabetização de adultos e escolaridade dos chefes

Ano de Referência	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Média Nacional	Média do Nordeste
1991	88,35	-	-
2000	93,13	86,70 (*)	73,40 (*)
2005	95,47	-	-

Fonte: Ipea / ano de 2005, estimativa do autor./ (\*) Fundação IBGE.- 1999

A taxa de analfabetismo atual, 4,53%, segundo a tabela 5.26, coloca esta localidade em uma posição superior frente ao território brasileiro. A média brasileira de analfabetismo é de 13,30% e a nordestina atinge o patamar de 26,6%. Nota-se também que o índice de alfabetização do residente em Fernando de Noronha vem evoluindo a uma taxa média anual de 0,54% entre 1991 e 2005.

Quanto ao grau de escolaridade encontrado na pesquisa, cremos estar diante de um problema uma vez que 49,83% da força de trabalho tinha apenas o primeiro grau, enquanto outros 37,29% tinham o segundo grau. Este dado coloca 87,12% deste contingente com uma formação insuficiente para ingressar nos postos de gestão no mercado de trabalho, restando para este contingente as ocupações de menor remuneração.

Esta informação é fortalecida com os dados constantes da tabela 5.12, que se referem ao total da população com 10 anos e mais de idade, demonstrando o baixo estoque de capital humano residente na ilha de Fernando de Noronha, frente aos concorrentes migrantes que se instalam naquela localidade a cada ano.

Tabela 5.27 - Escolaridade da População de 10 anos e mais de idade (%)

Tipo	1º Grau	2º Grau	Superior	Sem Instrução	Total
População Geral	49,83	37,29	8,14	4,74	100,00
Residentes	53,45	36,64	3,88	6,03	100,00
Migrantes	36,51	39,68	23,81	-	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

Vale ainda ressaltar que o conjunto de migrantes apresenta uma composição para a variável escolaridade, onde 38,68% tinham o segundo grau e 23,81% o nível superior, perfazendo um total de 62,67%. Esta informação nos ajuda a demonstrar a assertiva colocada anteriormente sobre a disputa pelos postos de trabalho de maior remuneração ofertados por este mercado.

A taxa de escolarização encontrada na população em idade escolar residente na ilha foi de 95,24%, enquanto no Brasil esta taxa é de 95,7% e na região nordeste 94,1%. Isto coloca Fernando de Noronha numa situação favorável em relação à região geográfica onde esta situada, porém a ilha ressenete-se de uma escola profissionalizante e de parcerias para o desenvolvimento de cursos de nível superior, fato que obriga a boa parte dos egressos da única escola existente a migrarem para o continente (município de Recife/PE ou de Natal/RN), o que nem sempre é possível por razões econômicas ou familiares.

Outro aspecto que deve ser examinado diz respeito ao desempenho dos alunos egressos da escola no exame nacional conhecido como ENEM realizado pelo Ministério da Educação através do INEP. Neste evento educacional realizado em

2006, os alunos noronhenses obtiveram uma média geral corrigida estimada em 36,090, o que representa 84,8% dos pontos obtidos da média nacional e 89,7% da média estadual. Este resultado reflete as condições de ensino e de infra-estrutura oferecidas aos jovens estudantes da região e do país como um todo, que de modo geral são piores do que as do estado de Pernambuco e do Brasil, de modo geral.

MÉDIAS (%)			
	Brasil	Pernambuco	Fernando de Noronha
Média da Prova Objetiva	35,314	32,628	30,730
Média Total (redação e prova objetiva)	42,892	40,571	36,510
Média da Prova Objetiva com correção de participação	34,909	32,227	30,200
Média Total (redação e prova objetiva) com correção de participação	42,558	40,233	36,090

Fonte: Ministério da Educação / ENEM – 2006.

Quadro 5.4 - Notas Médias do Enem por Município e por Escolas dos Alunos Concluintes do Ensino Médio em 2006

## 5.6 Indicadores de Capacidade de Carga – Água, Esgoto, Tratamento de Resíduo e Energia

O quadro abaixo sintetiza a capacidade de suporte do arquipélago e demonstra as limitações físicas e de infra-estrutura daquela localidade, tornando-se evidente que qualquer crescimento (da população ou do fluxo turístico) resulta em um impacto negativo sobre a saúde e o bem-estar dos ilhéus.

Serviços de Infra-estrutura	Disponibilidade atual	Necessidade atual
Oferta de água	2.300 pessoas ; 345 m <sup>3</sup> dia	3.477 pessoas; 521 m <sup>3</sup> dia
Esgotamento sanitário	1.433 pessoas; 258 m <sup>3</sup> dia	3.477 pessoas; 626 m <sup>3</sup> dia
Resíduos Sólidos	3,2 ton dia	4,8 ton dia
Energia	675 kw/h	1.020 kw/h

Fonte: Plano de Gestão do Turismo, Agosto, 2001/ Atualizado pelo autor para o ano de 2005.

Quadro 5.5 - Indicadores da Capacidade de Carga do Arquipélago

## 5.7 O Turismo em Fernando de Noronha – Sustentável?

### 5.7.1 Gestão e Uso do Solo para a Atividade Turística

O turismo em Fernando de Noronha é administrado pela **Diretoria de Articulação Institucional através da** Coordenadoria de Meio Ambiente e Ecoturismo e da Gerência de Ecoturismo subordinadas à Administração do Distrito de Fernando de Noronha.

O primeiro planejamento turístico efetivamente realizado pela Administração do Distrito refere-se ao período compreendido entre os anos de 2000 e 2001, recentemente atualizado através de uma avaliação das ações propostas naquele plano, agregando, se necessário, a formulação de novas proposições visando a modernização do mesmo.

Por se tratar de uma área de proteção ambiental – APA (criação, em 07/04/1989, da Área de Proteção Ambiental - APA., pelo Decreto Estadual nº 13.555 / 89 enquadrando-o como um espaço de uso residencial, espaço de atividades múltiplas e zonas especiais de preservação), faz-se importante ressaltar sua declaração de significância como unidade de conservação, uma vez que a mesma é considerada zona de amortecimento do Parque Marinho de Fernando de Noronha, devendo, portanto, garantir e ser responsável em parte pela representatividade e efetividade do Parque. Logo, a conservação e o manejo da APA são essenciais à manutenção do equilíbrio ecológico das comunidades biológicas ali existentes (Ministério do Meio Ambiente, 2001).

O Arquipélago de Fernando de Noronha, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2001):

- a. É uma importante região para a reprodução de aves marinhas;
- b. Constitui-se num grande banco de alimentação da fauna marinha da região Nordeste do país;
- c. É local de alimento e descanso para espécies migratórias;
- d. Encontra-se os últimos vestígios da Mata Atlântica e o único manguezal do Atlântico Sul;
- e. Representa a parte emersa de um alinhamento de montanhas submarinas, sendo uma região interessante para a realização de pesquisas geológicas e sísmicas.

O zoneamento proposto para o Distrito de Fernando de Noronha , como decorrência do plano de manejo, objetivou atender aos seguintes preceitos gerais:

- a. Preservação do patrimônio paisagístico, biológico e histórico-cultural;
- b. Promover o correto uso do solo em consonância com os objetivos de preservação da APA;
- c. Colaborar para o desenvolvimento econômico e social oferecendo diretrizes de ordenamento do uso e ocupação do solo compatíveis com as potencialidades e restrições existentes no espaço físico e humano;
- d. Viabilizar um melhor controle e fiscalização do uso do solo e dos recursos naturais;

Este zoneamento estabeleceu 10 zonas (Mapa 1 - anexo) descritas a seguir:

1. Zona de proteção da vida silvestre – A intervenção humana deve ser mínima e a pesquisa e o monitoramento permanente são

- indicados (representa 23,88% da área terrestre da APA na ilha de Fernando de Noronha);
2. Zona de Conservação – deve conservar a faixa litorânea da APA, de grande beleza cênica; os remanescentes de mata; os recursos hídricos; e, o patrimônio histórico e arqueológico, conciliados ao desenvolvimento de atividades humanas, atendendo também fins científicos, educativos e recreativos (representa 46,08 % da área terrestre da APA na ilha de Fernando de Noronha);
  3. Zona de Recuperação – zonas degradadas pela ação humana e que necessitam de recuperação dos meios bióticos e abióticos. Uma vez recuperadas estas zonas devem ser incorporadas a outras zonas (representa 6,74% da área terrestre da APA na ilha de Fernando de Noronha);
  4. Zona Histórico-Cultural – locais onde são encontrados antigas construções, naufrágios e vestígios de assentamentos humanos, inclusive sítios arqueológicos de importância sócio-cultural. Deve-se promover a restauração e proteger o patrimônio histórico-cultural existente (representa 27,65% da área terrestre da APA na ilha de Fernando de Noronha);
  5. Zona Agropecuária – áreas voltadas para a exploração das atividades agrícolas e pecuárias atualmente e num futuro próximo (representa 4,61% da área terrestre da APA na ilha de Fernando de Noronha);
  6. Zona de Uso Especial – áreas onde estão localizados os serviços de infra-estrutura da ilha e que requerem medidas de manutenção,

controle, monitoramento e fiscalização (representa 8,71% da área terrestre da APA na ilha de Fernando de Noronha);

7. Zona Urbana – para uso residencial, institucional, serviço, comércio, lazer dentre outros, e considerada própria para a ocupação atual e futura (representa 9,98% da área terrestre da APA na ilha de Fernando de Noronha);
8. Zona de Recreação Marinha – zona contígua à costa contendo atrativos naturais associados à beleza cênica favorecendo as atividades de recreação marinha e pesca artesanal. Nesta zona exige-se o respeito aos locais de alimentação e reprodução de tartarugas, passagem de golfinhos e baleias, de reprodução de tubarões e de peixes e corais (representa 0,25% da área marinha da APA na ilha de Fernando de Noronha);
9. Zona Exclusiva de Pesca Artesanal – área marinha já explorada pela frota artesanal ou passível de ser explorada de forma sustentável pela frota artesanal de Fernando de Noronha (representa 6,52 % da área marinha da APA na ilha de Fernando de Noronha);
10. Zona de Pesca – área marinha além da zona de pesca artesanal cujo propósito é a pesca de forma ordenada e sustentável (representa 93,23 % da área marinha da APA na ilha de Fernando de Noronha);

Pelo zoneamento apresentado, a atividade turística na ilha pode ser explorada em 56,06% da área terrestre e 100,00% da área marinha da área de

proteção ambiental de Fernando de Noronha em consonância com os preceitos utilizados no que tange ao uso correto das áreas estabelecidas pelo mesmo.

Levando-se em consideração o plano de manejo e o zoneamento proposto para dar sustentabilidade ao Arquipélago de Fernando de Noronha, que tem o turismo como principal atividade indutora de crescimento econômico e social, e, se constitui na opção para geração de riqueza local, passaremos a apresentar o Plano de Gestão do Arquipélago para Fernando de Noronha, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável que foi elaborado nos anos de 2000 e 2001, ou seja, 12 anos após a anexação do Distrito ao Estado de Pernambuco, plano este que norteia a gestão da administração do Distrito e o compromisso de gerar saúde e qualidade de vida, a partir das ações propostas e seus reflexos positivos para a sociedade nativa.

Este trabalho destinava-se a oferecer um programa de ações para o ordenamento e exploração do turismo em Fernando de Noronha e fundamentou-se nos pressupostos decorrentes de conceituação de seu produto turístico, a partir do qual foram apresentadas as considerações diagnósticas e propositivas (PGA,2001). A participação popular foi um dos principais elementos constituintes da metodologia de construção do referido plano de ações.

Em agosto de 2005, a administração promoveu uma avaliação das ações propostas naquele documento visando atualizá-las em conformidade com a realidade atual vigente na ilha (PGA,2005). Neste documento extraímos algumas proposições que consideramos importante para os objetivos deste estudo, quais sejam, avaliar os impactos positivos e negativos gerados pelo turismo sobre a saúde e qualidade de vida dos ilhéus.

1. Renovar a frota de veículos de forma a substituir o combustível utilizado;
2. Substituir o uso de energia termo elétrica por fontes alternativas limpas;
3. Substituir a entrada de produtos em embalagens plásticas, proibidas por Portaria (GOPE/DEFN – 002 de 25 de janeiro de 1996), por embalagens de vidro passível de reciclagem;
4. Ampliar a coleta seletiva de lixo visando o aproveitamento do material reciclado na construção civil, artesanato e outros produtos;
5. Estimular o reuso da água servida em pias e lavatórios para descarga sanitária e ao nível do saneamento para irrigação agrícola
6. Universalizar o serviço de saneamento;
7. Restringir a comercialização de produtos químicos não degradáveis;
8. Desestimular a prática de enterrar o lixo orgânico nos quintais;
9. Desenvolver campanha de erradicação dos ratos;
10. Obter a certificação internacional da excelência ambiental de Fernando de Noronha;
11. Incentivar ao setor privado a obtenção do certificado ISO 14001;
12. Elaboração e implantação da Agenda 21 na ilha; (ainda não implantada)
13. Criação de Comitês e Comissões para viabilização de medidas que impliquem na participação comunitária e o desenvolvimento de um amplo programa de comunicação;
14. Utilização da Escola Pública de Fernando de Noronha para formação do futuro cidadão;
15. Apoio aos movimentos artísticos-culturais existentes;
16. Retomar o controle migratório;
17. Desenvolvimento de programa de capacitação e reciclagem de guias turísticos
18. Melhoria do serviço público de transporte coletivo ao longo da BR-363;
19. Melhoria da segurança pública e instalação do corpo de bombeiros;
20. Instalação dos serviços federais de polícia, controle migratório e de tráfego e embarcações;
21. Melhoria dos serviços de atendimento médico;
22. Desenvolver programas de manutenção e recuperação do patrimônio histórico da Ilha de Fernando de Noronha;
23. Divulgar amplamente os trabalhos de pesquisa que ocorrem no arquipélago;
24. Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento;
25. Incentivo à utilização agrícola, artesanal e industrial do lixo reciclável;

Fonte: *Modernização do Plano de Turismo de Fernando de Noronha – Agosto – 2005.*

QUADRO 5.6 - Proposições do Plano de Gestão – Fernando de Noronha/2001

A maior parte destas propostas ainda encontram-se no papel, ou seja, são meras intenções, porém não perdem sua validade quando constatamos o interesse do poder constituído juntamente com a população local em buscar alternativas para a melhoria das condições de vida naquele espaço.

No que tange ao interesse pela saúde, as propostas acima apresentadas podem se dividir em dois grupos: o primeiro que aborda ações de natureza indireta sobre a saúde, tais como, o uso de combustíveis fósseis e poluentes, uso de embalagens plásticas nocivas ao meio ambiente, estimular a coleta de lixo seletiva, reutilizar a água de pias e lavatórios para descarga sanitária reduzindo a pressão sobre o consumo deste bem, universalizar o serviço de saneamento, melhorar o transporte público e a segurança, utilizar a Escola para criar uma consciência

cidadã, criar mecanismos de maior participação da comunidade nas decisões e na gestão pública, todos estes aspectos nos parecem indicadores de promoção da saúde pública na localidade, entretanto, a infra-estrutura de atendimento à saúde, no caso o hospital São Lucas ainda carece de uma ampla reforma para abrigar um corpo médico e de apoio capaz de atender a demanda composta por residentes e turistas que dele venham a precisar.

A proposição de “Melhoria dos serviços de atendimento médico” por si só já denuncia o quadro de fragilidade em que se encontra esta área, exigindo dos governantes uma maior atenção. A busca pelo certificado internacional de excelência ambiental certamente estará comprometida por este item.

#### 5.7.2 Ações de Preservação na Região do PARNAMAR – Agentes da Sustentabilidade

É importante ressaltar que todas as instituições atuantes na APA, tais como, BAMA, ADEFN, CPRH, DPV-AERONÁUTICA, CONSELHO DA APA, PROJETOS DE PESQUISA (TAMAR, GOLFINHO ROTADOR), COMPESA, além da população local, devem atuar de forma integrada e complementar visando a implementação e gestão do plano de manejo e do turismo visando conservar aquele espaço insular.

Este conjunto, composto por órgãos públicos e organizações não governamentais, têm papel importante na preservação do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, bem como, na utilização responsável dos recursos naturais e humanos existentes neste espaço visando a exploração da atividade turística.

Apresentaremos os principais projetos existentes na ilha, que visam promover o uso sustentável dos recursos ali existentes, sem deixar de lado o papel importante de fiscalização e controle exercido pelo IBAMA e pelo Conselho da APA.

#### *5.7.2.1 Projeto Golfinho Rotador*

Criado pelos pesquisadores do Projeto Golfinho Rotador, em 20 de setembro de 1992, o Centro Golfinho Rotador, é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, de caráter científico-ambiental e sediada em Fernando de Noronha.

Por delegação do Centro Mamíferos Aquáticos/IBAMA/MMA, o Centro Golfinho Rotador tornou-se responsável pela execução das atividades de pesquisa, conservação, manejo de cetáceos na região de Fernando de Noronha, bem como instituição fundadora e membro do Comitê Gestor da Rede de Encalhes de Mamíferos Aquáticos do Nordeste.

A missão do Projeto Golfinho Rotador é utilizar a pesquisa científica sobre os golfinhos, para preservar seu comportamento natural, conservar Fernando de Noronha, promover um programa de Educação Ambiental e fornecer subsídios para o desenvolvimento sustentável de Fernando de Noronha.

Dentre os principais objetivos do Projeto Golfinho Rotador podemos destacar como relevantes para nosso propósito:

- Preparar a comunidade noronhense para a conservação ambiental, formando multiplicadores entre os futuros prestadores de serviços turísticos;
- Capacitar adolescentes ilhéus para trabalharem com turismo;

- Fornecer subsídios ao desenvolvimento de uma sociedade sustentável em Fernando de Noronha;
- Melhorar a qualidade dos serviços em turismo oferecidos em Fernando de Noronha;
- Estudar a interação dos golfinhos com o turismo náutico;
- Propor normas de preservação dos golfinhos-rotadores às autoridades competentes;
- Propor e participar de ações que visem à conservação ambiental de Fernando de Noronha.

O Centro Golfinho Rotador é uma das instituições fundadoras e membro do Comitê Gestor da Rede de Encalhes de Mamíferos Aquáticos do Nordeste que o torna responsável pelo registro de encalhes e avistagens de mamíferos marinhos em Fernando de Noronha.

O programa de educação ambiental consiste em desenvolver atividades de percepção, sensibilização, capacitação e conscientização para a população residente e os turistas.

As ações do Programa de Educação Ambiental estão divididas de acordo com o público alvo em dois sub-programas: população local e visitantes.

Os estudantes da Escola Arquipélago Fernando de Noronha participam de palestras, oficinas e saídas de campo organizadas pelo Projeto Golfinho Rotador. Os alunos com mais de 14 anos participam de  **cursos de Capacitação Profissional em Ecoturismo**.

Cerca de 50% dos turistas que vão observar os golfinhos em Fernando de Noronha recebem orientação de pesquisadores do Projeto Golfinho Rotador. No

Mirante dos Golfinhos e no Porto Santo Antônio, pesquisadores esclarecem dúvidas, ministram mini-palestras e distribuem "folders" do Projeto Golfinho Rotador.

#### *5.7.2.2 Projeto TAMAR*

O objetivo do projeto é a proteção e controle das tartarugas marinhas que desovam e/ou freqüentam as praias do arquipélago e conscientização da população residente e de visitantes.

O projeto TAMAR conta atualmente com 20 bases, sendo que a de Fernando de Noronha é uma base fixa, ou seja, com funcionamento durante todo o ano, as restantes funcionam somente no período de desova.

#### *5.7.2.3 Projeto CEMAVE*

É uma ação que visa o controle e proteção das aves marinhas e migratórias.

CEMAVE – Centro Nacional de Pesquisas para Conservação das Aves Silvestres – é uma unidade descentralizada do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/MMA, com sede localizada na BR 230, Km 11, Mata da AMEM, município de Cabedelo-Paraíba.

Sua missão consiste em subsidiar tecnicamente a conservação das aves silvestres e dos ambientes dos quais elas dependem. Graças a sua filosofia de trabalho, o CEMAVE vem sendo reconhecido internacionalmente pela sua contribuição à Ornitologia e à conscientização conservacionista.

#### *5.7.3 Produção e Consumo do Turismo em Fernando de Noronha*

A principal atração de Fernando de Noronha é o mar, apesar dos recursos histórico-culturais existentes na ilha. Pode ser contemplando a paisagem marinha ou desfrutando do prazer de estar no mar que o turismo receptivo é explorado. As opções turísticas aquáticas em Fernando de Noronha são bem variadas e dependem do interesse, da resistência física e da prática de um esporte específico.

As atividades aquáticas regularmente disponíveis aos visitantes do Arquipélago são: saídas de barco, mergulho e *surf*. Diariamente saem barcos do Porto Santo Antônio para passeios pelo Mar de Dentro e conta com a orientação de um condutor local. Os barcos percorrem o trecho das ilhas secundárias à Ponta da Sapata. Nas ilhas secundárias, pode-se observar ninhais de várias espécies de aves marinhas, principalmente de mumbecos. Em cerca de 70% dos passeios, os turistas avistam os golfinhos-rotadores saindo ou entrando na Baía dos Golfinhos, momento em que os golfinhos que estão em comportamento de guarda vêm nadar na proa da embarcação, para desviar a atenção dos barcos do restante do grupo. A melhor época de observação de golfinhos na Ilha é de agosto à dezembro. Na época de chuva, os rotadores permanecem menos tempo na Baía dos Golfinhos.

Outra prática usual em Fernando de Noronha é o mergulho rebocado, ou seja, o visitante, com equipamento de mergulho livre, se segura em uma prancha em formato de asa delta que é puxado por um barco.

Uma saída de caiaque, remando do Porto Santo Antônio à Praia da Conceição ou à Cacimba do Padre é uma opção saudável de se conhecer de perto os costões rochosos deste pedaço da ilha.

Vários barcos da ilha fazem saídas exclusivas para a pesca esportiva com turistas fora da área do Parque Nacional Marinho, no trecho entre o Porto Santo

Antônio e a Cacimba do Padre ou acima de 50 metros de profundidade. Alguns barcos são de pescadores profissionais e outros são adaptados à pescaria esportiva com turistas.

Quando o barco navegar defronte à Baía dos Golfinhos ou próximo aos golfinhos, o pescador deve recolher o material de pesca.

O mergulho livre é praticado por cerca de 80% dos visitantes de Fernando de Noronha.

No Mar de Dentro, os melhores pontos são: naufrágio do Porto, lado direito da Praia da Conceição, Laje do Boldró e lado direito da Baía do Sancho.

No Mar de Fora, os melhores pontos de mergulho são: Baía do Sueste, Praia do Leão e Enseada da Caieira.

Todos os mergulhos autônomos, com exceção do naufrágio do Porto, são feitos a partir de barcos em pontos já definidos e que normalmente são escolhidos em função das condições do mar, no dia da operação.

De novembro a abril, principalmente nas luas nova e cheia, Fernando de Noronha vira o Havai Brasileiro. Com a virada do vento para nordeste, as ondulações oceânicas chegam às praias do Mar de Dentro. Os primeiros "swells" são maiores, mas são eles que vão retirando a areia do fundo, até que, em fevereiro e março, os fundos já estão limpos e as ondas quebram perfeitamente sobre o fundo de rochas vulcânicas.

Como percebe-se na descrição da oferta turística da ilha de Fernando de Noronha, o esporte aquático predomina sobre as demais alternativas de recreação e lazer disponíveis para os turistas

Atualmente a ilha conta com mais de 100 pousadas e hospedarias domiciliares com condições mínimas de conforto (banho quente, ar condicionado, frigobar, TV e telefone).

A oferta gastronômica no Arquipélago têm se multiplicado ano a ano e vai desde restaurantes que servem refeições por quilo à restaurantes com um padrão de cozinha internacional.

A opção noturna mais procurada na Ilha está associada às palestras que ocorrem todas as noites, às 21 horas, no Centro de Visitantes do Projeto TAMAR. Cada dia é abordado um tema diferente, como Golfinho-rotador, Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e Tartarugas-marinhas.

Foram definidas cinco trilhas terrestres dentro da área do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, que são: Mirante dos Golfinhos-Praia do Sancho, Praia do Sancho-Baía dos Porcos, Ponta da Sapata-Praia do Leão; e Praia da Caieira-Praia da Atalaia. As caminhadas nessas trilhas só são permitidas acompanhadas por guias autorizados pelo IBAMA.

Fora da área do Parque, existem as seguintes trilhas: Jardim Elizabeth (no Sítio Histórico da Vila dos Remédios), a Costa Azul (Praia da Conceição-Praia do Boldró) e a Costa Esmeralda (Forte de São Pedro do Boldró-Cacimba do Padre).

A melhor opção de caminhada, na relação desgaste físico e beleza, é percorrer, durante o período de maré baixa, as trilhas que vão do Mirante dos Golfinhos à Praia do Cachorro.

A uso do cavalo e da bicicleta também constituem-se em alternativas para se conhecer os recantos de mais difícil acesso na ilha.

Passeio geral pela Ilha de carro com motorista, incluindo paradas para contemplação em diversos locais e para banho de mar ou mergulho livre em algumas praias é outra alternativa de atividade turística. Pode-se, também, alugar um carro e conhecer a ilha dirigindo, conforme o desejo do turista.

A principal motivação para os turistas visitarem a ilha é a prática do ecoturismo seguida da realização de mergulhos, segundo pesquisa sobre o perfil dos turistas realizado pela ADEFN no período de 2002 a 2004. A equipe de pesquisadores considerou o ecoturismo como uma atividade que “ocorre em ambientes de natureza preservada, onde se realizam atividades de contemplação, educacionais, de lazer e esportivas, respeitados os limites de sua sustentabilidade e buscando-se obter através de sua exploração o bem estar das comunidades locais” (ADEFN/2000).

Nos últimos anos, o número de visitantes de Fernando de Noronha vem crescendo geometricamente ano a ano, sendo que em 1991 (o primeiro ano que se teve registro confiável do número de visitantes) foram recebidos 4.434 turistas na Ilha, e já em 2004 este número aumentou para 54.866 turistas segundo a administração do Distrito e, em 2005 estimamos um fluxo receptivo de aproximadamente 58.087 turistas. Do ponto de vista evolutivo, a tabela 5.29 nos mostra que a partir de 1999 houve crescimento superior a 100% em relação a 1995 e 10 vezes mais em relação a 1991.

Tabela 5.28 – Fluxo de Turistas – Fernando de Noronha 1995 a 2005

**Evolução anual – base 1995 = 100,00**

ANO	1995	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>FLUXO</b>	21.315	14.428	22.289	49.512	47.450	57.568	62.551	51.463	54.866	58.087
<b>Número-Índice</b>	100,00	67,68	104,5	232,29	222,61	270,08	293,46	241,40	257,41	272,52

Fonte : ADEFN / 2005. Estimativas do autor para 2005. Não existem dados para 1998.

Atualmente, na chamada “alta temporada”, cruzeiros turísticos realizam uma breve passagem de um ou dois dias por Fernando de Noronha. A grande quantidade de pessoas (de 200 a 1000 pessoas), o pouco tempo de permanência na Ilha e os impactos provocados pelas operações de desembarque e embarque do navio no meio do mar, transformam estes cruzeiros em uma ameaça constante ao meio ambiente marinho e por conseguinte a sustentabilidade ambiental do turismo na região.

#### *5.7.3.1 Avaliação da Produção Turística*

Em período recente, a Fundação de Pesquisas Econômicas-FIPE da Universidade de São Paulo elaborou em parceria com a Embratur um estudo sobre os principais Parques Naturais no Brasil, dentre os quais o PARNAMAR (Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha).

As estatísticas apresentadas a seguir nos mostram uma avaliação do produto turístico e da produção de serviços prestados em Fernando de Noronha a partir das manifestações de sua demanda anual que visitou este parque marinho no ano de 2002.

Os seguintes aspectos foram considerados: acesso ao parque, sua conservação, o transporte na ilha, os preços dos serviços, as condições de higiene e limpeza e a avaliação geral pelos turistas,

Segundo a tabela 5.29 existe uma média de aprovação do destino turístico estimada em 93,0%, apesar da alta reprovação obtida pelo item relativo aos preços dos serviços praticados na ilha, que atingiu o patamar de 81,0%. Tal comportamento deve-se ao custo do frete das mercadorias que chegam na ilha, uma vez que a

grande parte dos insumos básicos, alimentos e demais produtos são importados do continente, por via aérea ou marítima. Outro fator que contribui para a alta de preços deve-se à estrutura de mercado que tende a uma oferta caracterizada como de uma concorrência monopolística e em muitos casos uma perfeita estrutura monopolística facilitando ao abuso na formação de preços.

Tabela 5.29 - Avaliação do Turismo em Fernando de Noronha

<b>Aspectos Avaliados</b>	<b>Aprovação(%)</b>	<b>Reprovação (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Acesso ao Parque	65,0	35,0	100,0
Conservação do Parque	84,0	16,0	100,0
Preços dos serviços	19,0	81,0	100,0
Transporte	67,0	33,0	100,0
Condições de Higiene	79,0	21,0	100,0
Avaliação Geral	93,0	7,0	100,0

Fonte: Pesquisa Direta Fipe/Embratur – 2002. Tabela construída pelo autor.

Outros dois aspectos que merecem comentários referem-se ao acesso ao parque e ao transporte precário existente na ilha. Apesar de termos atualmente um ônibus público circular que atravessa a ilha, existem limitações quanto aos horários de funcionamento (até 23 hs) e o mesmo circula apenas na BR-363 e nos bairros urbanizados, deixando o restante da ilha sem cobertura de transporte. O meio comum é utilizar os “buges” que funcionam como táxi cujos preços, dependendo da hora podem ser elevados.

#### 5.7.4. O Turismo e a População Local

A pesquisa constatou que 84,68% dos entrevistados tem ou teve contato com turistas e na grande maioria de caráter profissional (74,34%). O desenvolvimento de uma relação de amizade entre o residente e o turista ocorreu apenas em 3,66% dos casos, o que demonstra a hipótese de que a sociabilização de conhecimento entre

ambos é quase nula. Os outros 15,04% da população tiveram um contato informal com os turistas, fornecendo informações de natureza geral.

Tabela 5.30 - O Sr. tem ou teve contato com os turistas?

<b>Categoria</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>TOTAL</b>
(%)	84,68	15,32	100,00

Fonte: Pesquisa Direta - 2005

Os residentes percebem os turistas em quatro categorias: aqueles que trazem renda (15,85%); aqueles que são simpáticos (60,98%); os mais conscientes, ou seja, preocupados com o homem e o meio ambiente (19,51%) e os desinformados (3,66%). Esta estatística reforça o parágrafo anterior, de que o turista está interessado em conhecer a ilha e seus recursos naturais em primeiro lugar. A simpatia percebida pelos residentes deve-se à indiferença dos mesmos ao modelo sócio-político existente na ilha e que poucos tomam conhecimento, e nem manifestam tal interesse. Nota-se que nas apresentações noturnas no espaço cedido pelo IBAMA, pouco ou quase nada é discutido em relação à preservação dos costumes, crenças e demais hábitos dos residentes, mas somente da fauna e da flora existente.

Dos entrevistados, 79,03% estavam ou estiveram atuando em atividades relacionadas ao turismo. A tabela 5.31 apresenta a distribuição percentual da mão-de-obra alocada nas atividades turísticas exercidas na ilha de Fernando de Noronha.

Tabela 5.31 - Segmento do Turismo em que Trabalha/Trabalhou

<b>Atividade</b>	<b>(%)</b>
Pousadas	46,77
Bares e Restaurantes	11,29
Agência de Viagem	6,45
Transporte	4,84
Administração Pública	4,84

Guia Turístico	11,29
Outras	14,52
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

*Fonte: Pesquisa Direta - 2005*

Para 60,33% dos residentes entrevistados, o turismo está crescendo e para outros 26,45% o turismo cresceu muito, ou seja, em 86,78% dos casos, a percepção afirmada é a de que esta atividade está em ampla ascensão e corrobora com a convicção daqueles que concordam em afirmar que o turismo é a “salvação da ilha”. Neste mesmo item, vale a pena chamar atenção para o surgimento de opiniões que opinam sobre a prática do turismo de massa na região. Em 1% dos casos ouvidos pelos pesquisadores, a preocupação com a popularização da atividade e a conseqüente massificação do destino esteve presente. Os cruzeiros marítimos, são na grande maioria os responsáveis pela presença desta modalidade de turismo e perfil de turistas, cuja educação ambiental não corrobora com os princípios da gestão do meio ambiente no espaço receptivo insular.

Em relação ao impacto do turismo sobre a vida dos residentes a pesquisa identificou dois grupos mutuamente exclusivos: no primeiro estão aqueles que afirmaram mudanças em suas vidas depois do advento da atividade turística na ilha. Este grupo representa 80,18% do total de entrevistados cujas principais mudanças positivas foram: aumento da renda e do poder de compra, melhoria da qualidade de vida e da infra-estrutura, mais cultura, mais oportunidades de trabalho e de emprego, uma melhor conscientização ambiental, enfim mudança de vida para todos. Como impactos negativos, a pesquisa revelou os seguintes aspectos: o aumento de carros circulando na ilha, falta de água, dificuldades em obter autorização para reforma ou construção, maior atenção aos grandes empresários em detrimento dos pequenos, maior degradação e um turista sem consciência ambiental, crescimento

descontrolado, carestia, aumento na produção de lixo deixado pelo turismo, inserção das drogas na comunidade, problemas na gestão pública que se distancia dos anseios locais, desestruturação social e familiar.

Segundo a pesquisa direta, o turismo influenciou e ajudou os residentes a: aumentar os ganhos da família (79,28%); a comprar mais alimentos (78,38%); na melhoria dos transportes (71,17%) e acesso à energia elétrica (78,38%). Em relação ao acesso à educação, ao lazer, saneamento básico, medicamentos e aos serviços de saúde, a grande maioria afirmou que o turismo teve baixa influência perfazendo uma média de 41,25%, ou seja, a atividade turística na ilha pouco auxiliou no sentido de pressionar as autoridades locais a melhorar o acesso da população aos serviços citados, que poderiam interferir mais eficazmente na melhoria da sua qualidade de vida, o aumento do capital social e o atendimento de seus direitos de cidadãos.

**6 AS PERCEPÇÕES DOS RESIDENTES SOBRE O  
TURISMO E SUA QUALIDADE DE VIDA EM  
FERNANDO DE NORONHA**

## 6 AS PERCEPÇÕES DOS RESIDENTES SOBRE O TURISMO E SUA QUALIDADE DE VIDA EM FERNANDO DE NORONHA

### 6.1. Percepção da Qualidade de Vida em Fernando de Noronha

Nesta etapa da investigação procurou-se estabelecer a relação entre o modelo de exploração do turismo em Fernando de Noronha e seus reflexos sobre a qualidade de vida dos ilhéus e de suas famílias. As respostas foram agrupadas através do método do Discurso do Sujeito Coletivo apresentado no capítulo 4 deste trabalho. Para cada questão aplicada aos chefes de família, obtivemos as principais expressões utilizadas para elaboração das sínteses das idéias centrais (ICs), a intensidade das representações através das proporções obtidas e uma transcrição das expressões com maior intensidade.

#### 1ª QUESTÃO - COMO VOCÊ AVALIA SUA QUALIDADE DE VIDA?

##### SÍNTESE DAS IDÉIAS CENTRAIS (ICs)

<b>A</b>	Boa	47	49,47%
<b>B</b>	Ótima	19	20,00%
<b>C</b>	Regular	13	13,68%
<b>D</b>	Não é boa	9	9,47%
<b>E</b>	Mudou depois do turismo	1	1,05%
<b>F</b>	Melhor do que lá fora	1	1,05%
<b>G</b>	Boa em relação ao meio ambiente	1	1,05%
<b>H</b>	Como pobre a vida é ótima	1	1,05%
<b>I</b>	Melhor do que antes do turismo	1	1,05%
<b>J</b>	Pior que antes do turismo	1	1,05%
<b>K</b>	Abaixo do esperado	1	1,05%
<b>TOTAL DE RESPOSTAS DA PERGUNTA</b>		<b>95</b>	

Obs: esta questão admite mais de uma resposta.

A grande maioria considerou sua qualidade de vida como ótima e boa representando 69,47% do total de respostas. Na mesma linha podemos acrescentar as categorias “E”, “F”, “G” e “I” pois também estão enfatizando uma condição favorável na maneira em que vivem na ilha, acumulando 73,67 % do total investigado.

Algumas expressões utilizadas para avaliar a qualidade de vida na pesquisa direta comprovam que a população percebe o turismo como uma ação positiva para suas vidas: *“Boa, não falta nada, a renda aumentou e me sinto bem em morar aqui.”*; *“Ótima, muito boa. Excelente!”*; *“Em relação ao meio ambiente, muito boa.”*

As demais categorias representadas acima denotaram um grau de insatisfação com sua qualidade de vida correspondente a de 26,33% dos residentes.

Expressões como as que se seguem demonstram que parte da população percebe as fragilidades no programa de turismo em desenvolvimento pois as questões do lazer para os residentes, o abastecimento de água e as necessidades de moradia não foram previstas no planejamento local: *“Não é boa, não está boa não! Não tenho qualidade de vida, pois não tenho lazer, falta abastecimento e moradia. Está ruim, difícil.”*; *“Mais ou menos. Regular. As coisas são caras, mas é estável, razoável.”*; *“Abaixo do esperado.”*, enfatizaram o descontentamento desta parcela da população através do posicionamento dos chefes de família.

## 2ª. QUESTÃO : O QUE É QUALIDADE DE VIDA PARA VOCÊ?

### SÍNTESE DAS IDÉIAS CENTRAIS (ICs)

<b>A</b>	Em relação à segurança e tranquilidade.	47	26,40%
<b>B</b>	Em relação à saúde.	19	10,67%
<b>C</b>	Em relação ao meio ambiente.	14	7,87%
<b>D</b>	Em relação à renda.	14	7,87%
<b>E</b>	Em relação à educação.	13	7,30%
<b>F</b>	Em relação ao bem-estar.	12	6,74%
<b>G</b>	Em relação à alimentação.	11	6,18%
<b>H</b>	Em relação ao trabalho.	10	5,62%
<b>I</b>	Lazer, praticar esportes.	10	5,62%
<b>J</b>	Em relação à moradia.	9	5,06%
<b>K</b>	Bom relacionamento, amizade.	7	3,93%
<b>L</b>	Vários.	6	3,37%
<b>M</b>	Em relação à liberdade.	5	2,81%
<b>N</b>	Em relação ao transporte.	1	0,56%
<b>TOTAL DE RESPOSTAS DA PERGUNTA</b>		<b>178</b>	

Obs: esta questão admite mais de uma resposta.

A construção do conceito de qualidade de vida a partir da percepção dos chefes de família residentes em Fernando de Noronha é semelhante ao que foi apresentado no capítulo 3 (Marco Teórico), ou seja, existe uma preocupação com as necessidades básicas (efetivações): saúde, educação, renda, trabalho, segurança, tranquilidade, alimentação, prática de esportes, transporte adequado, bem como às efetivações complexas, tais como, liberdade, bom relacionamento, amizade, respeito ao meio ambiente, direito ao lazer.

Vale comentar alguns aspectos na construção deste conceito: o direito à liberdade, protagonizado por apenas 2,81% dos respondentes corresponde a idéia de poder ir e vir, escolher seus governantes, optar por uma melhor condição de vida. O respeito ao meio ambiente também é um componente presente nesta definição, representando 7,87% das respostas, o que demonstra a preocupação das famílias locais com a preservação do meio ambiente natural que garante uma boa qualidade

do ar e demais insumos para a vida humana na ilha, bem como, constitui-se no principal atrativo para a visitação turística.

Saúde e educação aparecem como muito importantes para estas pessoas, suas intensidades foram de 10,67% e 7,30% respectivamente. Esta preocupação é decorrente da pequena infra-estrutura para atendimento da saúde na Ilha e este fato está bem demonstrado quando 43,57% das pessoas estão associadas a planos de saúde para atendimento emergencial no continente. Algumas opiniões captadas na pesquisa direta enfatizam a importância destas efetivações para as pessoas, tais como : *“Qualidade de vida é estar vivo hoje, é saúde, é ter saúde, é ter serviços de saúde. É a saúde dos meus filhos. Qualidade de vida é educação, é ter estudo. É poder cuidar da educação, poder dar educação. Qualidade de vida é ver os netos estudando no continente.*

O item educação nos parece ser a mais intensa preocupação expressa pelo entrevistados das questões levantadas, pois a ilha dispõe apenas de uma escola pública que oferece educação formal até o segundo grau, limitando os anseios daqueles que querem seguir uma profissão mais especializada ou mesmo um curso superior. Esta barreira no passado era vencida utilizando-se de um sistema de bolsas de estudo que permitiam aos concludentes do segundo grau uma oportunidade de tentar novos caminhos na área educacional fora da ilha.

A preocupação com o trabalho e a renda também despontaram como de grande importância para os ilhéus, em 13,4 % dos casos. As frases a seguir, retiradas dos depoimentos coletados comprovam este posicionamento: *“Qualidade de vida é trabalho, trabalho para todos, ter um bom emprego, um trabalho que gosta. Qualidade de vida é estar bem financeiramente, ter negócio próprio, pagar as contas mas com preços justos. É também ter casa própria e não precisar pagar*

*aluguel. Qualidade de vida é poder se manter na ilha, tendo o suficiente para viver, mas também é ter o que gosta, melhorar as coisas, bons preços, isto é, ter satisfação”.*

Outras características sobre a qualidade de vida também foram abordadas pelos entrevistados, a saber: respeito ao meio ambiente, uma boa alimentação, boa moradia, prática do lazer e dos esportes, e ao bom relacionamento entre as famílias residentes. Estes aspectos somam 30,34% das respostas.

Finalmente, os itens eleitos como de maior importância para a qualidade de vida dos ilhéus foram a tranquilidade e a segurança, com uma intensidade de 26,4%. O crescimento da população migrante no longo prazo deve alterar sobremaneira o uso e costumes da população local, influenciando o ambiente social no sentido de reduzir este grau de tranquilidade e segurança. Em todos os locais onde o turismo provocou um crescimento vertiginoso e um fluxo migratório intenso, estes itens (tranquilidade e segurança) foram ameaçados e por que não dizer drasticamente modificados, tornando o ambiente social com baixa segurança e pouca tranquilidade. As manifestações dos entrevistados que trataremos posteriormente demonstram que a população residente já percebe mudanças nestes aspectos no Distrito de Fernando de Noronha.

A grande maioria dos chefes das famílias (73,41%) considerou a qualidade de vida da sua família como “boa” e 26,59% como “regular” ou “difícil”.

## 6.2. Percepção dos Ilhéus - Problemas e suas Soluções

Neste tópico serão abordadas as opiniões dos chefes de família noronhenses sobre os principais problemas existentes na ilha e suas possíveis soluções, segundo suas visões.

### 3ª QUESTÃO: EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA ILHA?

#### SÍNTESE DAS IDÉIAS CENTRAIS (ICs)

<b>A</b>	Meio ambiente, infra-estrutura, urbanização	51	28,65%
<b>B</b>	Saúde	27	15,17%
<b>C</b>	Comunidade, política, governo	24	13,48%
<b>D</b>	Educação	22	12,36%
<b>E</b>	Problema econômico	22	12,36%
<b>F</b>	Drogas, alcoolismo, prostituição	10	5,62%
<b>G</b>	Lazer	9	5,06%
<b>H</b>	Moradia	8	4,49%
<b>I</b>	Alimentação	3	1,69%
<b>J</b>	Segurança	2	1,12%
<b>TOTAL DE RESPOSTAS DA PERGUNTA</b>		<b>178</b>	

Obs: esta questão admite mais de uma resposta.

No quadro acima, cinco grandes grupos de opiniões são percebidos pelos residentes e merecem uma reflexão pelos gestores da ilha. Em primeiro lugar surgem as questões relacionadas ao meio-ambiente, a infra-estrutura e à urbanização do espaço físico ocupado pelos ilhéus. A falta de água é um dos problemas atuais e que parece não ter solução no curto prazo, já que as nascentes existentes dependem do período chuvoso e mais recentemente com o advento de um dessanilizador que tem ajudado a ampliar a oferta de água para o abastecimento local. Existe uma inequação entre demanda e oferta de água na ilha, principalmente

nas épocas de alta temporada do turismo prejudicando o abastecimento das residências em favor das pousadas, que podem pagar pelo fornecimento de água através de carros pipas e outros mecanismos existentes na ilha.

Em segundo lugar aparece a saúde (atendimento à saúde), tendo em vista as condições limitadas do hospital existente, bem como, a inexistência de médicos permanentes obrigando a boa parte dos residentes a possuir um plano de saúde que garanta um atendimento no continente em caso de emergência. A educação também é alvo de críticas pelos moradores uma vez que, segundo seus depoimentos, a qualidade do ensino vem caindo ao longo dos anos, além do que os adolescentes só podem cursar até a 3ª série do 2º. grau, reduzindo as chances daqueles que querem continuar seus estudos e não tem recursos para se deslocar para Recife ou Natal, as duas capitais mais próximas do arquipélago.

O problema econômico vem associado ao modelo adotado na ilha que nos últimos anos começa a privilegiar o capital externo em detrimento da associação de pousadeiros constituída no início do processo de implantação do turismo. Novos capitais, nova mão-de-obra migrante, nova ordem social e econômica permeiam este momento de consolidação do turismo em Fernando de Noronha, excluindo boa parte da população economicamente ativa local e frustando o mercado de trabalho para os mais jovens que estão ainda em fase de formação. Abusos, como a construção de pousadas em região de mangues, como parcerias feitas entre estrangeiros e nativos para explorar sua residência como pousada, dentre outras, são fatos comuns no processo de desconstrução de um turismo saudável e sustentável com benefícios para a população local. A renda per capita sofre uma primeira queda em termos reais entre o ano de 2000 ( R\$ 558.95) e o ano de 2005, quando atinge o valor de R\$ 508.11, fruto do excesso de oferta de mão-de-obra (local e migrante).

No campo político é claro os anseios da população local em escolher seus governantes e participar de forma mais ativa do processo de definição de alternativas e investimentos nas áreas econômica e social visando o bem-estar de todos os residentes, o que foi comprovado na entrevista em grupo com o Conselho Distrital da ilha como veremos posteriormente. A escolha do Administrador através de método indireto tem provocado reações da população local no sentido de um movimento libertador que proponha as soluções para as necessidades básicas e complexas desta comunidade. Por outro lado, notou-se nas entrevistas que existe um notório esfacelamento da comunidade em grupos de interesse a partir dos negócios propostos pelos “tubarões”, enfraquecendo os movimentos de base que possam mover o Conselho Distrital na direção de um parlamento municipal com poderes deliberativos em prol de sua comunidade.

A falta de lazer é outro aspecto que merece atenção dos gestores da ilha, apesar de ser um pólo turístico que oferece várias opções de entretenimento, os mesmos não são acessíveis aos moradores, além da falta de cinemas, teatros, bibliotecas, museus e outros equipamentos que possibilitem o lazer de jovens e adultos complementando suas necessidades básicas, além da formação de organizações sócio-políticas capazes de promover movimentos reivindicatórios junto ao poder constituído de tal maneira a dotar recursos para tal finalidade.

O uso de droga e a prostituição estão associados à falta de lazer por um lado, a falta de emprego por outro, ao processo migratório e ao próprio perfil do turista que frequenta a ilha. Só existe droga e prostituição onde há demanda com poder econômico para pagar. Este é um dos aspectos negativos que o turismo tende a aprofundar caso não sejam tomadas as medidas jurídicas e policiais necessárias. Segundo alguns depoimentos que veremos a seguir, existem afirmações que droga

sempre existiu na ilha, porém defendemos a idéia de que esta prática se amplia na medida em que a demanda aumenta criando focos de produção e distribuição da mesma. Numa ilha é fácil combater este tipo de prática, já que o espaço urbano é delimitado e as autoridades policiais podem investir num sistema de informações para desmontar tais investidas.

As questões de moradia e alimentação também são necessidades sentidas pela população residente. No primeiro caso pelas limitações impostas por lei à construção de novas casas ou ampliação de residências que indicam o atendimento a necessidades habitacionais a uma crescente população nativa e migrante. No segundo pela dificuldade de acessar alimentos frescos em uma ilha onde a agricultura é pouco incentivada e dependente de produtos vindos do continente a preços compatíveis (justos).

#### 4ª QUESTÃO: COMO ESSES PROBLEMAS PODEM SER RESOLVIDOS?

<b>A</b>	Mudanças administrativas e de ações do governo	40	38,10%
<b>B</b>	Com ações na população e para a população	20	19,05%
<b>C</b>	Ações da população	7	6,67%
<b>D</b>	Colocar mais dessalinizadores	7	6,67%
<b>E</b>	Com chuva	6	5,71%
<b>F</b>	Ações na educação	6	5,71%
<b>G</b>	Outros	5	4,76%
<b>H</b>	Ações na saúde	4	3,81%
<b>I</b>	Procon na ilha	3	2,86%
<b>J</b>	Abrir poços	2	1,9%
<b>K</b>	Abaixar os preços	1	0,95%
<b>L</b>	Com mais lazer	1	0,95%
<b>M</b>	Fiscalização da polícia mais rígida	1	0,95%
<b>N</b>	Mais bancos na ilha	1	0,95%
<b>O</b>	Oportunidade igual para todos	1	0,95%
<b>TOTAL DE RESPOSTAS DA PERGUNTA</b>		<b>105</b>	

Obs: esta questão admite mais de uma resposta.

Na busca de soluções para tais problemas nota-se pelo elenco de respostas dadas pela população que, apesar do baixo poder político, a mesma sugere saídas de natureza político administrativas. Um redirecionamento na gestão é consenso de 38,10% dos residentes, acrescentando-se mais 6,5% que propõem soluções específicas para o atendimento das necessidade de saúde e na educação, perfazendo um total de 46,6%. A organização social e participação popular com o fortalecimento do Conselho Distrital aparece em segundo lugar, perfazendo um total de 25,72%, ou seja, neste item fica claro a necessidade de liberdade política do povo de Noronha, que se vê administrado por políticos desconhecedores das necessidades locais e movido por interesses distantes de suas necessidades. O item “oportunidade igual para todos” chama a atenção para os procedimentos de concessão a residentes e novos investidores, sem privilegiar o segundo grupo em face de sua capacidade reduzida de articular política e economicamente colocando a seu favor as decisões tomadas.

No campo institucional de apoio, temos a necessidade de colocar um Procon para defender os direitos dos consumidores frente ao abuso monopolístico que se constitui no abastecimento da ilha até os dias atuais. A falta de concorrência e uma atuação fiscalizadora por parte dos gestores deixam os atravessadores abusarem de seus preços sem nenhum esforço para coibir tal prática nociva à população. O advento do turismo também é um fator de pressão sobre os preços locais, uma vez que o turista possui um maior poder aquisitivo criando um “overprice” nos estabelecimentos comerciais locais e de certa forma prejudicando e excluindo os moradores deste mercado de bens e serviços.

Os moradores também sugerem abertura de poços para minimizar o problema do abastecimento de água, juntamente com a ocorrência de mais chuvas,

que não dependem diretamente do poder administrativo. O uso racional deste recurso natural e o aumento de equipamentos para tratamento da água salgada podem ser instrumentos para minimizar os efeitos das secas prolongadas que acontecem na região nordeste e na ilha particularmente, além de poços artesanais para abastecer a população residente, com um maior controle sobre o consumo da água pelos turistas, conscientizando-os e regulando o uso nas pousadas.

Algumas declarações obtidas dos chefes de família enfatizam e comprovam as colocações citadas: *“É necessário um bom planejamento governamental, já que não existe e que o governo tenha mais iniciativa. É necessário também cortar o ciclo vicioso e colocar uma prefeitura e fazer parceria com a iniciativa privada”. “Tem que melhorar a gestão da administração. A administração local tem que se preocupar mais com Noronha: administrar bem os recursos captados e os que são da ilha, reverter a receita da taxa para a ilha, controlar o turismo de massa, baixar os preços, desburocratizar, olhar mais para os ilhéus, ser mais justa. Enfim, ter olhos no futuro, sem tanta política”.*

**5ª QUESTÃO: QUAIS DESTES PROBLEMAS FORAM CAUSADOS PELO  
TURISMO?**

**SÍNTESE DAS IDÉIAS CENTRAIS (ICs)**

<b>A</b>	Nenhum	42	45,16%
<b>B</b>	Falta d'água	21	22,58%
<b>C</b>	Todos	13	13,98%
<b>D</b>	Drogas	3	3,23%
<b>E</b>	Aumento de pessoas	3	3,23%
<b>F</b>	Aumento de preço	2	2,15%
<b>G</b>	Desenvolvimento desenfreado	2	2,15%
<b>H</b>	Carestia	2	2,15%
<b>I</b>	Dificuldade	1	1,08%
<b>J</b>	Materialismo das pessoas	1	1,08%
<b>K</b>	Moradia	1	1,08%
<b>L</b>	Grandes empresários tomando conta da ilha	1	1,08%
<b>M</b>	Aumento do número de veículos	1	1,08%
<b>TOTAL DE RESPOSTAS DA PERGUNTA</b>		<b>93</b>	

Obs: esta questão admite mais de uma resposta.

Em relação ao sentimento dos residentes sobre os reflexos do turismo nos problemas levantados anteriormente, 58% destes expressaram afirmativamente que esta atividade promoveu impactos de ordem negativa em suas vidas, a começar pela falta de água, pelo aumento do fluxo migratório, pelo maior uso de drogas, por um desenvolvimento desenfreado (ao contrário de um desenvolvimento humano), a uma maior carestia dos produtos comercializados, ao materialismo das pessoas, à sensação de que grandes empresários estão comprando a ilha (fato notório e verdadeiro), ao aumento do número de veículos e à melhoria das moradias e sua ampliação.

Este conjunto de insatisfações soma-se à pouca capacidade que o turismo teve em pressionar os gestores locais no que tange a um melhor atendimento hospitalar, com médicos presentes, pois poucos sabem que um caso de emergência

poderá ser fatal para a vítima, uma vez que terá que ser transportada para o continente, o que deve acontecer otimistamente em 5 horas no mínimo. A pouca ligação social dos turistas com os nativos, como vimos no tópico anterior também contribui para esta inércia dos visitantes que apenas se incomodam com as belezas naturais e com os passeios contratados. As palestras ministradas no IBAMA pouco contribuem para uma consciência social e os problemas da ilha, como a falta de água, por exemplo, limitando-se a tratar apenas de educação ambiental, como se os moradores da ilha não fizessem parte deste ambiente.

### 6.3 Sonhos e Desejos dos Ilhéus para os próximos 10 Anos

#### 6ª QUESTÃO: QUAIS OS SEUS SONHOS PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS?

##### SÍNTESE DAS IDÉIAS CENTRAIS (ICs)

<b>A, B</b>	Em relação à mudanças sócio-ambientais e econômicas na ilha	31	46,55%
<b>C</b>	Em relação à educação	11	9,48%
<b>D</b>	Em relação à saúde	10	8,62%
<b>E</b>	Sonhos pessoais	10	8,62%
<b>F</b>	Em relação aos preços	7	6,03%
<b>G</b>	Em relação ao lazer, cultura	5	4,31%
<b>H</b>	Em relação ao turismo	5	4,31%
<b>I</b>	Ir embora da ilha	4	3,45%
<b>J</b>	Não tem sonho	3	2,59%
<b>K</b>	Em relação às drogas e prostituição	3	2,59%
<b>L</b>	Em relação à comunidade	2	1,72%
<b>M</b>	Tranquilidade, segurança	2	1,72%
<b>TOTAL DE RESPOSTAS DA PERGUNTA</b>		<b>116</b>	

Obs: esta questão admite mais de uma resposta.

Dentre os principais anseios dos chefes de família, destaca-se com grande ênfase a preocupação dos impactos do turismo na organização sócio-política e econômica na região e seus reflexos sobre a população residente. A melhoria na

saúde e na educação reforça o discurso sobre o padrão de qualidade de vida almejado por aquela população.

Alguns reflexos já começam a serem sentidos como o crescimento do uso de drogas e da prostituição, o exagero nos preços das mercadorias, o excesso de veículos trafegando na ilha e prejudicando a tranqüilidade com a conseqüente poluição do ar, o enfraquecimento das relações sociais, e, principalmente a baixa participação popular nas decisões sobre o destino da ilha no contexto da exploração econômica

Apresentaremos alguns depoimentos que comprovam as afirmativas acima colocadas: *“Sonho ver Noronha crescer conscientemente com um desenvolvimento sustentável para o homem, isto é, que Fernando de Noronha se desenvolva sem afetar o ilhéu. A ilha limpa e organizada, asfaltada, com policiamento, menos carro e menos gente. Também com mais infra-estrutura e o patrimônio histórico restaurado e sem vandalismos e que a taxa de preservação seja repassada totalmente para a ilha”.*

*“O meu sonho é a oferta de melhores condições culturais, com mais opções de lazer para o adolescente e diversão para todas crianças noronhenses.”.*

*“ Meu sonho é ter mais direitos para os ilhéus, mais cidadania, com projetos sociais e melhor distribuição de oportunidades e renda.”.*

*“ Sonho que Fernando de Noronha tenha um desenvolvimento sustentável, voltado para o ecoturismo, e que as crianças tenham um futuro melhor”.*

*“ Sonho que Noronha seja de fato um paraíso, realmente preservada sem destruição do meio ambiente. Que continue linda e maravilhosa como está agora, isto é, que a ilha continue sendo o que ela é. Sonho com um aumento do número de*

*turistas, isto é, com o crescimento do turismo para gerar emprego, mas que tenha um controle da entrada de turistas.*

#### **6.4 O que pensam os membros do Conselho Distrital sobre o turismo na ilha?**

O Conselho Distrital é o representante legítimo da população residente em Fernando de Noronha junto ao Governo do Estado de Pernambuco através da Administração Estadual desta localidade. Seu papel consiste na discussão, apresentação de propostas e projetos, além da validação das contas públicas executadas pelo gestor público da ilha, portanto, uma função meramente consultiva.

Apesar desta fragilidade política, o Conselho manifesta na maioria dos seus membros os sentimentos dos ilhéus nos planos político, econômico, social e ambiental. A entrevista em grupo realizada no ano de 2005 com estes membros subsidiou a reflexão sobre os impactos da atividade turística no seio da sociedade noronhense.

A visão deste grupo de representantes sobre o turismo ficou segmentada em dois grandes blocos. No primeiro destacam-se a melhoria da qualidade de vida, um melhor abastecimento da cesta alimentar nos supermercados, e, a geração de recursos financeiros para auxiliar nos tratamentos de saúde, exames médicos de maior complexidade, tais como ultra-sonografia e tomografia, como demonstram os depoimentos a seguir apresentados: *“ Com o turismo, a qualidade de vida melhorou muito, quando eu cheguei aqui ainda se lutava por uma fruta no supermercado. Eu era diretora da escola, (então) pedia àquele que coordenava a COBAL que deixasse a gente que trabalhava ter prioridade, porque era fila, era empurra-empurra, era briga, muita, para pegar comida, frutas e verduras, e ele dizia que não, que tinha que*

*ter a nossa vez como todas as outras têm. Hoje, graças a Deus eu tenho um carro, tem supermercados, tem alimentação, isso e aquilo outro, um preço caro, mas é o preço de quem se desenvolve, e assim por diante”.*

*“Outra vantagem também do turismo é que trouxe esses transatlânticos e é isso que ajuda a gente, porque é o conselho distrital que administra esse dinheiro e com isso nós ajudamos hospital, pessoas que necessitam, uma verba a mais que vem para o conselho distrital e é o conselho distrital que administra esse dinheiro. Esse conselho vai dar, uma perna mecânica, cadeira de rodas, e N coisas”*  
*(Entrevista em Grupo)*

O segundo bloco de opiniões dos Conselheiros estão associadas a problemas de natureza social e das relações inter-pessoais, tais como a desagregação das famílias, o aumento no uso de drogas, ao fluxo intenso de migrantes que se deslocaram para a ilha em busca de oportunidades de trabalho, após o crescimento do turismo, provocando mudanças nos hábitos e costumes vigentes até então, bem como, ameaçando as oportunidades de trabalho presente e futura para os ilhéus. Como ficou demonstrado no capítulo 5 desta pesquisa, 36,5% da população atual está na ilha a menos de 10 anos, caracterizando-se como “migrantes”, segundo o conceito adotado pela Fundação IBGE.

O discurso abaixo comprova estas afirmativas: “ *Em relação ao turismo, é importante dizer sim que ele prejudicou muito a vida do povo, desagregou as famílias e virou aquele sentido da ambição, da ganância sem a preocupação com o próximo, do individualismo.*

*Esse progresso desenfreado que a gente passa, por exemplo, (com) o desenvolvimento do mercado de trabalho precisa da mão-de-obra, a gente já não está dando mais conta, então solicita lá fora e já vai crescendo, vai enchendo. É*

*uma preocupação para o futuro porque vem aí os nossos filhos que vão estar disputando com aqueles que estavam lá sem o emprego. Essa pessoa que vem, já começa a se enraizar e assim vai, acaba trazendo pessoas boas, mas também pessoas ruins. Nós já tivemos aqui pessoas que já foram para o marginalismo. Há uma revolta da juventude, porque tem falta de emprego, trabalho, e enfim, esse turismo sustentável e ecológico que a gente tanto almejava, foi jogado no esgoto.*

*Nós também sentimos muita falta daquela vida de antigamente, a gente não perdeu de fato aquela solidariedade, aquela amizade, que um ajudava o outro, que precisava de açúcar o outro tinha, se o outro tinha peixe a gente trocava, era um troca-troca e eu sinto falta porque com o progresso desenfreado de Noronha não existe mais isso. Com o turismo virou aquele sentido da ambição, da ganância sem a preocupação com o próximo, do individualismo. Noronha, cresceu de uma forma! Antigamente, você andava no escuro, só pelos passos você já sabia quem era. Tinha setecentos habitantes, seiscentos, todo mundo se conhecia. Hoje a gente vê as pessoas, escuta a voz deles e não sabe quem é". (Entrevista em Grupo)*

*Esta mudança na composição da população também provocou um sentimento de repúdio manifestado pelos ilhéus em relação aos que chegavam para trabalhar e permanecer na ilha, como demonstra esta fala de um conselheiro: "Peguei tudo isso, peguei toda essa confusão, essa discriminação, essa raiva, essa rejeição com quem vinha de fora: muita guerra, muita discriminação, muito ódio. Não por raiva, talvez, daqueles que moravam aqui, mas porque eles se sentiam no direito de, já que moravam aqui, já que enfrentaram todas as dificuldades, achavam-se no direito de também escolher a sua vida.*

*No presente, eu sou conselheira, terceiro mandato, sou haole, como era considerada, agora me considero um haole, porque deixei de ser estranha para fazer parte da comunidade". (Entrevista em Grupo)*

Encontra-se também no discurso de Conselheiros e no grupo de empresários entrevistados uma forte preocupação com a sustentabilidade do turismo na ilha decorrente de uma gestão responsável e eficaz no sentido de maximizar o lucro social e externalizar os custos ambientais e sociais. O ritmo de crescimento acelerado é incompatível com o desenvolvimento humano desejado para aquela sociedade e para o uso correto dos insumos naturais. Opiniões de Conselheiros sobre este assunto: *"É feito uma árvore né, a árvore dá seus frutos, ela serve e tudo mais, mas também há momentos, que se a gente não podar ela direitinho, ou ela vai cair em cima de você, ou o contrário, vai sufocar e vai morrer, e nós estamos desse jeito, o turismo e o desenvolvimento é faca de dois gumes... o turismo hoje em Noronha, ele é bem recebido, eu não trabalho com o turismo, mas o meu povo ainda trabalha e ou a gente sabe fazer a definição ou do contrário.."* e dos empresários da ilha: *"O Distrito Estadual de Fernando de Noronha precisa de sustentabilidade de longo prazo, ela não deve crescer muito. Então, é meio conflitante, como se diz, a curva econômica não cruza com a curva ótica, o Estado e até a classe empresarial, gostaria que a economia fosse mais acelerada, mas, por outro lado, aquilo que faz a ilha ser desejada pode ser corrompido com um nível de turismo mais forte".* (Pesquisa em Grupo e Individual)

*Economicamente às vezes, o Estado e até a classe empresarial, gostariam que a economia fosse mais acelerada. Então, há um conflito muito grande porque, às vezes, o que é ideal para a economia, pode não ser o ideal para o social, o que é ideal para a natureza não é o ideal para o econômico. Aquilo que faz a ilha ser*

*desejada pode ser corrompido com um nível de turismo mais forte. Algumas pessoas acham que a ilha deveria ser aberta para os brasileiros conhecerem, mas se a gente criar condições para ser mais fácil vir para a ilha, vem mais pessoas, e se vem mais pessoas, há um impacto maior. Então, como é que a gente vai dizer quem merece vir para a ilha e quem não merece vir? Qual o critério? Hoje é o econômico, porque é a única linguagem que se entende. É injusto? É, mas existe outra forma? Ninguém criou. A ilha é um destino muito caro para um padrão brasileiro, isso torna a ilha um destino de elite, o que é muito conflitante.*

*Tem que seguir um parâmetro técnico, mesmo que ele não seja perfeito. Tem que ter um número convencional que diga: Noronha suporta X. Isso não pode ficar assim aleatório, tem que ter um valor, e ver o que acontece. O que não pode é ficar aumentando o número de pessoas na ilha por uma conveniência econômica, entendeu? Isso é perigoso, isso vai gerar uma consequência que pode estragar a galinha dos ovos de ouro, como diz a estória". (Pesquisa Individual)*

Em relação à liberdade política exercida pelos ilhéus, os Conselheiros admitem que a população deveria participar com maior efetividade na escolha do administrador da ilha, bem como, da gestão administrativa. Apesar de auditar as contas do Distrito, o Conselho reconhece que seu papel é meramente figurativo e que suas decisões precisam da adesão do administrador para se concretizar. O discurso abaixo citado auxilia na evidência destas colocações.

*"O meu sonho para Fernando de Noronha é ser independente, como nossos irmãos brasileiros, com um governador ou representante que nós queremos, é isso, democracia e não uma ditadura disfarçada. Até hoje não escolhemos o administrador, então a gente aceita aqueles que são indicados pelo governador e nós achamos que a gente deve escolher e no dia em que a gente achasse que ele*

*não estava administrando de acordo com a conveniência nossa, do povo, a gente tinha o direito de dizer basta e lutar contra. Por mais que eu queira bem, qualquer administrador que chegue aqui, eu vejo que ele cai aqui de pára-quadras.*

*Primeiro era a administração direta, passou da direta para a autarquia. Nós estamos trabalhando, já há algum tempo, para a autonomia de Fernando de Noronha, mas uma autonomia consciente, que a gente estude os prós e os contras de todas as maneiras. Na autarquia a gente tem mais autonomia porque o dinheiro fica a maior parte na ilha, mas, hoje, é administrado pelo administrador, pela cúpula dele e nós não damos nenhum aval sobre a parte orçamentária e achamos que o orçamento deveria passar, prioritariamente, pelo conselho distrital, pois a população escolhe os conselheiros. A gente tem que saber para onde deve ir esse dinheiro, para atender as prioridades do povo e isso não é feito. Mesmo que a prestação de contas chegue a nós, a gente dá o nosso parecer para o tribunal de contas, com nossas observações, mas fica por isso mesmo, quer dizer, não é pesquisado profundamente para saber se houve super faturamento". (Pesquisa em Grupo)*

Outro aspecto importante encontrado no discurso dos Conselheiros e dos empresários e que se reflete na qualidade de vida dos ilhéus diz respeito ao processo de formação educacional dos mesmos. A falta de capacitação dos professores, a falta de acompanhamento permanente dos alunos e a grade de disciplinas são os principais problemas encontrados. Segundo os entrevistados, a educação é um instrumento importante para a transformação social. Para os empresários locais deveria existir um sistema de bolsas para que os egressos da escola, com segundo grau completo, complementassem sua formação no continente e pudessem retornar com uma bagagem de conhecimento maior para ajudar no desenvolvimento da ilha. Os trechos a seguir evidenciam estas colocações: "A

*educação é a seguinte, falta acompanhamento mesmo em relação ao professorado, o professorado tem uma capacitação vez ou outra. Mas em compensação é muito solto, viaja muito, deixa a escola solta: os meninos não têm assim aquela disciplina que deveria ter dentro de uma escola, inclusive a noite, a noite há muita demanda. Eles estão pouco presentes na escola. A nossa escola, diz o governo que é uma das melhores, pode até ser, mas para a nossa necessidade, não, precisamos de mais”.*

*(Pesquisa em Grupo)*

O acesso aos serviços básicos ( água e esgoto e coleta de lixo) pela população da ilha, como ficou demonstrado no capítulo 5, é universal no que tange à coleta de lixo e ligações das residências à rede de abastecimento de água, e parcial no que se refere ao esgoto. Apesar disto, o Conselho demonstrou algumas preocupações que refletem a realidade do dia a dia de quem mora na ilha. O fornecimento de água é instável e a estação de tratamento de esgoto necessita de uma limpeza nas caixas, além do que, os “ladrões” utilizados nas lagoas de tratamento vão jogar o esgoto em determinadas praias. Estas colocações comprometem a saúde e a qualidade de vida dos residentes e turistas e pode vir a ser um obstáculo ao desenvolvimento do turismo sustentável nesta localidade.

*“De março até junho, julho, não choveu 30, 20% da capacidade, então para a nossa sorte hoje, a gente tem um dessalinizador, que, querendo ou não, está suprimindo a gente. A água chega um dia sim, dois não, e assim a gente vai andando... Então, graças a Deus esse dessalinizador está quebrando um galho.*

*Em relação ao lixo, temos um tratamento de compostagem: o lixo é tratado, o biodegradável é tratado para virar adubo e o outro é mandado para fora: são prensados latas, plásticos e mandados para fora. Mas a gente precisar ir fazer uma visita para ver como é que está atualmente este cuidado, esse tratamento, pois esta*

*semana eu passei por lá e estava mal cheiro e dizem que a usina de tratamento não fede, não tem mal odor.*

*Outra coisa, tem uma empresa aí, eu tenho testemunhado durante a semana, eles estão levando até a madeira, houve até denuncia. Também foi multada a empresa que estava enterrando alguns lixos. A parte ecológica vai ter que monitorar isso.*

*O esgoto, eu queria dizer para vocês que é uma grande preocupação nossa. Quando foi feito o esgoto, diminuiu mais de 70% as pestes sérias. Só que o esgoto, precisa de uma reparação: não há limpeza nas caixas e depois que eles colocaram ladrões nessas lagoas que vão jogar o esgoto em determinadas praias, a poluição começa a chegar em determinadas praias e a gente não pode nem regular isso. Chegamos até a conversar isso com o administrador, poderia fazer um tratamento desse esgotamento na lagoa e a água voltar novamente para as casas, e ser reutilizada". ( Pesquisa em Grupo)*

Para os empresários, a situação atual não atingiu o esperado, entretanto, a infra-estrutura de abastecimento de água, tratamento de esgoto e coleta de lixo são melhores do que no passado recente, quando tudo era precário. O turismo acelerou o processo de melhoramentos nestas áreas e hoje, apesar das dificuldades encontradas o ambiente viabiliza os negócios.

*"Acho que a gente, hoje, está com louvor porque água, não tinha de jeito nenhum mesmo sendo o número de pessoas habitando a ilha um terço do que tem hoje. Não tinha água. Não tinha água aqui no porto, por exemplo, vinha de um poço aqui ao lado que era praticamente água do mar, não dava para beber. Água para beber era de telhado, quem é morador sabe. Hoje tem água racionada e que não tinha, as pessoas tem que ter memória. Saneamento não tinha, tem um ruim, mas*

*tem, não tinha nenhum. O esgoto passava aqui do lado e era um esgoto a céu aberto, a maioria dos esgotos era assim. Tem problemas, tem, se você for ali tem água, embora seja água racionada. A gente está conseguindo manter o turismo numa seca terrível, e está funcionando plenamente, não como já foi no passado. Não foi cancelado nenhum vôo como já foi no passado porque não tinha água na ilha e tinha que ser mesmo". (Pesquisa Individual)*

## **7 DISCUSSÃO**

## 7 DISCUSSÃO

A análise dos dados compilados a partir das entrevistas domiciliares, da transcrição das entrevistas com gestores e empresários além dos indicadores de desenvolvimento humano e concentração de renda, nos permite nesta etapa da pesquisa uma discussão conclusiva sobre o tema central deste trabalho em consonância com os objetivos traçados preliminarmente. Para tanto organizamos este tópico em cinco partes a seguir desenvolvidas.

### 7.1. Análise Conclusiva – Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento humano com a redução da pobreza extrema tem se constituído no principal objetivo dos países periféricos incluindo-se o Brasil e principalmente a região nordeste.

O Brasil vem melhorando sua posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) na última década, passando de 0,709, em 1991, para 0,764, em 2000. A mudança demonstra avanços brasileiros nas três variáveis que compõe o IDH-M: renda, longevidade e educação. Em comparação com 1991, o índice aumentou em todos os estados e em quase todos os municípios brasileiros.

No ano 2000, do total de 5.507 municípios, 23 foram classificados de baixo desenvolvimento, 4.910, de médio e 574, de alto desenvolvimento humano. Na classificação internacional, o Brasil continua sendo um país de médio desenvolvimento humano.

Apesar dos importantes avanços, o Atlas de Desenvolvimento Humano (Pnud,2003) demonstra que ainda permanecem imensas disparidades entre os piores e melhores municípios. Em 1991, o maior e o menor IDH-M eram, respectivamente 0,847 e 0,327. Em 2000, esses valores melhoraram para 0,919 e 0,467.

Os cinco estados com maiores IDH-M no Brasil são, respectivamente, Distrito Federal (0,844), São Paulo (0,814), Rio Grande do Sul (0,809), Santa Catarina (0,806) e Rio de Janeiro (0,802), situando-se na faixa de alto desenvolvimento humano. Todos os demais encontram-se na categoria de médio desenvolvimento humano. Os cinco IDH-M mais baixos são: Alagoas (0,633), Maranhão (0,647), Piauí (0,673), Paraíba (0,678) e Sergipe (0,687). Em 2000, como em 1991, nenhum estado situou-se na faixa de baixo desenvolvimento humano.

Como se pode notar pelos dados acima, a região nordeste apresenta um médio grau de desenvolvimento com um índice de desenvolvimento humano de 0,6792, apesar de terem ocorrido mudanças significativas no perfil econômico a partir de 1991, quando este indicador situava-se em torno de 0,5882, o que significa uma variação positiva de 15,3% na melhoria da qualidade de vida das pessoas ali residentes.

Historicamente, a região nordeste sempre esteve numa posição de baixo nível de renda e extrema pobreza, particularmente nos municípios situados no interior dos Estados que a compõem. Apesar do esforço feito pela SUDENE em décadas passadas, o desenvolvimento econômico e social andou a passos lentos neste pedaço do Brasil. As causas para tal fato podem estar associadas a diversos fatores, dentre os quais destacamos a escolha de setores econômicos inadequados aos insumos locais (mão-de-obra, tecnologia, capital financeiro) visando um

processo de industrialização que nunca atingiu seu ápice, permanecendo o estado de baixa saúde e qualidade de vida.

Na década de 90, o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, patrocinado pelo Banco Mundial, investiu pesadamente em infraestrutura e modelos de gestão pública nos estados nordestinos, visando o aproveitamento das belezas naturais, principalmente na costa marítima deste espaço econômico. Este esforço, conjugado com um planejamento estratégico que teve o turismo como setor prioritário, vem transformando a realidade nordestina no que tange à geração de empregos, ao aumento da riqueza, e à atração de maiores volumes de investimentos estrangeiros em serviços hoteleiros e , especificamente, no litoral da região.

Esta realidade pode modificar o cenário de pobreza ainda persistente, se a gestão pública destes estados seguirem os princípios aqui discutidos sobre a sustentabilidade social, econômica, política e ambiental e tendo como vetor principal o direcionamento de investimentos para o aumento do capital social local, a geração de saúde e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Nesta linha de pensamento, concentramo-nos durante esta pesquisa no Estado de Pernambuco que apresenta atualmente um IDH-M de 0,692 e se coloca em quarto lugar no ranking nordestino e o 22º. no ranking brasileiro de desenvolvimento humano. Por ser um Estado da região nordeste e possuir um potencial de recursos naturais e histórico-culturais aproveitáveis para a atividade turística vem recebendo anualmente cerca de 3,35 milhões de turistas, o que representa um impacto significativo nas receitas do setor público (tributos, taxas...) e do setor privado. Vale lembrar que o turismo em sua matriz de insumo-produto tem

influência sobre 52 setores econômicos e gera um multiplicador de renda e emprego superior a 1,80.

O cenário da pesquisa foi o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, que destacou-se com o primeiro lugar no ranking do Estado e o décimo segundo lugar no ranking nacional em matéria de desenvolvimento humano, apresentando um valor de 0,862 para o ano de 2000, o que é considerado pelas Nações Unidas como alto desenvolvimento humano.

A avaliação histórica dos reflexos sócio-econômicos e políticos provocados pelo avanço da atividade turística na região do estudo será feita nas três dimensões do índice de Desenvolvimento Humano no período de 1991 a 2005, contemplando os anos censitários e a pesquisa domiciliar efetivada para o último ano da série.

### **.Índice de Desenvolvimento – Componente Renda**

O turismo movimentou nos últimos anos um volume de recursos físicos, humanos e financeiros, significativos para gerar ocupação e renda, bem como gerou uma receita pública, decorrente de tributos pagos pelas empresas (cluster produtivo de Noronha) e do recolhimento da Taxa de Preservação Ambiental (TPA) junto aos visitantes da ilha.

Estimou-se para o ano de 2005, a partir da série histórica da Fundação IBGE, um valor do produto interno bruto em R\$ 12,5 milhões a preços correntes, o que representa um PIB per capita de R\$ 5.494,80. A média de crescimento anual do PIB entre 2000 e 2005 foi de 26,9% impulsionada pelo aumento expressivo do fluxo turístico que cresceu 22,4% no mesmo período.

Em relação ao início da década (2000) o PIB per capita cresceu de R\$ 1.959,00 para R\$ 5.494,80, ou seja, aumentou 2,80 vezes em termos nominais. A taxa de preservação ambiental cobrada aos turistas, gerou em 2005 um valor total de R\$ 4,92 milhões para uma permanência média de 3 dias, o que representa 39,3% do PIB gerado para aquele ano.

No que tange ao componente de renda média dos residentes (mensurada a preços de 2000), variável que compõe o índice de desenvolvimento humano, os resultados encontrados para o período proposto supõem uma leve queda real entre os anos de 2000 e 2005, estimada em 9,09%. Apesar disto, o valor encontrado na pesquisa direta permanece superior àquele encontrado em 1991.

Tabela 7.1 - Estatísticas de Desenvolvimento Humano – IDH – Renda Média dos Residentes

Ano de Referência	Renda Média (em R\$ de 2000)	Taxa de Crescimento (%)	Índice de renda (IDHM-R)
1991	231,73	-	0,682
2000	558,95	141,20	0,829
2005	508,11	-9,09	0,813

Fonte: Ipea / ano de 2005, pesquisa direta.

Esta evidência comparativa entre o ano de 1991, 2000 e 2005 demonstram que o crescimento do turismo, sob a ótica econômica da renda média dos residentes trouxe aumento significativo, apesar do recuo do patamar médio em 2005.

A qualidade de vida sob esta abordagem é melhor nos primeiros anos desta década, apresentando um índice de desenvolvimento humano da renda elevado para os padrões da região nordeste, onde se situa Fernando de Noronha.

Estes resultados permitem afirmar que o cidadão noronhense tem uma renda maior que os demais habitantes do Estado de Pernambuco e da região nordeste.

Levando-se em conta o aspecto distributivo da renda gerada, o índice de Gini encontrado para os anos de 1991 (censo - IBGE) e 2005 (Pesquisa direta domiciliar) representa uma leve piora, significando um aumento da concentração de renda pessoal.

Tabela 7.2 - Distribuição de Renda (Índice de Gini)

<b>Ano</b>	<b>Índice de Gini</b>
<b>1991</b>	0,4460
<b>2005(*)</b>	0,4766

Fonte: Fundação IBGE /(\*) Pesquisa Direta.

A mudança na composição da força de trabalho, com a inserção de migrantes que tem um maior nível de escolaridade disputando as ocupações com melhor remuneração e o surgimento de novos pequenos empresários (tubarões) vindos do continente devem e irão continuar alterando o processo distributivo da riqueza a favor dos últimos. Este quadro fica agravado, quando o potencial de capital humano nativo, não consegue obter uma melhor qualificação, além do segundo grau ofertado pela escola pública local, impossibilitando seu crescimento dentro do mercado de trabalho.

A ausência de uma política de financiamentos a pequenos negócios na ilha pelos órgãos financeiros responsáveis pelo desenvolvimento na região, no caso, o Banco do Nordeste agrava mais ainda a situação de concorrência desleal encontrada pelos empresários nativos com pouco capital financeiro.

A promoção da saúde preconiza como determinante, uma renda adequada que permita ao cidadão satisfazer suas necessidades básicas e complementares no consumo de bens essenciais e que ajudem a produzir saúde física e mental socialmente no cotidiano de vida das pessoas.

Dentro da escala de consumo divulgada pela Pesquisa de Orçamento Familiar realizada entre os anos de 2002 e 2003 para o Brasil, o valor total do dispêndio mensal familiar com despesas correntes (alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação, recreação e lazer, outras necessidades) foi estimada em R\$ 1.465,31 ( R\$ 1.666,39 a preços de 2005) e o dispêndio per capita em R\$ 404,78 ( R\$ 460,33 a preços de 2005), ou seja , o cidadão noronhense tem poder de compra para efetivar estas despesas e ainda gerar uma pequena poupança estimada em 9,4% de seu rendimento médio mensal.

Quanto maior a renda per capita de um país e quanto mais eqüitativa sua distribuição, maior a tendência de vida longa e saudável para sua população (Ziglio,2000). Esta afirmativa nos leva à conclusão de que sob a ótica da geração de riqueza e sua distribuição, Fernando de Noronha encontra-se em um patamar de “ boa qualidade de vida” , comparável às mais desenvolvidas localidades no Brasil, entretanto, faz-se necessário chamar a atenção de que o processo de crescimento econômico demonstrado nos últimos anos têm sido um fator estimulador da entrada de novos capitais e de uma acentuada migração, fatores que, no médio e longo prazo modificarão os indicadores atualmente encontrados. A queda na renda média per capita em 2005, relativamente a 2000 e o aumento na concentração de renda entre 1991 e 2005 são sinais da transformação em curso.

No tocante à internalização dos ganhos auferidos pelos residentes e originados pela atividade turística, utilizamos uma Proxy a partir da massa salarial de pessoas ocupadas em serviços turísticos em relação ao PIB, o que representou 44,8% ( R\$ 5,64 milhões/ano) do mesmo sob a ótica da renda.

## **. Índice de Desenvolvimento – Componente Educação**

A educação deve ser um processo social inclusivo e portanto precisa se inserir nas mudanças sociais e, diante dos dilemas e tensões atuais, sempre fazer uma opção pela transformação social (Matui,2001).

A conferência de Sundsvall (1991) preconizou como uma das condições necessárias à construção de um ambiente saudável (com saúde e qualidade de vida), o acesso universal à saúde, educação e demais serviços básicos.

A Organização Mundial da Saúde (2004), através de sua comissão que estuda os determinantes sociais e ambientais da saúde coloca a educação entre “as principais fontes determinantes da saúde de uma comunidade”.

A corrente (Ziglio,2000) que defende as idéias do investimento para a saúde (IFH), tem como um dos princípios essenciais a larga base de conhecimento, onde, setores como assistência à saúde, serviços sociais, educação, dentre outros são de grande importância na consecução destes princípios.

A taxa de escolarização encontrada na população em idade escolar residente na ilha de Fernando de Noronha foi de 95,24% e a pesquisa direta (2005) também revelou que a relação entre o número de crianças em idade escolar na escola e o total de crianças nesta faixa etária era de 96,15%, ou seja, quase a totalidade de menores estava cursando o ensino básico, fundamental ou médio.

No que tange ao índice de desenvolvimento humano em sua componente educação, a tabela 7.3 nos auxilia a evidenciar a crescente melhora nas taxas de alfabetização e frequência escolar entre os anos de 1991 a 2005. O valor do IDHM –

educação atinge o patamar de 0,963, sendo considerado portanto um excelente nível frente à realidade da região nordeste e mesmo do Brasil.

Tabela 7.3 - Estatísticas de Desenvolvimento Humano – IDH – Educação

<b>Ano de Referência</b>	<b>Taxa de alfabetização de adultos (%)</b>	<b>Taxa bruta de frequência escolar (%)</b>	<b>Índice de educação (IDHM-E)</b>
<b>1991</b>	88,35	75,34	0,840
<b>2000</b>	93,13	90,61	0,923
<b>2005</b>	95,47	98,01	0,963

Fonte: Ipea / ano de 2005, pesquisa direta

Sabemos que a educação é um dos componentes principais do capital humano frente a um sistema produtivo que se moderniza em progressão geométrica e se torna cada vez mais exigente em relação ao perfil da mão-de-obra e suas qualificações. A remuneração auferida pelos trabalhadores está intimamente associada à sua escolaridade e a sua experiência (anos de trabalho, cursos de especialização).

Tabela 7.4 - Renda Média do Trabalho por Escolaridade – Fernando de Noronha

<b>Escolaridade</b>	<b>Renda Média</b>
<b>1º. Grau</b>	R\$ 958,54
<b>2º. Grau</b>	R\$ 1.240,63
<b>Superior</b>	R\$ 1,741,30

Fonte: Pesquisa Direta/2005.

Entendemos que os princípios da promoção da saúde, especificamente o “empoderamento” pode ser melhor trabalhado e entendido por uma comunidade com um nível escolar mais elevado e onde o analfabetismo não se constitui em uma barreira à inserção de novas idéias que levem esta comunidade a um melhor estado de saúde e qualidade de vida.

Importante ressaltar neste contexto, que os indicadores acima apresentados estão influenciados pela participação dos migrantes (haole) no universo de

referência da pesquisa, uma vez que este sub-grupo apresenta na sua composição da escolaridade, 23,81% de pessoas com nível superior, elevando assim o potencial humano para o desenvolvimento de atividades mais complexas e de melhor remuneração.

Como ficou evidenciado, a atividade turística impulsionou o crescimento econômico mas ainda não conseguiu despertar as autoridades gestoras do Distrito para a necessidade de um melhoramento na formação da mão-de-obra, promovendo parcerias para a realização de cursos técnicos e de especialização nos diversos segmentos que o turismo exige, tais como, hotelaria, alimentos e bebidas, agenciamento, receptivo, mergulho, orientação náutica, pesca esportiva, atividades relacionadas ao eco-turismo, educação ambiental para o turismo, informações turísticas, recreação e lazer, e outras ocupações conexas com o turismo. Para 58,75% dos residentes, o turismo teve pouca influência no acesso aos serviços de educação (escola), e para 12,36% dos chefes que responderam a pesquisa domiciliar a educação constitui-se atualmente em um grande problema para a ilha, pois segundo os depoimentos tomados, existe uma “baixa capacitação dos professores e os alunos não tem as disciplinas que deveriam ter na escola” (Pesquisa Direta,2005).

A manifestação do Conselho Distrital sobre a educação é a de que esta, está passando por um processo de descaso, uma vez que “o professorado tem uma capacitação vez ou outra, porém é tudo muito solto. Os professores viajam muito e a escola não exige uma disciplina dos alunos. A nossa escola, segundo o Governo é uma das melhores, pode até ser, mas para a nossa necessidade, não, precisamos de mais” (Entrevista em grupo, 2005).

As críticas apresentadas ao sistema pedagógico da escola, situada no Distrito de Fernando de Noronha, parecem-nos procedentes quando examinamos o resultado do ENEM/MEC em 2006, onde os alunos noronhenses obtiveram uma média geral corrigida estimada em 36,090 pontos, o que representa 84,8% dos pontos obtidos da média nacional e 89,7% da média estadual, ou seja, este resultado evidencia as condições de ensino e de infra-estrutura oferecidas aos jovens estudantes da região.

Podemos então concluir que o acesso à educação básica no Distrito Estadual de Fernando de Noronha é amplo e atende a todas as camadas sociais ali residentes, entretanto, o desenvolvimento e a formação intelectual dos jovens é limitada à 3ª série do segundo grau, uma vez que não existe curso superior na localidade. Esta realidade pode e deve ser modificada promovendo parcerias com o Governo Federal e Estadual através da possibilidade de criação de um campus universitário avançado com foco nas áreas de administração de negócios, economia, hotelaria e ecoturismo, meio ambiente, geografia, ou a criação de um programa de incentivo com bolsas de estudo para que os alunos aprovados no vestibular das universidades públicas possam sobreviver no continente (Pernambuco ou Rio Grande do Norte).

### **. Índice de Desenvolvimento – Componente Longevidade**

Para efeito de avaliação do desenvolvimento humano em sua componente de longevidade, deve-se considerar que um aumento da longevidade indica melhoria na qualidade de vida.

Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

As taxas de natalidade e mortalidade de Fernando de Noronha, segundo a Fundação IBGE demonstraram comportamentos inversos, ou seja, cresceu a natalidade (93,2%) e a mortalidade foi reduzida quase pela metade (41,7%) entre os anos de 1994 e 2004 (dados disponíveis), influenciando o comportamento da longevidade nesta década.

Os resultados encontrados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas revelam um aumento de 4,46 anos de vida entre os anos de 1991 e 2000, o que dá uma taxa média de crescimento anual de 0,68%. A estatística referente ao ano de 2005 foi projetada utilizando-se os dados demográficos amostrais da pesquisa direta aplicada naquele ano.

O acesso a água potável atinge a 97,58% da população atualmente. Apesar do alto índice de domicílios ligados à rede geral, o volume de água que chega é pequeno e a qualidade da água é ruim, além do freqüente racionamento que compromete a qualidade de vida dos residentes.

Outro fator que vem comprometendo a qualidade de vida do povo de Noronha refere-se ao saneamento básico e a coleta de lixo, sendo que o primeiro se expandiu de 54,07% dos domicílios em 1991 para 64,81% em 2005 e o segundo já atinge a totalidade da população. Apesar do avanço, ainda persistem condições desfavoráveis de saneamento para 35,19% de domicílios, ou seja, uma população de 801 pessoas aproximadamente, comprometendo sua saúde.

Entretanto, o IDH – longevidade vem apresentando crescimento significativo entre 1991 e 2000, ou seja, 9,72% e entre 2000 e 2005 com 4,67%, induzindo à conclusão de que a saúde e a qualidade de vida existente em Fernando de Noronha apresentam padrões elevados frente à média nacional e regional.

Tabela 7.5 - Estatísticas de Desenvolvimento Humano – IDH – Longevidade

<b>Ano de Referência</b>	<b>Esperança de vida ao nascer (em anos)</b>	<b>Índice de longevidade (IDHM-L)</b>
<b>1991</b>	70,65	0,761
<b>2000</b>	75,11	0,835
<b>2005</b>	77,45	0,874

Fonte: Ipea / ano de 2005, pesquisa direta.

As estatísticas acima sugerem no plano do desenvolvimento humano que a população residente no Distrito de Fernando de Noronha obteve uma melhora significativa na sua qualidade de vida no período compreendido entre 1999 e 2005, anos em que o indicador de desenvolvimento (tabela 7.6) saltou de 0,761 para 0,883, colocando este espaço econômico e social em lugar de destaque no ranking nacional e estadual.

Tabela 7.6 - Índices de Desenvolvimento Humano – IDH Fernando de Noronha

<b>Ano de Referência</b>	<b>Índice de longevidade (IDHM-L)</b>	<b>Índice de educação (IDHM-E)</b>	<b>Índice de renda (IDHM-R)</b>	<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)</b>
<b>1991</b>	0,761	0,840	0,682	0,761
<b>2000</b>	0,835	0,923	0,829	0,862
<b>2005</b>	0,874	0,963	0,813	0,883

Fonte: Ipea / ano de 2005, estimativa do autor.

Conclui-se ainda que a atividade turística tem presença significativa na geração de emprego e renda dinamizando a economia local e gerando recursos públicos de monta expressiva em relação ao produto interno bruto da localidade.

## **7.2 Turismo e Qualidade de Vida – Opinião da População Residente**

Pelos depoimentos obtidos, o turismo constitui-se na principal atividade da ilha de Fernando de Noronha, uma vez que, dos entrevistados, 79,03% estavam ou estiveram atuando em atividades relacionadas ao turismo. Esta estatística confirma a importância desta atividade naquela localidade.

No campo da percepção dos moradores de Fernando de Noronha é possível concluir:

1. O turismo influenciou e ajudou os residentes a: aumentar os ganhos da família em 79,28% das opiniões dos chefes de família entrevistados na pesquisa domiciliar por amostragem.

2. O turismo atraiu investidores que nada trazem para a população local. Esta é a preocupação de 22% dos chefes de família entrevistados.

3. A pesquisa constatou que 84,68% dos entrevistados tem ou teve contato com turistas e na grande maioria de caráter profissional (74,34%). O desenvolvimento de uma relação de amizade entre o residente e o turista ocorreu apenas em 3,66% dos casos, o que demonstra a hipótese de que a sociabilização de conhecimento entre ambos é quase nula.

4. A forma de relacionamento entre as pessoas da localidade foi alterada. O progresso vindo com o turismo aumentou o número de pessoas residentes e eles já não conhecem todo mundo

5. Os residentes percebem os turistas em quatro categorias: aqueles que trazem renda (15,85%); aqueles que são simpáticos (60,98%); os mais conscientes, ou seja, preocupados com o homem e o meio ambiente (19,51%) e os desinformados (3,66%).

6. A grande maioria dos chefes de família entrevistados considerou sua qualidade de vida como ótima e boa representando 69,47% do total de respostas.

7. Os itens de maior importância para a qualidade de vida dos ilhéus foram a tranquilidade e a segurança, com uma intensidade de 26,4%.

8. Para 60,33% dos residentes entrevistados, o turismo está crescendo e para outros 26,45% o turismo cresceu muito, ou seja, em 86,78% dos casos, a percepção afirmada é a de que esta atividade está em ampla ascensão e corrobora com a convicção daqueles que concordam em afirmar que o turismo é a salvação da ilha.

9. Para 80,18%r o turismo tem influência em suas vidas, e percebem mudanças positivas, tais como : *o aumento da renda e do poder de compra, a melhoria da qualidade de vida e da infra-estrutura, mais cultura, mais oportunidades de trabalho e de emprego, uma melhor conscientização ambiental.* Este grupo também considerou os seguintes aspectos negativos: *o aumento de carros circulando na ilha, a falta de água, dificuldades em obter autorização para reforma ou construção, maior atenção do poder público aos grandes empresários em detrimento dos pequenos, maior degradação provocada por turistas sem consciência ambiental, crescimento descontrolado, carestia, aumento na produção de lixo deixado pelo turismo, inserção das drogas na comunidade, problemas na gestão pública que se distânciam dos anseios locais, desestruturação social e familiar,*

10. Este grupo ainda considerou que o turismo influenciou e ajudou os residentes a: aumentar os ganhos da família (79,28%); a comprar mais alimentos

(78,38%); na melhoria dos transportes (71,17%) e acesso à energia elétrica (78,38%). Em relação ao acesso à educação, ao lazer, saneamento básico, medicamentos e aos serviços de saúde, a grande maioria afirmou que o turismo teve baixa influência perfazendo uma média de 41,25%, ou seja, a atividade turística na ilha pouco auxiliou no sentido de pressionar as autoridades locais a melhorar o acesso e a qualidade dos serviços citados.

11. Por outro lado, o grupo que considerou o turismo como uma atividade que nada influenciou em suas vidas, estão os (19,82%) dos chefes de família respondentes ao inquérito amostral domiciliar.

12. Para os membros do Conselho Distrital, a qualidade de vida melhorou com o turismo.

13. Em relação ao sentimento dos residentes sobre os reflexos do turismo nos problemas causados em Fernando de Noronha, 58% destes expressaram afirmativamente que esta atividade promoveu impactos de ordem negativa em suas vidas, a começar pela falta de água, pelo aumento do fluxo migratório, pelo maior uso de drogas, por um desenvolvimento desenfreado (ao contrário de um desenvolvimento humano), a uma maior carestia dos produtos comercializados, ao materialismo das pessoas, à sensação de que grandes empresários estão comprando a ilha (fato notório e verdadeiro), ao aumento do número de veículos e à melhoria das moradias e sua ampliação.

Este conjunto de insatisfações soma-se à pouca capacidade que o turismo teve em pressionar os gestores locais no que tange a um melhor atendimento hospitalar, com médicos presentes.

Neste item os principais aspectos levantados pela pesquisa nos levam a concordar que a atividade turística tem importância significativa no processo de

crescimento econômico e desenvolvimento humano no Distrito de Fernando de Noronha. Entretanto gostaríamos de salientar que a total dependência do turismo como fonte geradora de riqueza constitui-se em uma armadilha no médio e longo prazos, já que os destinos tendem a se esgotar, caso não seja implantada uma gestão voltada para a sua sustentabilidade ambiental, social, política e econômica.

Como percebemos ao longo da leitura dos resultados encontrados, os primeiros reflexos negativos começam a serem sentidos pelos residentes, a exemplo do processo migratório e o aumento da concorrência por postos de trabalho; ao aumento contínuo dos bens e serviços ofertados na ilha; ao aumento do uso de drogas e da prostituição; à queda da renda per capita ocasionada por um maior crescimento da população residente frente à renda gerada; a ameaça do desemprego da mão-de-obra local num futuro próximo; ao aumento da poluição provocada pelos combustíveis utilizados na frota de veículos que cresce a cada ano; às limitações impostas pela educação local frente a uma necessidade de uma mão-de-obra cada vez mais especializada; a uma infra-estrutura incipiente para atendimento médico, principalmente de urgência.

Todos estes aspectos refletem e irão refletir com mais intensidade no futuro sobre a qualidade de vida e a saúde dos nativos da ilha.

### **7.3 Aspectos Negativos para a Saúde e o Desenvolvimento Humano**

A pesquisa direta também revelou aspectos negativos que merecem a atenção dos gestores e planejadores do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, dentre os quais destacamos como relevantes para promoção da saúde e da qualidade de vida local:

1. A mão-de-obra inserida no mercado apresenta uma relação de trabalho com as empresas locais, onde apenas 33,09% atendem as exigências formais de contratação segundo a CLT ( Consolidação das Leis Trabalhistas). Este aspecto demonstra o grau de informalidade existente neste mercado de trabalho e tem reflexos sobre os ganhos indiretos, como férias, 13º. Salário, Fundo de Garantia, além do direito a aposentaria ao final do tempo de serviço.

2. Não existe eleição direta para a escolha do Administrador da ilha, nem condições que permitam a um ilhéu garantir sua participação num processo de eleição indireta pela Assembléia Legislativa do Estado. No campo político é claro os anseios da população local em escolher seus governantes e participar de forma mais ativa do processo de definição de alternativas e investimentos nas áreas econômica e social visando o bem-estar de todos os residentes. A escolha do Administrador através de método indireto tem provocado reações da população local no sentido de um movimento libertador que proponha as soluções para as necessidades básicas e complexas desta comunidade.

3. A falta de concorrência e uma atuação fiscalizadora por parte dos gestores deixam os atravessadores abusarem de seus preços sem nenhum esforço para combater tal prática nociva à população. O advento do turismo também é um fator de pressão sobre os preços locais, uma vez que o turista possui um maior poder aquisitivo criando um "overprice" nos estabelecimentos comerciais locais e de certa forma prejudicando e excluindo os moradores deste mercado de bens e serviços. "O turismo ajuda a encarecer tudo. As passagens estão mais caras" (Pesquisa direta, 2005). É necessário também estabelecer preços diferenciados para o ilhéu ou fazer uma fiscalização dos preços. Os preços das passagens aérea e do ônibus urbano deveriam ser mais baratas para os ilhéus. Os moradores poderiam ter mais

descontos nos produtos através de subsídios oriundos das taxas pagas pelos turistas.

4. O Distrito Estadual de Fernando de Noronha precisa de sustentabilidade de longo prazo, ela não deve crescer muito, segundo os empresários entrevistados. Para eles, existe um conflito, qual seja, a curva econômica não cruza com a curva ética. O Estado e até a classe empresarial, gostariam que a economia fosse mais acelerada, mas, por outro lado, aquilo que faz a ilha ser desejada pode ser corrompido com um nível de turismo mais forte.

5. A falta de lazer é outro aspecto que merece atenção dos gestores da ilha, apesar de ser um pólo turístico que oferece várias opções de entretenimento, os mesmos não são acessíveis aos moradores, além da falta de cinemas, teatros, bibliotecas, museus e outros equipamentos que possibilitem o lazer de jovens e adultos complementando suas necessidades básicas, além da formação de organizações sócio-políticas capazes de promover uma reivindicação junto ao poder constituído de tal maneira a dotar recursos para tal finalidade..

6. O uso de droga e a prostituição devem ser uma preocupação constante para a administração local, pois seus reflexos sobre a saúde física e social da comunidade podem comprometer o destino turístico e a qualidade de vida dos residentes.

7. Segundo os depoimentos colhidos na pesquisa, “foi feito o esgoto, diminuíram as pestes sérias, mas não limpam as caixas e jogam o esgoto em praias que vão ficar poluídas”.

8. O lixo biodegradável é tratado para virar adubo e o outro é mandado para fora: são prensados latas, plásticos e mandados para fora. “Mas a gente precisar ir fazer uma visita para ver como é que está atualmente este cuidado, esse tratamento,

pois esta semana eu passei por lá e estava mal cheiro e dizem que a usina de tratamento não fede, não tem mal odor. Outra coisa, tem uma empresa aí, eu tenho testemunhado durante a semana, eles estão levando até a madeira, houve até denuncia. Também foi multada a empresa que estava enterrando alguns lixos. A parte ecológica vai ter que monitorar isso”. ( Pesquisa Direta,2005).

9. A organização social e uma maior participação popular com o fortalecimento do Conselho Distrital constitui-se em prioridade para 25,72% dos entrevistados, ou seja, fica claro a necessidade de liberdade política do povo de Noronha. Esta é uma premissa da promoção da saúde na construção de ambientes saudáveis. A participação popular e o exercício do poder pluralístico fortalecem as comunidades e possibilitam o empoderamento das mesmas para o encaminhamento de solução para seus problemas.

10. “Tem que melhorar a gestão da administração. A administração local tem que se preocupar mais com Noronha: administrar bem os recursos captados e os que são da ilha, reverter a receita da taxa para a ilha, controlar o turismo de massa, baixar os preços, desburocratizar, olhar mais para os ilhéus, ser mais justa. Enfim, ter olhos no futuro, sem tanta política. É necessário à administração reunir a população para dar mais informações e conscientizar os moradores, por exemplo, para o uso adequado da água. Fazer um acordo com a população. Além disso, é necessário dar mais direitos à população, dar cursos para o ilhéu competir no mercado de trabalho, fazer campanhas de Alcoólicos Anônimos e mais policiamento nas ruas” ( Pesquisa Direta, 2005).

11. Gestão Integrada. A estrutura administrativa e o modelo de gestão não fornecem o enfrentamento dos problemas e dos vieses ao modelo de desenvolvimento que priorize o turismo sustentado

#### **7.4. Sobre o Plano de Gestão e Modernização do Turismo**

No que tange ao interesse pela saúde e a qualidade de vida, as propostas apresentadas, no plano de gestão e modernização do turismo de Fernando de Noronha, podem ser divididas em dois grupos: o primeiro que aborda ações de natureza indireta sobre a saúde, tais como, a redução do uso de combustíveis fósseis e poluentes, eliminação de embalagens plásticas nocivas ao meio ambiente, estímulo a coleta de lixo seletiva, reutilização da água de pias e lavatórios para descarga sanitária reduzindo a pressão sobre o consumo deste bem, universalização do serviço de saneamento, melhorar o transporte público e a segurança, utilizar a Escola para criar uma consciência cidadã, criar mecanismos de maior participação da comunidade nas decisões e na gestão pública. Todos estes aspectos nos parecem indicadores de promoção da saúde pública na localidade, entretanto, a infra-estrutura de atendimento à saúde, no caso o hospital São Lucas ainda carece de uma ampla reforma para abrigar um corpo médico e de apoio capaz de atender a demanda composta por residentes e turistas que dele venham a precisar.

A proposição de "Melhoria dos serviços de atendimento médico" por si só já denuncia o quadro de fragilidade em que se encontra esta área, exigindo dos governantes uma maior atenção. A busca pelo certificado internacional de excelência ambiental deverá contribuir para que medidas sejam tomadas visando melhorar o panorama atual naquele equipamento de saúde.

A avaliação realizada em 2005 pela Administração atual de Fernando de Noronha, constatou que nenhuma ação no sentido de melhorar os serviços de atendimento médico foi efetivada a partir da proposta inicial em 2001.

As ações dos gestores do turismo limitam-se ao plano da promoção do produto turístico de Fernando de Noronha, à qualificação da mão-de-obra através de cursos profissionalizantes e ao monitoramento da demanda, sem entretanto intervir na formatação e implantação de políticas públicas saudáveis que enfatizem a necessidade da intersetorialidade dos órgãos competentes do Governo e da sociedade local visando no médio e longo prazos dar sustentabilidade ao modo de exploração turística atualmente em vigor.

## **8 CONCLUSÕES**

## 8 CONCLUSÕES

Uma projeção para o ano de 2.010, considerando-se as taxas anuais de crescimento, coloca a população da ilha em um patamar de 2.859 habitantes e um total de turistas estimados em 89.200 por ano, o que representa uma média mensal de 10.292 pessoas em busca de serviços básicos de hotelaria, água, esgoto, iluminação pública e atendimento médico. Este dado por si só é alarmante e serve como balizador para as autoridades locais no sentido de traçar uma estratégia para lidar com tal problema. Não basta apenas promover o turismo e incentivar o crescimento do número de leitos e apartamentos, é preciso dotá-los de apoio estrutural para um bom atendimento aos turistas promovendo o aumento da internalização dos ganhos, além de um planejamento que insira políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano daquela comunidade.

À luz dos princípios propostos na Conferência de Sundsvall (1991) concluímos este trabalho avaliando que a participação popular e o exercício do poder pluralístico em Fernando de Noronha se resume à eleição do Conselho Distrital e a sua atuação enquanto fórum consultivo, não exercendo a representatividade junto ao executivo, que se situa fora dos limites geográficos daquele Distrito (Recife/Pe).

No tocante à redução da pobreza e a equidade na distribuição dos recursos econômicos, podemos enfatizar que a renda per capita dobrou entre 1991 e 2005, tendo o turismo como atividade promotora de tal mudança, como também, uma boa distribuição desta renda gerada como demonstrou o Coeficiente de Gini apresentado anteriormente.

Existe um forte desequilíbrio entre a oferta e demanda dos recursos necessários ao desenvolvimento do turismo na localidade, começando pela qualificação da mão-de-obra, que acaba se refletindo em um aumento da importação, de trabalhadores para o Turismo, pressionando ainda mais os serviços básicos ofertados.

O fato da economia noronhense importar a quase totalidade de bens e serviços que necessita para satisfazer a demanda local e a demanda flutuante desloca o vetor de preços para cima provocando um alto custo de vida para os residentes. Este aspecto dificulta a elaboração de uma dieta saudável (nutrição adequada) sob dois ângulos da questão: diversidade na oferta de produtos e preços elevados. O acesso universal à saúde e à educação está garantido naquele território, entretanto, a pesquisa revelou que ambos os serviços necessitam de uma ampliação física e melhora na qualidade e no escopo dos serviços prestados. Esta é uma área que precisa estar contemplada e integrada nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de Fernando de Noronha, buscando-se a intersectorialidade com os demais segmentos públicos e privados.

O acesso aos serviços básicos como fornecimento de água, energia, e coleta de lixo, também, se revelou satisfatório na pesquisa direta, entretanto, algumas evidências de falta de água constante e de um sistema de saneamento limitado a uma parcela da população revelam a urgência na solução destes problemas. Estamos nos referindo a um ambiente sensível aos impactos negativos provocados pelo lixo e pela falta de saneamento básico, comprometendo a saúde futura da população.

A justiça para todos deverá ser estabelecida quando da emancipação deste Distrito e o fortalecimento do empoderamento desta comunidade frente ao quadro atual.

A inquietação dos ilhéus com a perda das origens causada, em primeiro lugar, pelo forte movimento migratório, e em segundo, pela necessidade de seus filhos nascerem no território de Fernando de Noronha deprecia a condição psicossocial desta comunidade.

Identificamos, também, uma forte preocupação com o avanço das drogas e da prostituição na ilha, além de uma melhoria qualitativa no sistema educacional adequando-se à nova realidade sócio-econômica. No campo da saúde física e mental, urgem providências para prover um atendimento hospitalar capaz de responder as demandas por saúde de turistas e residentes.

Conclui-se que Fernando de Noronha tem no turismo uma alternativa limpa para o seu desenvolvimento, mas que com o tempo, não sendo promovida a população local e abertos espaços para sua inserção neste mercado de trabalho poderão ocasionar problemas de deterioração das condições de vida desta. A população tem necessidades e anseios que precisam ser atendidos pela implementação de políticas públicas coerentes com as demandas manifestas. O processo de crescimento desta atividade sem um planejamento adequado e uma capacidade de carga bem definida irá comprometer ainda mais o meio ambiente e a saúde e qualidade de vida excluindo parcela da comunidade dos benefícios gerados.

A estratégia da pesquisa utilizada mostrou-se eficaz, pois:

- Levantou as percepções dos residentes sobre turismo, saúde e qualidade de vida;

- Captou os anseios dos representantes da população (Conselho Distrital) sobre a consolidação do turismo em Noronha, durante pesquisa em grupo realizada;
- Permitiu a geração de indicadores de concentração de renda e de qualidade de vida a partir da pesquisa amostral domiciliar;
- Levantou as percepções de empresários e gestores diretamente ligados ao turismo sobre a sustentabilidade desta atividade;
- Identificou os principais impactos provocados pelo turismo nos campos econômico, social e político;
- Atualizou os dados sócio-econômicos e de infra-estrutura através da pesquisa amostral domiciliar;

Admite-se que este estudo vem complementar às demais pesquisas já realizadas, neste santuário ecológico, no campo social e da promoção da saúde pública. Partimos do princípio que nenhum estudo esgota as reflexões e conclusões sobre determinado tema abordado, mas serve como referência para que novas pesquisas avancem na busca de identificar entraves e encontrar soluções para os problemas sociais da nossa sociedade.

Sugere-se que a Administração do Arquipélago de Fernando de Noronha utilize os resultados, conclusões e sugestões aqui apresentadas para aperfeiçoar sua gestão pública e caminhar no sentido da promoção da saúde e do desenvolvimento humano do povo de Noronha.

## **9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## 9 REFERÊNCIAS

**ADMINISTRAÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA.** Plano de Gestão do Arquipélago de Fernando de Noronha, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável, Fernando de Noronha/Pe, 2000/ 2001.

\_\_\_\_\_. Perfil do Turista de Fernando de Noronha, maio de 2004, Fernando de Noronha/Pe, 2004.

\_\_\_\_\_. Modernização do Plano de Gestão do Arquipélago de Fernando de Noronha, Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável, Fernando de Noronha/Pe, 2005.

**AGENCIA PARA EL DESARROLO INTERNACIONAL (AID).** Project evaluation quality. Office Development Program and Evaluation. Washington, D.C. , 1974. 3a. ed.

**AKERMAN, M. (Org.)** . Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, 2006.

**ANDRADE, V.R.P.** Cidadania: do direito aos direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1993.

**BENI, M.C.** Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Senac, 2000.

\_\_\_\_\_. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003.

**BORGES, M. L. S.** Fernando de Noronha – Lendas e Fatos Pitorescos. 4ª. Ed. Recife: Inojosa, 1999.

**BOZZANO, D. P.** Planificación y Desarrollo de Productos Ecoturísticos desde la Perspectiva de la Sostenibilidad, Ponencia apresentada na Conferencia Preparatoria para o Ano Internacional do Ecoturismo, Cuiabá, agosto, 2001.

**BOULLON, R.** Ecoturismo y Sistemas Naturales Urbanos. Argentina: Librerías Turísticas, 1993.

**CHIESA, A. M.** A equidade como princípio norteador da identificação de necessidades relativas ao controle dos agravos respiratórios na infância, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 1999.

**BYDLOWSKI, C.R.** Cidadania. O papel do professor. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo .Faculdade de Saúde Pública. São Paulo. 2006.

**COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.** Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

**CONSELHO MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** Eco-efficiency Leadership for Improved Economic and Environmental Performance, Relatório impresso, 1996.

**DONABEDIAN, A .** The definition of quality and approaches to its assessment, Michigan: Health Administration Press, 1980.

**ENGQUIST, C. L. et al.** Can quality of life be evaluate ? **Hospitals**, 53(22):97-100, 1979.

**EMBRATUR.** Programa Nacional de Ecoturismo, 1995.

**FERRAZ, M.L.E.F.; NORONHA, D.P.; ANDRADE, M.T.D. e CUENCA, A M.B.** Guia de Apresentação de Teses, 2. ed. Faculdade de Saúde Pública –USP, São Paulo, 2006.

**FERNANDO DE NORONHA.** Administração do Arquipélago.  
<http://www.noronha.pe.gov.br/ctudo-adm.asp>.

**FEUERSTEIN, M. T.** Avaliação: como avaliar programas de desenvolvimento com a participação da comunidade. São Paulo, Edições Paulinas.

**FOWLER JR. F. J.** Desiging questions to be good measures. In: Survey research methods, London, Newbury Park, Sage Publications, 155p. , 1990.

**FURTADO, C.** Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. O Mito do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Circulo do Livro, 1974.

\_\_\_\_\_. Celso Furtado Entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

**GODFREY, K.B.** Sustainable tourism – What is it really? Economic commission for Europe. Committee on Human Settlements, Nicosia, Cyprus, 1994.

**GRANT, J.A.** Quantitative evaluation of a screening program. **American Journal Public Health**, 64(1):66-71, 1974.

**GREENE, J.C.** Qualitative program evaluation: practice and promise. In: Handbook of qualitative research. Denzin NK YS, editors. Thousand Oaks:Sage Publications; 1994, pp. 531-544.

**GUIMARÃES, E.A.** Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, 1996. Brasília:PNUD/IPEA, 1996.

**HOFFMANN, R.** Distribuição de Renda, medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Edusp, 1998.

**HUNTER, C. and GREEN, H.** Tourism and Environment: a Sustainable relationship, Routledge, London, 1995.

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**, Plano de Manejo – APA Fernando de Noronha – Rocas – São Pedro e São Paulo, Resumo Executivo, 2001.

**JANUZZI, P. M.** Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais, Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Administração, setembro, 2001.

**KRIPPENDORF, J.** The Holiday Makers: Understanding the Impacts of Leisure and Travel, English edition. Heinemann, Oxford, 1987.

**LANDEFELD, J.S.** The economic value of life: linking theory to practice. *Am. Journ. Pol. Health*, 72(6):555-566, jun., 1982.

**LEFÈVRE F, LEFÈVRE AMC.** O Discurso do Sujeito Coletivo – Um Novo Enfoque em Pesquisa Qualitativa. Caxias do Sul: Educus, 2003.

**LEVIN, L.S. & ZIGLIO, E.** Health promotion as an investment strategy: considerations on theory and practice. *Health Promotion International*, v. 11, n.1, p. 33-40, 1996.

**LIMA, JANIRZA C.R.** Nas águas do Arquipélago de Fernando de Noronha. Tese de Doutorado. PUC/SP. São Paulo, 2000.

**LISAKKA, L.** Social Capital in Finland, Helsinki, 2006.

**MACHADO, O .** Archipelago de Fernando de Noronha, Notícia Histórica, 2ª. Edição, SBD-FFLCH-USP, tomo: 53443, São Paulo.

**MALK, A.M.** Avaliação, Qualidade e Gestão. São Paulo: SENAC, 1996.

**MATEO RODRIGUES, J. M.** Desenvolvimento Sustentável: níveis conceituais e modelos. In: CAVALCANTI, Agostinho P. B. (org.). Desenvolvimento Sustentável e Planejamento – bases teóricas e conceituais. Fortaleza: UFC, 1997.

**MATUI, J.** Cidadão e professor em Florestan Fernandes. São Paulo: Cortez, 2001.

**MENDES, R.** Cidades Saudáveis no Brasil e os Processos Participativos: os casos de Jundiá e Maceió. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2000.

**MILL, R.C. e MORRISON, A. M.** The Tourism System – An introductory Text, Kendal/Hunt Publishing Company, USA, 1998.

**MINAYO, M.C.S.** Triangulação de métodos em avaliação de programas e serviços de saúde, IV Congresso Latinoamericano de Ciências Sociales y Medicina, 2 a 6 de junho de 1997, Cocoyoc, Mor. México.

\_\_\_\_\_, (org.) Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade, 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

**MINISTERIO DO TURISMO.** Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo 2003-2007, Brasília, 2002, mimeo.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília. 2006.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE,** Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade das Zonas Costeiras e Marinha. Secretaria de Biodiversidade e Floresta, Brasília, 2002.

**MITTELMARK, M.** Promoting social responsibility for health: health impact assesment and healthy public policy at the community level. Health Promotion International, v. 16, n. 3, p.269-274, Oxford University Press, 2001.

**MURPHY, P.E.** Tourism and sustainable development. In: Theobald, W. Global Tourism: The new decade. Butterworth-Heinemann, Oxford, 1994.

**NOVAES, H. M.** Avaliação de programas, serviços e tecnologias em saúde, Revista de Saúde Pública, 2000: 34(5): 547-559.

**(OECD) ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT.** Review of the DAC Principles for Evaluation Development Assistance , 1998, <http://www.oecd.org/dac/evaluation>.

**OLIVEIRA, G.B.** Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista Fae, Curitiba, v 5, n.2, maio/agosto, 2002.

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE,** Carta de Otawa, Primeira Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, Canadá, 1996.

\_\_\_\_\_, Preparación de indicadores para vigilar los progresos realizados em el logro de la salud para todos en el ano 2000., Série Salud para todos, n. 4, . Genebra, 1981.

\_\_\_\_\_, Evaluación de los programas de salud, série Salud para todos, n. 6, 1981.

\_\_\_\_\_, Evaluation in health promotion: Principles and perspectives, european series, n. 92, Health Canadá.

\_\_\_\_\_, Social and Environmental determinants of Health, papper for discussion (mimeo), june, 2004.

\_\_\_\_\_, Determinantes sociais da saúde – Os Fatos Concretos, Escritório Regional na Europa, janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_, **Macroeconomics and Health: Investing in Health for Development**, Report of the Commission on Macroeconomics and Health, Geneva, 2001.

**ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO**, **Introducción al Turismo**, Madri, 1998.

\_\_\_\_\_, **Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais**, Madri, 1993

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**, **Agenda 21 – Resumo**, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, Rio de Janeiro, 1992.

**ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD/ OMS**. **Evaluation y organización de servicios de salud para la atención en establecimientos hospitalarios**. Washington: OPAS / OMS, 1985.

**PHILIPPI, A JR , PELICIONI, M C F**. **Saúde e Agenda 21**, *Jornal da USP*, 7 a 13/6/1999, pg. 2.

\_\_\_\_\_, **Agenda 21 – O que, por que, para quê ?** *Jornal da USP*, 9 a 15/3/1998, pg. 2.

**PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 2003.

\_\_\_\_\_. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, julho, 2003.

**QUEIROZ, C.M.B**. **Qualidade de Vida e Políticas Públicas no município de Feira de Santana – Bahia**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo Faculdade de Saúde Pública. São Paulo. 2002.

**RICHARDS, G., BRAMWELL, B**. **Sustainable Management: Principles and Practice**. Tiburg University Press, Tiburg, Netherlands, 1996.

**SALAZAR, L**. **Evaluación de efectividad en Promoción de la Salud – Guia de Evaluación Rápida**, Universidad del Valle, Cali , Colombia, 2004.

**SANTOS, A.O**. **Impactos do Turismo na Vida dos Moradores das comunidades de Barra da Ribeira, Iguape (SP) e Trindade e Parati (RJ)**, Projeto de Pesquisa, Instituto de Psicologia, mimeo, São Paulo, 2004.

**SACHS, I**. **As cinco dimensões do ecodesenvolvimento**. In: **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

**SCATOLIN, F. D**. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto Alegre, 1989. Mestrado em Economia, UFRGS.

**SEBRAE/Pe**, Plano de Turismo de Fernando de Noronha/Pe, Agosto, 2005.

**SEN, A. ; Nussbaum M.** The Quality of Life, Oxford, Clarendon, 1992.

**SEN, A.** Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia as Letras, 2005

**FUNDAÇÃO SEADE.** Monitoramento de prioridades de desenvolvimento com equidade social; in **Qualidade de Vida: observatórios, experiências e metodologias.** São Paulo: Annablume, 2002.

**SILVA, MARIA L. V. E FORMIGLI, VERA A L.** Health Evaluation: Problems and Perspectives. Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública, 10 (1):80-91, Jan/mar, 1994.

**SOUZA, N.J.** Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas , 1993.

**SWARBROOKE, J.** Turismo Sustentável. São Paulo: Aleph, 2000.

**TEIXEIRA, E. L.** Plano de Gestão do Ecoturismo no Arquipélago de Fernando de Noronha, Preparatory Conference for the International Year of Ecotourism. Cuiabá, agosto, 2001.

**VALDIVIESO, P.** Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena. Rev. Sociol. Polit. , 2003 (21):13-34.

**VASCONCELOS M. A . e GARCIA M. E.** Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

**VITTE, C.C.S. et all.** Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades, in **Qualidade de Vida: observatórios, experiências e metodologias.** São Paulo: Annablume, 2002.

**ZIGLIO, E.** Princípios, metodologia e práticas de investimento para saúde. Promotion & Educational Journal, v. VII/2, 2000.

**WESTPHAL, M. F.** Participação popular e políticas municipais de saúde: Cotia e Várzea Grande Paulista, São Paulo; 1992, tese de livre docência, Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública.

\_\_\_\_\_ ; **Bógus C.M.** Grupos Focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. Boletim Of. Sanit. Panam. 1996;120 (6);p. 472-82.

\_\_\_\_\_. A promoção à saúde no Brasil. Impresso, 1998.

\_\_\_\_\_ e **Ziglio E.** Políticas Públicas e Investimentos: a Intersetorialidade. Revista de Desenvolvimento Econômico e Social. 2005.

**WORTHEN, B.R.** Alternative views of evaluation. In: Program Evaluation: alternative approaches and practical guidelines. New York, 1997.

**WTTC - World Travel Tourism & Council.** [www.wttc.travel](http://www.wttc.travel) (acessado em 20 de Janeiro de 2007).

**YIN, R.K.** Case Study Research – Design and Methods, v. 5, Applied Social Research Methods Series, SAGE publications, London, 1984.

**ANEXOS**

**ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO**  
**Residentes em Fernando de Noronha - Domicílio**

**TERMO DE CONSENTIMENTO**  
**Residentes em Fernando de Noronha - Domicílios**

Nome : \_\_\_\_\_

Endereço : \_\_\_\_\_

RG : \_\_\_\_\_

Aceito participar da pesquisa “ Impactos do Ecoturismo na Saúde e na Qualidade de Vida dos residentes de Fernando de Noronha” , do pesquisador Hildemar Silva Brasil, aluno do curso de Doutorado da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo.

Fui informado que a pesquisa pretende analisar as políticas públicas voltadas para o turismo e os resultados sobre a qualidade de vida da população e que minha participação poderá contribuir para a formulação de sugestões de políticas públicas que visem melhorar o bem-estar dos ilhéus. Como participante da pesquisa serei entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em minha residência, com duração máxima de 30 minutos, sendo esta entrevista marcada antecipadamente.

Sei que tenho liberdade de recusar a participar da pesquisa e de deixá-la a qualquer momento.

Fui também esclarecido(a) que meu nome não será divulgado nos resultados da pesquisa e que as informações que darei serão utilizadas somente para os propósitos da pesquisa.

Acredito ter sido informado sobre a proposta do estudo e declaro que concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Assinatura do entrevistado

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Nome do Responsável**  
**HILDEMAR SILVA BRASIL**  
**MÁRCIA FARIA WESTPHAL**

**Telefone para Contato**  
**(11) 3091.40.83**  
**(11) 3066.77.66**

**ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO**  
**Gestores Públicos e Privados em Fernando de**  
**Noronha**

**TERMO DE CONSENTIMENTO**  
**Gestores Públicos e Privados em Fernando de Noronha**

Nome : \_\_\_\_\_

Endereço : \_\_\_\_\_

RG : \_\_\_\_\_

Aceito participar da pesquisa “ Impactos do Ecoturismo na Saúde e na Qualidade de Vida dos residentes de Fernando de Noronha” , do pesquisador Hildemar Silva Brasil, aluno do curso de Doutorado da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo.

Fui informado que a pesquisa pretende analisar as políticas públicas voltadas para o turismo e os resultados sobre a qualidade de vida da população e que minha participação poderá contribuir para a formulação e implantação de políticas que visem melhorar o bem-estar dos ilhéus, bem como, o desenvolvimento econômico e humano da região. Como participante da pesquisa serei entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e data a ser previamente agendado, com duração máxima de 90 minutos, sendo esta entrevista de natureza coletiva onde participarão todos os convidados interessados no assunto.

Sei que tenho liberdade de recusar a participar da pesquisa e de deixá-la a qualquer momento.

Fui também esclarecido(a) que meu nome não será divulgado nos resultados da pesquisa e que as informações que darei serão utilizadas somente para os propósitos da pesquisa.

Acredito ter sido informado sobre a proposta do estudo e declaro que concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

Assinatura do entrevistado

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Nome do Responsável**  
**HILDEMAR SILVA BRASIL**  
**MÁRCIA FARIA WESTPHAL**

**Telefone para Contato**  
**(11) 3091.40.83**  
**(11) 3066.77.66**

## **ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA  
QUESTIONÁRIO

1	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	1.01 - NÚMERO DO QUESTIONÁRIO
---	----------------------	-------------------------------

1.02 - UF	1.03 - MUNICÍPIO	1.04 - DISTRITO	1.05 - SUBDISTRITO	1.06 - SETOR
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
1.07 - TOTAL DE HOMENS	1.08 - TOTAL DE MULHERES	1.09 - QUESTIONÁRIO NO DOMICÍLIO		
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/> 1 - ÚNICO <input type="checkbox"/> 2 - TEM OUTROS <input type="checkbox"/> 3 - E CONTINUAÇÃO		
LOCALIDADE				
<input type="text"/>				
LOGRADOURO (ENDEREÇO COMPLETO)				
<input type="text"/>				

2	<b>CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO</b>
---	-------------------------------------

2.01 - ESPÉCIE

1 - PARTICULAR PERMANENTE → Siga quesito 2.02

2 - PARTICULAR IMPROVISADO

3 - COLETIVO → Passe para a Lista de Moradores

2.02 - TIPO

1 - CASA     2 - APARTAMENTO     3 - CÔMODO

2.03 - ESTE DOMICÍLIO É:

1 - PRÓPRIO - JÁ PAGO → Siga quesito 2.04

2 - PRÓPRIO - AINDA PAGANDO

3 - ALUGADO

4 - CEDIDO POR EMPREGADOR

5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA → Passe para o quesito 2.05

6 - OUTRA CONDIÇÃO

2.04 - O TERRENO EM QUE SE LOCALIZA ESTE DOMICÍLIO É:

1 - PRÓPRIO     2 - CEDIDO     3 - OUTRA CONDIÇÃO

2.05 - A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO É:

1 - REDE GERAL

2 - POÇO OU NASCENTE (Na propriedade)

3 - OUTRA    QUAL? \_\_\_\_\_

2.06 - A ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO CHEGA:

1 - CANALIZADA

2 - CANALIZADA SO NA PROPRIEDADE OU TERRENO

3 - NÃO CANALIZADA

2.07 - QUANTOS BANHEIROS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Considere somente os que contêm chuveiro ou banheira e aparelho sanitário)

Se 0 (zero) siga quesito 2.08. Caso contrário, passe para o quesito 2.09

Se 9 banheiros ou mais, registrar 9 (nove)

2.08 - Nº DE CÔMODOS SEM BANHEIRO:

2.09 - NESTE DOMICÍLIO, TERRENO OU PROPRIEDADE EXISTE SANITÁRIO UTILIZADO PELOS MORADORES?

1 - SIM → Siga quesito 2.10

2 - NÃO → Passe para o quesito 2.11

2.10 - O ESCOADOIRO DESTES BANHEIRO OU SANITÁRIO É LIGADO A:

1 - REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL

2 - FOSSA SEPTIVA

3 - FOSSA RUDIMENTAR

4 - VALA

5 - RIO, LAGO OU MAR

6 - OUTRO ESCOADOIRO

2.11 - O LIXO DESTES DOMICÍLIO:

1 - É COLETADO POR SERVIÇO DE LIMPEZA

2 - É COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA

3 - É QUEIMADO (Na propriedade)

4 - É ENTERRADO (Na propriedade)

5 - É JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO

6 - É JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR

7 - TEM OUTRO DESTINO

2.12 - CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DAS VIAS DE ACESSO:

TIPO DE ILUMINAÇÃO

PAVIMENTAÇÃO

2.13 - TIPO DE PAREDE DO DOMICÍLIO:

TIJOLO

TAIPA

MADEIRA

OUTRO    QUAL? \_\_\_\_\_

2.14 - REVESTIMENTO DA PAREDE:

COM REBOCO     SEM REBOCO

2.15 - PISO:

TERRA     TACO

CIMENTO     CARPETE

Passe para a Lista de Moradores

## LISTA DE MORADORES DO DOMICÍLIO

Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO	SEXO	IDADE	LOCAL DE NASCIMENTO	RESIDE A QTO. TEMPO?	MOTIVO DE MIGRAÇÃO	SABE LER E ESCREVER?	CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU	OCUPAÇÃO	RENDA MENSAL	CARTEIRA ASSINADA?	TEM ASSISTENCIA MEDICA?	PROCUROU EMPREGO NOS ULTIMOS 7 DIAS?
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados
		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M					<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO QUAL? _____	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NAO OBS: Somente para desocupados

**ANEXO 4 – O POTENCIAL ECOTURÍSTICO  
BRASILEIRO**

## **ANEXO 4 - O POTENCIAL ECOTURÍSTICO BRASILEIRO**

O Brasil tem uma superfície de 8.511.596,3 km<sup>2</sup>. No âmbito dessa extensão continental abrange desde regiões equatoriais ao norte até áreas extratropicais ao sul, diferenciadas climática e geomorfologicamente, com uma extraordinária diversidade ecológica.

Incluindo dentre os países de mega diversidade, detém um número entre 10% e 20% do total de espécies do planeta. Esta riqueza conhecida corresponde a 22% da flora, 10% dos anfíbios e mamíferos e 17% das aves do mundo.

A superfície territorial brasileira abriga diferentes ecossistemas, destacando-se:

### **Floresta Amazônica**

A Amazônia Central abriga o maior complexo hídrico-fluvial da Terra, com cerca de 7 milhões de km<sup>2</sup>, sendo uma região de dimensões continentais. A hiléia brasileira com cerca de 3,3 milhões de km<sup>2</sup> sobrepõe-se, em grande parte, à área da bacia hidrográfica do Rio Amazonas e caracteriza-se por abrigar grande riqueza biológica, com enorme diversidade de flora e fauna. É considerada uma das últimas reservas florestais do planeta.

### **Mata Atlântica**

Engloba um diversificado mosaico de ecossistemas florestais com estruturas e composições florísticas bastante diferenciadas, acompanhando a diversidade de solos, relevos e características climáticas da vasta região onde ocorre. Estes ecossistemas são caracterizados por uma grande diversidade biológica e altos graus de endemismo da flora e da fauna.

### **Cerrado**

É o segundo maior bioma do Brasil e da América do Sul, ocupando mais de 2 milhões de km<sup>2</sup> e abriga um rico patrimônio de recursos naturais renováveis, adaptados às duras condições climáticas edáficas e hídricas, que determinam sua própria existência.

## **Pantanal**

O Pantanal é a maior área de terras inundáveis da América do Sul, compreendendo a totalidade da bacia do Alto Paraguai, uma área de 496.000 km<sup>2</sup>, dos quais 393 estão localizados no Brasil.

A porção brasileira da Bacia abrange dois ecossistemas independentes: a parte baixa da Bacia – planícies de inundação – e a parte alta da Bacia – ou margem/borda, onde vivem inúmeras espécies, desde endêmicas até migratórias.

## **Caatinga ou Semi-árido**

A Caatinga cobre aproximadamente 825.143 Km<sup>2</sup> do Nordeste e parte do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, apresentando planícies e chapadas baixas. A vegetação é composta de vegetais lenhosos, misturados com grande número de cactos e bromélias. A secura ambiental, pelo clima semi-árido, e sol inclemente impõem hábitos noturnos ou subterrâneos. Répteis e roedores predominam na região. Entre as mais belas aves estão a arara azul e o acauã, um gavião predador de serpentes.

## **Floresta de Araucária**

A Floresta de Araucária, também conhecida como “Complexo dos Pinhais”, pela predominância do pinheiro brasileiro, constitui uma formação vegetal heterogênea: mata de araucárias (pinhais), campos e paredões rochosos vegetados formando escarpas de até 300 metros de queda livre.

## **Campos do Sul**

Os campos da Região Sul do Brasil são denominados “pampas”, termo de origem indígena para “região plana”. Esta denominação, no entanto, corresponde somente a um dos tipos de campo. Outros tipos, conhecidos como campos do alto da serra, são encontrados em área de transição com a floresta de Araucária. Em outras áreas encontra-se, também, um campo e fisionomia semelhante à savana. Merecem destaque os campos inundáveis, como é o exemplo o “Banhado do Taim”. Esses campos são importantes reservas naturais da vida selvagem.

## **Manguezal**

O manguezal ou mangue é um tipo de vegetação litorânea que constitui um dos mais típicos ecossistemas tropicais de grande importância ecológica e geológica. A

fauna, em especial as aves de invertebrados, ocupa nichos ecológicos importantes e diversificados.

### **Zonas Costeiras e Insulares**

O litoral brasileiro tem uma extensão de 7.367 km, apresentando uma imensa gama de ecossistemas: campos de dunas, ilhas, recifes, costões rochosos, baías, estuários, brejos, falésias e baixios.

**ANEXO 5 – DECRETO N° 4340, DE 22 DE AGOSTO  
DE 2002**

## DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002

Regulamenta artigos da **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, inciso IV, e o art. 225, § 1, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000,

### **DECRETA :**

Art. 1º Este Decreto regulamenta os arts. 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 36, 41, 42, 47, 48 e 55 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como os arts. 15, 17, 18 e 20, no que concerne aos conselhos das unidades de conservação.

### **CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

Art. 2º O ato de criação de uma unidade de conservação deve indicar:

- I - a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração;
- II - a população tradicional beneficiária, no caso das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável;
- III - a população tradicional residente, quando couber, no caso das Florestas Nacionais, Florestas Estaduais ou Florestas Municipais; e
- IV - as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas.

Art. 3º A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, neste último caso, às designações indígenas ancestrais.

Art. 4º Compete ao órgão executor proponente de nova unidade de conservação elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar, quando for o caso, a consulta pública e os demais procedimentos administrativos necessários à criação da unidade.

Art. 5º A consulta pública para a criação de unidade de conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade.

§ 1º A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.

§ 2º No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta.

## **CAPÍTULO II DO SUBSOLO E DO ESPAÇO AÉREO**

Art. 6º Os limites da unidade de conservação, em relação ao subsolo, são estabelecidos:

I - no ato de sua criação, no caso de Unidade de Conservação de Proteção Integral; e

II - no ato de sua criação ou no Plano de Manejo, no caso de Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Art. 7º Os limites da unidade de conservação, em relação ao espaço aéreo, são estabelecidos no Plano de Manejo, embasados em estudos técnicos realizados pelo órgão gestor da unidade de conservação, consultada a autoridade aeronáutica competente e de acordo com a legislação vigente.

## **CAPÍTULO III DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Art. 8º O mosaico de unidades de conservação será reconhecido em ato do Ministério do Meio Ambiente, a pedido dos órgãos gestores das unidades de conservação.

Art. 9º O mosaico deverá dispor de um conselho de mosaico, com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem.

§ 1º A composição do conselho de mosaico é estabelecida na portaria que institui o mosaico e deverá obedecer aos mesmos critérios estabelecidos no Capítulo V deste Decreto.

§ 2º O conselho de mosaico terá como presidente um dos chefes das unidades de conservação que o compõem, o qual será escolhido pela maioria simples de seus membros.

Art. 10. Compete ao conselho de cada mosaico:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;

2. o acesso às unidades;

3. a fiscalização;

4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;

5. a pesquisa científica; e

6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental;

b) a relação com a população residente na área do mosaico;

III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades; e

IV - manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para a gestão do mosaico.

Art. 11. Os corredores ecológicos, reconhecidos em ato do Ministério do Meio Ambiente, integram os mosaicos para fins de sua gestão.

Parágrafo único. Na ausência de mosaico, o corredor ecológico que interliga unidades de conservação terá o mesmo tratamento da sua zona de amortecimento.

#### **CAPÍTULO IV DO PLANO DE MANEJO**

Art. 12. O Plano de Manejo da unidade de conservação, elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário quando for o caso, será aprovado:

I - em portaria do órgão executor, no caso de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural;

II - em resolução do conselho deliberativo, no caso de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, após prévia aprovação do órgão executor.

Art. 13. O contrato de concessão de direito real de uso e o termo de compromisso firmados com populações tradicionais das Reservas Extrativistas e Reservas de Uso Sustentável devem estar de acordo com o Plano de Manejo, devendo ser revistos, se necessário.

Art. 14. Os órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, em suas respectivas esferas de atuação, devem estabelecer, no prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação deste Decreto, roteiro metodológico básico para a elaboração dos Planos de Manejo das diferentes categorias de unidades de conservação, uniformizando conceitos e metodologias, fixando diretrizes para o diagnóstico da unidade, zoneamento, programas de manejo, prazos de avaliação e de revisão e fases de implementação.

Art. 15. A partir da criação de cada unidade de conservação e até que seja estabelecido o Plano de Manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização.

Art. 16. O Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta do público na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor.

## **CAPÍTULO V DO CONSELHO**

Art. 17. As categorias de unidade de conservação poderão ter, conforme a Lei nº 9.985, de 2000, conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados.

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

§ 2º A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.

§ 4º A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP com representação no conselho de unidade de conservação não pode se candidatar à gestão de que trata o Capítulo VI deste Decreto.

§ 5º O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

§ 6º No caso de unidade de conservação municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, ou órgão equivalente, cuja composição obedeça ao disposto neste artigo, e com competências que incluam aquelas especificadas no art. 20 deste Decreto, pode ser designado como conselho da unidade de conservação.

Art. 18. A reunião do conselho da unidade de conservação deve ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.

Art. 19. Compete ao órgão executor:

I - convocar o conselho com antecedência mínima de sete dias;

II - prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado.

Parágrafo único. O apoio do órgão executor indicado no inciso II não restringe aquele que possa ser prestado por outras organizações.

Art. 20. Compete ao conselho de unidade de conservação:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;

II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e

IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

## **CAPÍTULO VI DA GESTÃO COMPARTILHADA COM OSCIP**

Art. 21. A gestão compartilhada de unidade de conservação por OSCIP é regulada por termo de parceria firmado com o órgão executor, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 22. Poderá gerir unidade de conservação a OSCIP que preencha os seguintes requisitos:

I - tenha dentre seus objetivos institucionais a proteção do meio ambiente ou a promoção do desenvolvimento sustentável; e

II - comprove a realização de atividades de proteção do meio ambiente ou desenvolvimento sustentável, preferencialmente na unidade de conservação ou no mesmo bioma.

Art. 23. O edital para seleção de OSCIP, visando a gestão compartilhada, deve ser publicado com no mínimo sessenta dias de antecedência, em jornal de grande circulação na região da unidade de conservação e no Diário Oficial, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Os termos de referência para a apresentação de proposta pelas OSCIP serão definidos pelo órgão executor, ouvido o conselho da unidade.

Art. 24. A OSCIP deve encaminhar anualmente relatórios de suas atividades para apreciação do órgão executor e do conselho da unidade.

## **CAPÍTULO VII DA AUTORIZAÇÃO PARA A EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

Art. 25. É passível de autorização a exploração de produtos, sub-produtos ou serviços inerentes às unidades de conservação, de acordo com os objetivos de cada categoria de unidade.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, entende-se por produtos, sub-produtos ou serviços inerentes à unidade de conservação:

I - aqueles destinados a dar suporte físico e logístico à sua administração e à implementação das atividades de uso comum do público, tais como visitação, recreação e turismo;

II - a exploração de recursos florestais e outros recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, nos limites estabelecidos em lei.

Art. 26. A partir da publicação deste Decreto, novas autorizações para a exploração comercial de produtos, sub-produtos ou serviços em unidade de conservação de domínio público só serão permitidas se previstas no Plano de Manejo, mediante decisão do órgão executor, ouvido o conselho da unidade de conservação.

Art. 27. O uso de imagens de unidade de conservação com finalidade comercial será cobrado conforme estabelecido em ato administrativo pelo órgão executor.

Parágrafo único. Quando a finalidade do uso de imagem da unidade de conservação for preponderantemente científica, educativa ou cultural, o uso será gratuito.

Art. 28. No processo de autorização da exploração comercial de produtos, sub-produtos ou serviços de unidade de conservação, o órgão executor deve viabilizar a participação de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se os limites estabelecidos pela legislação vigente sobre licitações públicas e demais normas em vigor.

Art. 29. A autorização para exploração comercial de produto, sub-produto ou serviço de unidade de conservação deve estar fundamentada em estudos de viabilidade econômica e investimentos elaborados pelo órgão executor, ouvido o conselho da unidade.

Art. 30. Fica proibida a construção e ampliação de benfeitoria sem autorização do órgão gestor da unidade de conservação.

## **CAPÍTULO VIII DA COMPENSAÇÃO POR SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL**

Art. 31. Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, o órgão ambiental licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir dos estudos ambientais realizados quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos, não mitigáveis e passíveis de riscos que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais.

Parágrafo único. Os percentuais serão fixados, gradualmente, a partir de meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, considerando-se a amplitude dos impactos gerados, conforme estabelecido no caput.

Art. 32. Será instituída no âmbito dos órgãos licenciadores câmaras de compensação ambiental, compostas por representantes do órgão, com a finalidade de analisar e propor a aplicação da compensação ambiental, para a aprovação da autoridade competente, de acordo com os estudos ambientais realizados e percentuais definidos.

Art. 33. A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

- I - regularização fundiária e demarcação das terras;
- II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;
- IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e
- V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

Parágrafo único. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

- I - elaboração do Plano de Manejo ou nas atividades de proteção da unidade;
- II - realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;
- III - implantação de programas de educação ambiental; e
- IV - financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.

Art. 34. Os empreendimentos implantados antes da edição deste Decreto e em operação sem as respectivas licenças ambientais deverão requerer, no prazo de doze meses a partir da publicação deste Decreto, a regularização junto ao órgão ambiental competente mediante licença de operação corretiva ou retificadora.

## **CAPÍTULO IX DO REASSENTAMENTO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS**

Art. 35. O processo indenizatório de que trata o art. 42 da Lei nº 9.985, de 2000, respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais.

Art. 36. Apenas as populações tradicionais residentes na unidade no momento da sua criação terão direito ao reassentamento.

Art. 37. O valor das benfeitorias realizadas pelo Poder Público, a título de compensação, na área de reassentamento será descontado do valor indenizatório.

Art. 38. O órgão fundiário competente, quando solicitado pelo órgão executor, deve apresentar, no prazo de seis meses, a contar da data do pedido, programa de trabalho para atender às demandas de reassentamento das populações tradicionais, com definição de prazos e condições para a sua realização.

Art. 39. Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação.

§ 1º O termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida.

§ 2º O termo de compromisso será assinado pelo órgão executor e pelo representante de cada família, assistido, quando couber, pela comunidade rural ou associação legalmente constituída.

§ 3º O termo de compromisso será assinado no prazo máximo de um ano após a criação da unidade de conservação e, no caso de unidade já criada, no prazo máximo de dois anos contado da publicação deste Decreto.

§ 4º O prazo e as condições para o reassentamento das populações tradicionais estarão definidos no termo de compromisso.

## **CAPÍTULO X DA REAVALIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE CATEGORIA NÃO PREVISTA NO SISTEMA**

Art. 40. A reavaliação de unidade de conservação prevista no art. 55 da Lei nº 9.985, de 2000, será feita mediante ato normativo do mesmo nível hierárquico que a criou.

Parágrafo único. O ato normativo de reavaliação será proposto pelo órgão executor.

## **CAPÍTULO XI DAS RESERVAS DA BIOSFERA**

Art. 41. A Reserva da Biosfera é um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, que tem por objetivos básicos a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica, para aprofundar o conhecimento dessa diversidade biológica, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Art. 42. O gerenciamento das Reservas da Biosfera será coordenado pela Comissão Brasileira para o Programa "O Homem e a Biosfera" - COBRAMAB, de que trata o Decreto de 21 de setembro de 1999, com a finalidade de planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas ao Programa.

Art. 43. Cabe à COBRAMAB, além do estabelecido no Decreto de 21 de setembro de 1999, apoiar a criação e instalar o sistema de gestão de cada uma das Reservas da Biosfera reconhecidas no Brasil.

§ 1º Quando a Reserva da Biosfera abranger o território de apenas um Estado, o sistema de gestão será composto por um conselho deliberativo e por comitês regionais.

§ 2º Quando a Reserva da Biosfera abranger o território de mais de um Estado, o sistema de gestão será composto por um conselho deliberativo e por comitês estaduais.

§ 3º À COBRAMAB compete criar e coordenar a Rede Nacional de Reservas da Biosfera.

Art. 44. Compete aos conselhos deliberativos das Reservas da Biosfera:

I - aprovar a estrutura do sistema de gestão de sua Reserva e coordená-lo;

II - propor à COBRAMAB macro-diretrizes para a implantação das Reservas da Biosfera;

III - elaborar planos de ação da Reserva da Biosfera, propondo prioridades, metodologias, cronogramas, parcerias e áreas temáticas de atuação, de acordo como os objetivos básicos enumerados no art. 41 da Lei nº 9.985, de 2000;

IV - reforçar a implantação da Reserva da Biosfera pela proposição de projetos pilotos em pontos estratégicos de sua área de domínio; e

V - implantar, nas áreas de domínio da Reserva da Biosfera, os princípios básicos constantes do art. 41 da Lei nº 9.985, de 2000.

Art. 45. Compete aos comitês regionais e estaduais:

I - apoiar os governos locais no estabelecimento de políticas públicas relativas às Reservas da Biosfera; e

II - apontar áreas prioritárias e propor estratégias para a implantação das Reservas da Biosfera, bem como para a difusão de seus conceitos e funções.

## **CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 46. Cada categoria de unidade de conservação integrante do SNUC será objeto de regulamento específico.

Parágrafo único. O Ministério do Meio Ambiente deverá propor regulamentação de cada categoria de unidade de conservação, ouvidos os órgãos executores.

Art. 47. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 48. Fica revogado o Decreto nº 3.834, de 5 de junho de 2001.

Brasília, 22 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

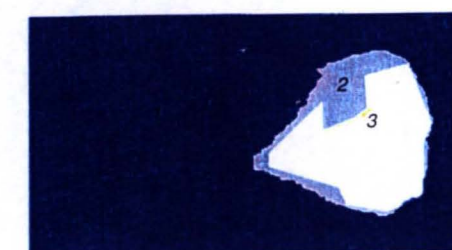
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
José Carlos Carvalho

**ANEXO 6 – PLANO DE MANEJO FASE 1  
ZONEAMENTO FINAL**

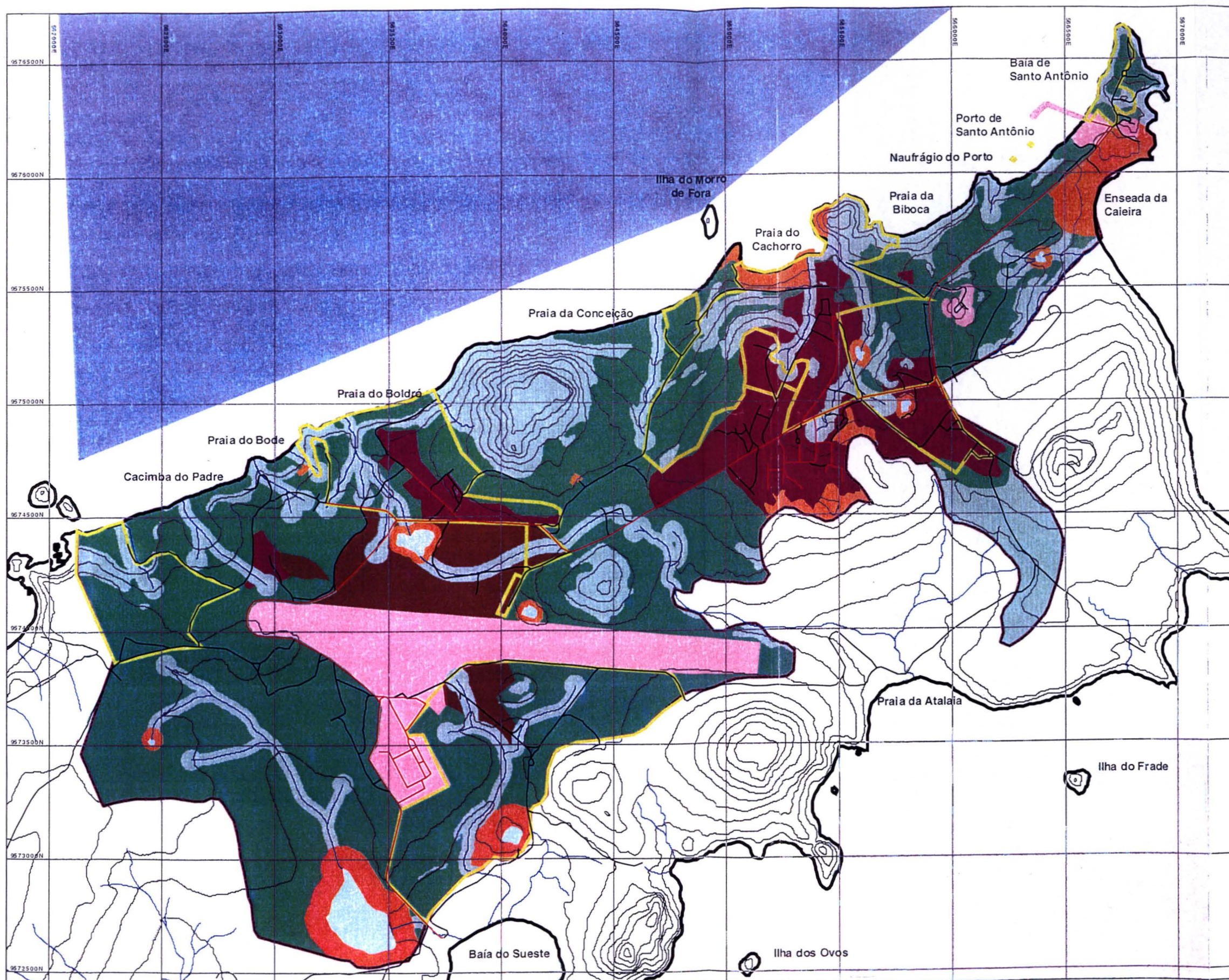


**Plano de Manejo Fase 1  
APA Fernando de Noronha -  
Rocas - São Pedro e São Paulo**

**Mapa 1  
Zoneamento Final**



- 1 - Zona de Pesca
- 2 - Zona Exclusiva de Pesca Artesanal
- 3 - Zona de Recreação Marinha



Legenda	
	Limite do Arquipélago
	Limite da APA
	Corpos D'Água
	Açude
Vias	
	Via não Pavimentada / Trilha
	Via Pavimentada
Zoneamento	
	Zona de Proteção da Vida Silvestre
	Zona de Conservação
	Zona de Recuperação
	Zona Histórico-Cultural
	Zona Agropecuária
	Zona de Uso Especial
	Zona Urbana
	Zona de Recreação Marinha
	Zona Exclusiva de Pesca Artesanal
	Zona de Pesca

Escala 1:18.000  
Equidistância das Curvas de Nível de 20 metros  
Fonte: Oficina de Planejamento e Reunião Técnica de Estruturação do Planejamento  
Processamento: Tetraplan, 2005